

RITA DE CÁSSIA DE JESUS MORAIS

**NOS VERDES CAMPOS DA CIÊNCIA:
A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DO MÉDICO E BOTÂNICO
BRASILEIRO FRANCISCO FREIRE-ALLEMÃO (1797-1874)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz como requisito para a obtenção de grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador(a): Prof^a Dr^a Maria Rachel Gomensoro Fróes da Fonseca.

Rio de Janeiro
2005

RITA DE CÁSSIA DE JESUS MORAIS

**NOS VERDES CAMPOS DA CIÊNCIA:
A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DO MÉDICO E BOTÂNICO
BRASILEIRO FRANCISCO FREIRE-ALLEMÃO (1797-1874)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz como requisito para a obtenção de grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador(a): Prof^a Dr^a Maria Rachel Gomensoro Fróes da Fonseca.

Rio de Janeiro
2005

M828v

Morais, Rita de Cássia de Jesus.

Nos verdes campos da ciência: a trajetória acadêmica do médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemão (1797-1874)./ Rita de Cássia de Jesus Moraes. – Rio de Janeiro, 2005.

109 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2005.

Bibliografia: f. 84-90

1 – Médicos. 2- Biografia. 3- Botânica. 4- História. 5- Cysneiros Francisco Freire-Allemão de. 6- Brasil.

CDD.926.1

RITA DE CÁSSIA DE JESUS MORAIS

NOS VERDES CAMPOS DA CIÊNCIA: a trajetória acadêmica do médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemão (1797-1874)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovada em junho de 2005.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Rachel Gomensoro Fróes da Fonseca
Instituto de Geociências - UNICAMP

Prof^ª. Dr^ª. Maria Margaret Lopes
Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Prof^ª. Dr^ª. Magali Romero Sá
Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (suplente)
Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Rio de Janeiro
2005

*Às águas de março, que em épocas distintas, me trouxeram duas
“promessas de vida”: Cláudio e Freire-Allemão.*

AGRADECIMENTOS

- Pessoas *bon chic-bon genre* cruzaram minha vida desde da época das provas de admissão no curso, e permanecerão sempre em meus pensamentos. Ouviram e opinaram, deram apoio e conforto, cada qual a seu modo.
- Agradeço muitíssimo as professoras Maria Raquel (orientadora) e Magali, principalmente pela extrema paciência em me conceder uma segunda chance para finalmente concluir o curso. Isso requereu muito mais do que consideração acadêmica, e sim humanística.
- Agradecimento extensivo ao professor Luiz Otávio.
- A minha família, especialmente ao meu irmão Alex. Espero servir mais vezes de bom exemplo a ele.
- A Jacy, o agradecimento *ad infinitum*.
- Ellaine e Josele estão sempre do lado do bem (desculpem o maniqueísmo), fazendo-me recordar de um antigo ditado “diga-me com quem andas e eu te direi quem és”. E elas me disseram com palavras e ações, valorizando o apreço e a amizade mútuos.
- A Elinéia, Olímpio, Laides, Clóvis, Lourdes, Dilmar, Ceci e Irene, ouvintes em algumas horas e em outras, os falantes que me fizeram ouvir palavras amigas e de apoio. Verônica Velloso também esteve presente em alguns momentos de necessidade. A Paulo, igual consideração, ainda mais que sempre ouviu com interesse o que eu descobria e lhe relatava sobre o objeto desta dissertação. Felizmente, o que apresento é apenas o começo.
- Adriana, Dulcinéia, Fátima, Flávia e Josina deixaram de ser alunas do Colégio Estadual Freire-Allemão para se tornarem amigas em momentos difíceis. Obrigada.
- Ao pessoal da Biblioteca, que juntamente com Maria Cláudia e Ariane da secretaria da pós-graduação mostraram-se prestativos e solidários.
- A Delfina e Sérgio Araújo pela cessão das imagens das aquarelas de Freire-Allemão, que ilustram esta presente dissertação.
- Ao pessoal do Departamento de Arquivo e Documentação da COC, teria tantas palavras que preencheriam uma página inteira. Francisco (algumas vezes com Leonardo e professor Darcy), ajudou na correção dos “copiões”, o que é tarefa laboriosa e detalhista. Mesmo assim, com grande boa vontade e consideração me fez sugestões relevantes. E aí se seguem Conceição, Fátima, Cláudio Arcoverde, André, Denise, Natasha, além de outros membros do *staff* do setor do Arquivo que não agüentavam mais ouvir falar do Freire-Allemão. Até festa fizeram quando saí do trabalho para me dedicar ao mestrado! Brincadeiras à parte, lembro do dia em que saiu o resultado final para admissão na pós-graduação, em que os colegas de mestrado Márcio e Vivian também passaram. Vocês ficaram felizes por mim e pelos demais.

Façamos então uma primeira *tour* pelos caminhos verdejantes do botânico “campograndense”.

“Não nos iludamos; mas também cumpre não esmorecer; quiçá não colhemos os fructos da arvore, que estamos cultivando: peor do que nossa sorte foi a sorte d’aquelles que escreveram no passado; a terra era então mais estéril ainda, e a planta murchava logo ao desabrochar, hoje ao menos já a vemos reverdemente e bella, já adivinhamos flores que se desabotoam; os fructos que hão de vir, por Deos o cremos, e se os não colhermos nós, colhel-os-hão nossos filhos, que sem duvida exclamarão agradecidos: - abençoados sejam aquelles que plantam para os vindouros!”

(*O GUANABARA – revista mensal, artistica, scientifica e literária*, 1851, p. 233)

SUMÁRIO

| | Pág. |
|---|-----------|
| DEDICATÓRIA..... | iv |
| AGRADECIMENTOS..... | v |
| EPÍGRAFE..... | vi |
| RESUMO..... | ix |
| ABSTRACT..... | x |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| CAPÍTULO 1: GRANDES CAMPOS A PARTIR DE CAMPO GRANDE..... | 6 |
| 1.1 Das primeiras letras a sacristia de uma igreja..... | 7 |
| 1.1.1 <u>Seminário São José: entre a missa e a medicina</u> | 9 |
| 1.2 Jurando a Hipócrates no Rio de Janeiro..... | 10 |
| 1.3 Jurando a Hipócrates na França..... | 14 |
| 1.3.1 <u>Um contemporâneo na mesma trilha da “papeira”: Boussingault</u> | 18 |
| 1.3.2 <u>Na trilha de Boussingault e de Freire-Allemão</u> | 22 |
| 1.4 Ensinando botânica médica..... | 23 |
| 1.5 Admissão na Corte: médico da Câmara Imperial e professor de princesas..... | 28 |
| CAPÍTULO 2: ENTRE SEUS PARES NAS SOCIEDADES CIENTÍFICAS..... | 33 |
| 2.1 Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional..... | 36 |
| 2.2 Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro..... | 39 |
| 2.3 Sociedade Velosiana de Ciências Naturais..... | 41 |
| 2.3.1 <u>A flora de Veloso</u> | 42 |
| 2.3.2 <u>Alguns “velosianos”</u> | 45 |
| 2.3.3 <u>Fim e tentativa de recomeço</u> | 49 |
| CAPÍTULO 3: NA COMISSÃO CIENTÍFICA DE EXPLORAÇÃO..... | 52 |
| 3.1 A Seção Botânica de Freire-Allemão..... | 54 |
| 3.2 As crônicas da província cearense..... | 60 |
| 3.3 “Maledicências”..... | 65 |
| 3.4 Dividendos..... | 68 |
| CAPÍTULO 4: NOS VERDES CAMPOS DA BOTÂNICA: LEGADO..... | 70 |
| 4.1 Estudos botânicos..... | 72 |
| 4.2 Correspondências: sendo visto na Europa..... | 76 |
| 4.3 Apontando o desmatamento..... | 83 |

| | |
|-------------------------------|------------|
| CONCLUSÃO..... | 87 |
| OBRAS CITADAS..... | 90 |
| OBRAS CONSULTADAS..... | 94 |
| FONTES PRIMÁRIAS..... | 96 |
| FIGURAS..... | 99 |
| ANEXO 1..... | 102 |
| ANEXO 2..... | 104 |

RESUMO

Esta dissertação busca refazer os caminhos do médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemão de Cysneiros (1797-1874), um dos expoentes da ciência oitocentista brasileira. Cirurgião-formado pela Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro e doutor em medicina pela Universidade de Paris, defendendo a tese sobre o uso do iodo contra a “papeira”, atualmente considerada como duas doenças causadas pelo hipotireodismo. Transitou pelas principais sociedades científicas criadas no país a partir de 1829, fundando em 1850 a breve, mas produtiva Sociedade Velosiana de Ciências Naturais. Foi professor de botânica médica e princípios de zoologia em instituições de ensino superior como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Escola Central Militar. Chefiou os trabalhos da Comissão de Exploração Científica das Províncias do Norte, expedição pioneira por ter sido idealizada e executada por brasileiros, o que caracteriza a questão da nacionalidade brasileira ao desbravar as riquezas naturais, os costumes regionais e as convicções políticas de uma região pouco conhecida pelo restante do país. Como botânico, priorizou os estudos das madeiras nobres que poderiam ser usadas na construção naval, classificando espécies e criando gêneros novos de espécimes botânicos da flora brasileira. Buscou reconhecimento junto aos estudiosos da história natural no Brasil e aos botânicos europeus como Carl Friedrich von Martius, Michele Tenore, Achilles Richard, Friedrich Ernst Ludwig von Fischer, entre outros. Para reconstruir sua atuação no cenário científico brasileiro, tomamos como fontes os documentos da Coleção Freire-Allemão, as biografias e as anotações autobiográficas do botânico, juntamente com obras de história das ciências e especialmente, da botânica.

ABSTRACT

This study aims at analysing the trajectory of the doctor and botanical brazilian Francisco Freire-Allemão de Cysneiros (1797-1874), one of the exponents of brazilian science at nineteenth century. He graduated in surgery at the Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro and doctorated in medicine in the University of Paris, defending one thesis on the use of iodine against the "papeira", currently considered as two illnesses caused for the hypotireodism. He transited for the main created scientific societies in the country since 1829, establishing in 1850 the brief one, but productive Sociedade Velosiana de Natural Ciências. He also was professor of medical botany and principles of zoology in institutions of superior education as the Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro and the Escola Central Militar. Besides, he commanded the regional works of the Commission of Scientific Exploration of the North Provinces, pioneering expedition idealized and promoted by brazilians, on which we can detached what it characterizes the question of the brazilian nationality, when taming the natural wealth, customs and the certainties politics of a region little known by the remain of the country. As botanical, he prioritized the studies of the noble wood that could be used in the naval construction, classified species and created new botanical gender for specimenes of the brazilian flora. The scientist searched recognition together scholars of natural history in Brazil and botanical europeans as Carl Friedrich von Martius, Michele Tenore, Achilles Richard, Friedrich Ernst Ludwig von Fischer, among others. To reconstruct his performance in the brazilian scientific scenario, we take as sources the documents of the Freire-Allemão Collection, the biographies and also autobiografical notes biographies from the botanical, together with reference books of history of sciences and especially, of the botany.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação nasceu de um projeto educacional oriundo das atividades como docente de História (Ensino Médio) do Colégio Estadual Freire-Allemão, localizado no bairro carioca de Campo Grande. Foi encontrado o artigo do Dr. Geraldo Medeiros-Neto, endocrinologista da Universidade de São Paulo, publicado em 1996, sobre as teorias de Freire-Allemão, e também trabalhos de autoria de estudiosos europeus, acerca do bócio endêmico.

Apresento como objetivo a análise das relações acadêmicas e do papel desempenhado pelo médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemão de Cysneiros (1797-1874)¹, no do cenário científico oitocentista. Sua existência como cientista não foi totalmente ignorada pela historiografia brasileira, mas sua trajetória no período anterior a sua atuação como chefe da Comissão de Exploração Científica das Províncias do Norte carece de maiores considerações.

O primeiro capítulo busca traçar os dados biográficos relevantes que forneceram subsídios para entender aspectos pessoais esquecidos, mas que não poderiam ser desconsiderados em se tratar esta dissertação da investigação de um personagem histórico, e não um processo histórico. Quem ele foi? Quais suas origens? O quê ele fez? Por onde transitou? Desse modo, para esta ainda muito mediana jornada de analisar a trajetória de

¹ Optou-se pela grafia do sobrenome com o hífen.

Freire-Allemão, foram utilizados os escritos biográficos de Gama (1875) e de Souza (1948), obras que referenciaram vários pontos da vida de Freire-Allemão e que me eram desconhecidos. Gerson (2000), que em sua obra tratou de historicizar a formação das ruas e logradouros da cidade do Rio de Janeiro, não se esqueceu do bairro de Campo Grande e nem do botânico. Outra referência biográfica importante foi o trabalho realizado por Damasceno (1961) que usou trechos do relato autobiográfico de Freire Allemão e compilou vários trabalhos científicos e missivas trocadas pelo botânico com outros cientistas e parentes.

Da reconstrução ideal feita a partir da bibliografia e fontes primárias consultadas, é possível entender como era o cenário científico do Brasil que buscava um modelo de Estado aos moldes europeus. Assim, buscamos elaborar a divisão de capítulos de acordo com a passagem de Freire-Allemão por instituições de ensino no Rio de Janeiro e em Paris, como as escolas de medicina pelas quais passou e obteve, respectivamente, habilitação como cirurgião-formado e o diploma de doutor em medicina. A carta de habilitação em cirurgia que era concedida no século XVIII não garantia a prática de todas as técnicas terapêuticas de tratamento e cura das doenças, limitando o raio de ação dos cirurgiões formados na época. Era preciso então viajar e buscar o diploma de médico em outro lugar, e as seculares universidades européias ministravam os cursos que concediam o documento que era o diferencial para aquele que quisesse exercer plenamente a profissão como médico e dominar as técnicas e teorias, que vigoravam no ocidente, para promoção da cura.

Para reconstituir sua formação como médico no Brasil, em que instituição foi admitido quando retornou ao país após doutorar-se em medicina na França, contamos com os verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), desenvolvido na própria Casa de Oswaldo Cruz. Edmundo (1956) foi útil para a reconstituição de um breve perfil da medicina colonial, e da medicina na época da fundação da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, e também no momento posterior a sua criação, baseamo-nos no estudo conjunto de Ferreira, Fonseca e Edler (2001). O estudo de Pimenta (2003) adicionou mais dados a respeito do exercício da medicina sob a regulamentação da Fisicatura. Coelho (2000) foi a pedra de toque, ao analisar os parâmetros e critérios necessários para que um médico conseguisse prestígio e reconhecimento, tanto entre sua clientela como entre seus pares.

O diploma de medicina foi conseguido com uma tese a respeito de uma doença endêmica, o bócio, que atualmente ainda persiste em áreas empobrecidas do globo, onde

não são adotadas simples medidas profiláticas para evitar sua incidência. Freire-Allemão foi o primeiro cientista brasileiro a escrever uma tese sobre a doença, buscando sua etiologia e como tratá-la. Em Paris, onde defendeu esta tese, buscou revisar os estudos que até então tinham sido feitos, na Europa, sobre a doença, como os do francês Jean-Baptiste Boussingault, que detectou a incidência da doença no vice-reino da Nova Granada. Antes, os relatos escritos do bócio no Brasil haviam sido feitos por viajantes-naturalistas estrangeiros, como Auguste Saint-Hillaire, Hércules Florence, John Luccock, além de Johann Spix e Karl Friedrich von Martius, mas considerações sobre como tratar ou evitar sua incidência foram encontradas na tese de Freire-Allemão. O ponto de partida, como já vimos, foi o artigo de Medeiros-Neto (1996), a base principal para o item que trata do bócio endêmico. Santos Filho (1991) foi usado como uma breve referência sobre a doença em si. Além do artigo do endocrinologista Medeiros-Neto, foram usados os estudos de outros dois endocrinologistas, tais como Sawin (2003) e Labhart (1986).

O leitor será apresentado à botânica médica, antiga disciplina presente em reformas curriculares das instituições de ensino médico do país no século XIX. Verá também um breve histórico de como esse ramo da botânica se construiu ao longo dos séculos e o porquê de sua utilização para a formação de cirurgiões e médicos. Informo “breve histórico” porque o volume de informações a respeito desse item é vasto, o que valeria uma outra dissertação. Ao analisarmos do que se tratava essa disciplina Mayr (1998) foi o pilar mais forte, que nos conduziu a mais autores referenciais como Le Goff (1991) e Sournia (1997), e que destacou a obra “De Materia Medica” de Dioscórides como modelo para compêndios de ensino de botânica médica e história natural. Um bom exemplo de um dos discípulos da obra de Dioscórides foi Richard (1838), cuja obra foi usada por Freire Allemão em suas aulas. Azevedo (1994), Ribeiro (1971) e Silva (1977) versaram sobre o conhecimento nativo do Brasil sobre o uso da flora para fins medicinais. Para analisar historicamente o ensino da medicina, desde o período anterior à fundação das escolas oficiais, recorreremos novamente ao estudo de Ferreira, Fonseca e Edler (2001)

O capítulo inicial encerra-se com a investigação de como Freire-Allemão foi acolhido pela Corte no Rio de Janeiro, iniciando-se com sua atuação como médico do futuro imperador d. Pedro II, chegando até o momento em que, juntamente com outros destacados estudiosos de ciências da época, foi professor das princesas imperiais. Schwarcz (2003), Vasconcelos (1964), Filgueiras (2004), e novamente Coelho, (2000) forneceram subsídios para entender como teria sido possível a relação de Freire-Allemão com a Corte.

O segundo capítulo tratará sobre a passagem de Freire-Allemão pelas sociedades científicas existentes no Brasil, especialmente a partir do ano de 1829. Essas associações civis eram formadas por elementos da elite científica do país, e objetivavam, de acordo com os preceitos iluministas, promover a melhoria do povo e da nação, lançando “luzes” onde eles considerassem haver obscurantismo. As sociedades abrigavam médicos, naturalistas em geral, engenheiros, literatos, dentre outros, que se articulavam em reuniões e assembléias discutindo como a ciência poderia interferir no solapamento de ações que denegriam ambiente, por exemplo. Será vista sua passagem pela Sociedade Auxiliadora de Indústria Nacional, pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, além da Sociedade Velosiana de Ciências Naturais. Especificamente a respeito da “Sociedade Velosiana” existem os artigos tanto do botânico quanto de outros estudiosos de história natural e língua indígena, cujos trabalhos foram reunidos na Biblioteca Guanabarensis ou publicados em separatas. Ainda sobre a Velosiana destacamos Borgmeier (1961), que escreveu sobre a *Flora Fluminensis* e frei Veloso. Para fundamentar teoricamente a fundação de sociedades científicas as obras de Shapin (1999), de Koyré (1991) e de Schwartzman (2001) são as grandes referências. Em relação à fundação destas sociedades no Brasil, os estudos de Dias (1968), Dantes (1995), Carvalho (s. d.) Domingues (2001), Guimarães (2001), Lopes (2003), e Edler (2001) foram esclarecedores em pontos cruciais para o entendimento.

Ainda neste capítulo, ao tratarmos da Sociedade Velosiana, procurou-se analisar o conceito de “flora”, utilizando a obra de Moore (1982) para tal. Dados biográficos dos “velosianos” foram encontrados em Blake (1970) e Augel (1997), além de Borgmeier, que escreveu sobre frei Veloso e sobre todo o processo de publicação da Flora Fluminense (1961), juntamente com Neiva (1989). A luta por um espaço para atuação no cenário científico brasileiro desencadeou um confronto entre Freire-Allemão e outro grande expoente da ciência, Guilherme Schüch de Capanema. Ambos buscavam atingir objetivos semelhantes, como conferir “civilização”, ao menos no ramo da ciência, a um país escravocrata, que contava com pouquíssimas instituições de primeiras letras e também com raras instituições de ensino superior. Entre as demais sociedades científicas, das quais Freire-Allemão participou, algumas eram estrangeiras como a Academia Pontianiana onde atuou como sócio-correspondente, e serão objeto de análises em escritos futuros.

O terceiro capítulo pretende reconstruir a atuação de Freire-Allemão como chefe da Seção Botânica, sem a pretensão de traçar a historiografia da Comissão de Exploração Científica das Províncias do Norte como um todo, objetivo este já encetado por Raquel

Pinheiro, mestre e atualmente doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geociências - Área de Concentração: Educação aplicada às Geociências da UNICAMP. De fato, relata-se brevemente os fatos que contribuíram para determinar a má reputação da expedição, além de lançar luzes sobre a visão que Freire-Allemão elaborou sobre o povo cearense, e quais foram os espécimes botânicos que ele encontrou da flora local. Os artigos de Kury (2001) e Lopes (1996), apontaram o “norte” para a Comissão de Exploração, apresentando-me a obra de Braga (1962). A análise de organização das expedições científicas e dos dividendos para a ciência foi subsidiada pelos capítulos, livros e artigos de Domingues (2001), Latour (2000), Lopes e Silva (2003), Lopes (2001), Pacheco (1995) e Pickstone (2001).

O quarto e último capítulo foi o mais desafiante e que fez nascer o desejo de continuar analisando a trajetória de Freire-Allemão. Neste capítulo, houve a pretensão em buscar indícios das espécies e dos gêneros botânicos elaborados pelo botânico brasileiro que apresentariam as descrições e classificações copiadas por botânicos europeus. Não houve, porém, a intenção em fazer juízos das reais intenções daqueles que, muitas das vezes, retiraram de Freire-Allemão o ineditismo de seus estudos botânicos. Estes estudos começaram em 1844 até os últimos tempos de trabalho no Museu Nacional, quando foi diretor em 1866. Para este capítulo, as referências sobre o que é botânica e como ela se construiu ao longo da história foram encontradas em Mayr (1998).

Ainda neste capítulo, será visto como foram iniciadas as correspondências com botânicos estrangeiros, e se esse contato foi benéfico para os objetivos de Freire-Allemão. Na parte final, há uma análise da abordagem de Freire Allemão sobre temas relacionados ao meio ambiente, tendo como fundamento as obras de Dean (2002) e Pádua (2002), nas quais são apontados os esforços de Freire-Allemão pela preservação das matas, no caso, da mata fluminense, especialmente face ao desmatamento desenfreado decorrente da implantação das lavouras de café.

CAPÍTULO 1 : GRANDES CAMPOS A PARTIR DE CAMPO GRANDE

“Achando-me no ano 76 de minha idade, e afligido de moléstia grave do cérebro, e sem esperança de restabelecimento, é de meu dever, enquanto me resta algum alento, vir agradecer ao Instituto os favores que devo, e dar-lhe meu triste adeus.”

(Freire-Allemão apud Damasceno; Cunha, 1961, p. 35).

Em 11 de novembro de 1874 falecia, depois de um segundo derrame cerebral o médico e botânico Francisco Freire-Allemão de Cysneiros na fazenda onde nasceu, deixando uma jovem viúva e um filho adotivo. As polêmicas que nortearam sua vida estiveram intimamente ligadas às disputas por espaço no meio científico brasileiro e na Comissão de Exploração Científica das Províncias do Norte. Ao tomar parte desta expedição como diretor e chefe da Seção Botânica, viu-se no meio das críticas dirigidas à Comissão e ao governo imperial pela suposta falta de planejamento e pelos resultados colhidos que aparentemente não transpareceram os gastos empreendidos. No mais, pela leitura de fontes primárias e da bibliografia consultada, não foram encontrados sinais de maior engajamento político nos assuntos governamentais, apesar de ter sido deputado. Simpatizante do regime monárquico e, além de tudo, um católico fervoroso e praticante, Freire-Allemão pode ser identificado como sendo mais um típico “filho obediente” do século XIX no Brasil.

Ele tentava atuar no que hoje poderíamos chamar de “rede de cientistas”, mas nem sempre foi compreendido ou respeitado, mesmo fazendo jus às credenciais de competente botânico que era. Destaca-se, então, como uma questão relevante, compreender como

Freire-Allemão construiu sua rede de atuação no cenário da ciência brasileira no século XIX.

Percebeu-se, então, que sua trajetória acadêmica – apesar de alguns percalços – configurou-se pelo cumprimento dos desígnios que recebeu de terceiros ou que impôs a si próprio, como os estudos botânicos da fauna fluminense. Por ter participado como um dos forjadores da ciência nacional oitocentista, Freire-Allemão produziu e deixou um imenso legado a ser estudado e resgatado em estudo sobre a botânica, dos estudos ambientais e de história das ciências.

1.1 DAS PRIMEIRAS LETRAS À SACRISTIA DE UMA IGREJA

Nascido em 24 de fevereiro de 1797, tendo como pais João Freire Allemão e Feliciano Angélica do Espírito Santo, o botânico Francisco Freire-Allemão de Cysneiros descendia pelo lado paterno do capitão Manuel Freire Alemão de Cysneiros, negociante de terras do Engenho de Nossa Senhora da Graça (atualmente o bairro de Irajá) e mandatário local, que decidiu por volta da segunda metade do século XVIII dirigir seus negócios ao Engenho do Mendanha, pertencente à freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (DAMASCENO; CUNHA, 1961).

O parentesco distante com o rico negociante e capitão não assegurou um bom legado financeiro aos descendentes, que viviam empobrecidos por maus negócios feitos por alguns membros da família. Em tal condição João Freire Allemão e Feliciano sobreviveram como humildes lavradores nas terras em que perderam o direito de posse.

Assim, antes de jurar por Hipócrates² na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, onde aprenderia os preceitos da arte de curar como cirurgião e de ter marcado

² “Juro por Apolo, o médico, por Esculápio, pela saúde e por todos os poderes de cena, e chamados ao testemunho todos os deuses e deusas, para que eu possa honrar este juramento e prometer até o melhor de minha habilidade e julgamento/ Eu dispensarei o mesmo respeito ao meu mestre na Ciência que aos meus pais, e dividirei minha vida com ele e lhe pagarei todos os meus débitos/ Eu verei seus filhos como meus irmãos e ensinarei a eles a Ciência, se eles desejarem aprendê-la, sem honorários ou contratos/ Eu darei preceitos, conferências e outras instruções para os meus filhos, para os filhos de meu mestre e alunos propriamente instruídos e juramentados, e a ninguém mais/ Eu usarei minha força para ajudar o doente no melhor de minha habilidade e julgamento; eu evitarei causar danos ou prejudicar qualquer homem através dela / Não darei poção fatal para ninguém se for solicitado, nem sugerirei tal coisa. Tampouco darei a uma mulher os meios para provocar um aborto / Serei casto e religioso na minha vida e na minha prática/ Não praticarei a operação de cálculo, mesmo em pacientes nos quais a doença é manifestada; deixarei que essa operação seja realizada pelos especialistas nessa arte/ Sempre que penetrar no interior dos lares, irei em auxílio do doente e nunca com a intenção de causar ofensa ou injúria. Não abusarei de minha posição para induzir contatos sexuais com os corpos de mulheres ou homens, sejam eles livres ou escravos/ Sobre o que quer que veja ali, profissionalmente ou particularmente, que não deva ser divulgado, guardarei segredo e

presença no seletto grupo de homens de ciência do Brasil, Freire-Allemão teve um contato vital com as matas da freguesia de Campo Grande. A fazenda do Mendanha, que continua como um dos logradouros do bairro de Campo Grande, pertenceu ao sargento-mor Luís Vieira Mendanha. Tanto a fazenda, como toda a região campo-grandense, foi muito mais valorizada pelos laranjais e pela introdução da cultura do café – o “ouro verde” (GERSON, 2000, p. 401). A riqueza de Campo Grande não era composta apenas pelas lavouras e plantações citadas, mas sim por suas matas – ainda densas atualmente em determinados trechos –, que receberam a visita de frei Mariano da Conceição Veloso, autor da “Flora Fluminensis” que delas extraiu e descreveu alguns espécimes botânicos.³

Freire-Allemão foi entregue, por seus pais, ao padre Couto como afilhado. Anos mais tarde, o religioso passou a acolhê-lo em sua residência a fim de lhe proporcionar a instrução primária, o que foi realizado até 1810, por conta do falecimento de seu primeiro benfeitor. Assim sendo, Freire-Allemão retornou ao convívio familiar, episódio que se mostrou em um problema para a família do então adolescente. Como havia conflitos na região cisplatina desde 1801, seu pai, temendo que Freire-Allemão fosse convocado, sem ter nenhum tipo de “apadrinhamento” na esfera militar e sem suporte financeiro para mandar o filho para longe, não teve alternativa senão alistá-lo nas milícias de segunda linha, o que retardaria a ida de Freire Alemão ao sul em conflito.⁴

O atraso na convocação para as lutas no sul do país, porém não foi capaz de tranquilizar Feliciano, mãe de Freire-Allemão, porque mesmo sendo inscrito em uma milícia de segunda linha, corria o risco de ainda ter o filho convocado. Ela então acabou por pedir auxílio ao padre Luís Pereira Duarte, solicitando que o filho recebesse as instruções necessárias para se tornar sacristão e assim, conseguisse baixa da milícia⁵. No entanto, problemas de convivência entre o padre Duarte e Freire-Allemão surgiram, pois apesar de se lembrar das lições de latim que lhe foram conferidas pelo falecido preceptor, era incapaz de traduzir por completo as seletas, miscelâneas de trechos de obras de vários autores, mas em latim. Nos escritos do próprio Freire-Allemão:

não direi a ninguém/Se, assim, eu observar este Juramento e não violá-lo, goze eu, para sempre, a minha vida e a minha arte, de boa reputação entre todos os homens. Se o infringir ou dele me afastar, suceda-me o contrário.” Corpus Hippocraticus, 60 tratados atribuídos a Hipócrates (em torno de 410 a. C.) apud CHADIWICK, J.; MAN, N. (transl.), *The Medical Works of Hippocrates* (Oxford, Black Well, 1950), p. 67.

³ A respeito da “Flora Fluminensis”, ver o segundo capítulo.

⁴ **Arquivo da Academia Nacional de Medicina**. Rio de Janeiro, datilografado, s.d. Acadêmico Freire Alemão – patrono da cadeira nº 43. p. 4.

⁵ Id.p. 5

“Eu era só, o Padre sem me ajudar, dava-me à seleta marcando a lição e deixava-me, indo dizer sua missa em Coqueiros⁶. (...) Quando voltava para a casa ao meio-dia, pedia-me a lição, que eu nunca pude saber. Ele enfurecia-se, ralhava, dizendo que eu não servia para aquilo, que fosse aprender outro ofício, etc. Eu me afligia, chorava e maldizia-me”. (FREIRE ALLEMÃO⁷ apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p. 12).

1.1.1 Seminário São José: entre a missa e a medicina

Abandonando a função de sacristão, deparou-se novamente com o empenho de seu pai para encaminhá-lo para a vida religiosa. Em 1814, assentara-se na freguesia de Campo Grande o ex-soldado português Diogo Antônio dos Santos, que veio a ser o professor de latim de Antônio Gouveia Durão, filho do novo dono da fazenda do Mendanha, pois este pretendia se tornar padre. Aproveitando o ensejo da estadia de Santos, João Freire Allemão fez o filho novamente tomar lições de latim com o intuito de encaminhá-lo para a vida sacerdotal como padre, mas agora sem ter como motivo os conflitos existentes no sul⁷.

O próprio Antônio Gouveia Durão havia ordenado-se padre e indicado seu ex-professor de latim, Diogo Antônio dos Santos, para o mesmo caminho ao então bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho. Além de ordenação sacerdotal, Santos passou a ocupar a vaga de lente substituto de latim no Seminário Episcopal São José (SOUSA, 1948). O recém-ordenado padre lembrou-se de Freire-Allemão, que ficara sem nenhum tipo de instrução nas terras do Mendanha e, intervindo junto ao bispo, obteve para seu ex-aluno a entrada no Seminário como *numerista* em março de 1817⁸. De acordo com seus escritos autobiográficos Freire-Allemão, estudou no Seminário, além das lições obrigatórias de História da Igreja, Teologia Moral e Dogmática, lições de grego, francês, inglês, espanhol, hebraico, novamente o latim, com o qual estava consideravelmente familiarizado.

Neste último ano precisou decidir entre a permanência no curso, a fim de seguir carreira sacerdotal, ou abandoná-lo. Seguir a primeira opção significaria tornar-se padre, o que agradaria à sua família, mas que não atendia à sua convicção particular. Escolheu a segunda opção, deixando o Seminário. Porém, sua saída não se constituiu em retorno ao

⁶ Coqueiros também é um bairro da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, próximo a Camp o Grande.

⁷ FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Notícia sobre minha vida (autobiografia)*. Rio de Janeiro, fevereiro de 1874. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁷ **Arquivo da Academia Nacional de Medicina**, Rio de Janeiro, datilografado, op.cit., p. 6.

⁸ Numerista era a designação dada aos alunos pobres mantidos pelo próprio Seminário.

Mendanha, pois temendo a decepção que sua saída causaria aos pais, conferiu um tempo a si próprio, para arcar com as conseqüências de sua escolha.

Ao ter optado em permanecer na Corte por sua própria conta, teve que obter um modo de sustentar-se, o qual foi obtido por meio de aulas particulares que dava, de latim para rapazes e primeiras letras para moças. A cidade deixava de ganhar mais um representante do baixo clero, que cuidaria das questões de moral e de espiritualidade, e dos sacramentos, mas ganhava sim, por seu turno, um prolífico botânico.

1.2 JURANDO A HIPÓCRATES NO RIO DE JANEIRO

Aos 24 anos de idade, Freire-Allemão continuava se sustentando com suas aulas particulares. Novamente as dificuldades financeiras o impediram de conseguir admissão em uma instituição de ensino, como a então Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro. Como acontecera nos tempos do Seminário São José, quando conseguiu entrar por intermédio dos padres Antônio e Diogo, sendo mantido como aluno numerista, mais uma vez o auxílio financeiro seria bem-vindo e aproveitado. Dessa vez, seria por intermédio de seu irmão mais velho, Antônio, - bem-sucedido em entrar na Academia Médico-Cirúrgica, tendo passado de aluno-interno a enfermeiro do hospital da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Cursando o segundo ano na instituição, Antônio Freire Allemão proporcionou ao irmão mais novo os primeiros ensinamentos de osteologia, além de lhe oferecer um pouco de ajuda financeira (SOUSA, op. cit.).

Finalmente, em 1822, Freire-Allemão conseguiu ser admitido na Academia. Instituída em 1808, como parte de uma série de medidas tomadas pelo príncipe-regente D. João quando da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, fugida da invasão francesa ao país, destinava-se a formar cirurgiões no Brasil e não mais em Coimbra⁹, como ocorrera até então. Paulatinamente, por intermédio de decretos do então príncipe-regente, foram criadas mais cadeiras, para os cursos médicos fundados na cidade do Rio de Janeiro e em Salvador, e foram estimuladas viagens a países da Europa¹⁰, especialmente para aqueles onde os ensinamentos médico-cirúrgicos estavam mais avançados.

A medicina colonial, praticada no tempo dos vice-reis, contava com médicos e cirurgiões formados em Coimbra, onde também não existia um ensino médico adequado

⁹ Ver: **Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro**. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Capturado em 01 abr. 2005. Online. Disponível na Internet: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

¹⁰ Id.

por conta da falta de maior aparato técnico e científico. No Brasil, eram fornecidas cartas de *licenciados* tanto ao corpo médico formado em Portugal, como àqueles que comprovassem exercer práticas médicas. De qualquer modo, ambos os grupos passavam por um exame para a obtenção da carta, nivelando-os em pé de igualdade.

Não se tratava muito em atribuir a responsabilidade de cuidar dos enfermos para um grupo que “sabia” as técnicas de cura e para outro grupo que “achava” que sabia delas. Excetuando-se o fato de que as inovações em assepsia e de outras práticas terapêuticas, que acabaram por delimitar o raio de ação do saber médico, ainda eram desconhecidas ou minimamente encontravam-se em aperfeiçoamento. Para definir a etiologia das doenças necessitava-se do empirismo, das técnicas de cura acumuladas até aqueles tempos, dos saberes acumulados de culturas exploradas e das seculares lições de Hipócrates.

A carta de licenciado, por conseguinte, conferia ao seu portador uma certa autoridade em adentrar nas residências daqueles que solicitavam por seus préstimos. No caso entendia-se que tinha “certa autoridade”, tendo em vista o fato de que devido o recato na época somente o marido podia tocar no corpo de sua mulher, podendo o licenciado conferir o diagnóstico sem realizar propriamente um exame clínico, por exemplo (EDMUNDO, op.cit.). E se não fosse possível convocar o serviço de um licenciado – que não era gratuito – chamavam-se curandeiros, que custavam mais barato e prometiam cessar ou, ao menos, minorar o sofrimento alheio. Apesar da ilegalidade da possibilidade de severa punição, como seu enforcamento, o curandeiro poderia arriscar-se com a tentativa de cura pela imposição de suas mãos, prática adotada por religiosos católicos.

Se o ensino médico em Portugal era deficitário, no Brasil não era menos diferente, pois a fundação de escolas de medicina com uma organização curricular adequada em instituições, que pudesse fazer frente aos curandeiros, charlatães e sangradores, só se deu no século XIX e não do XVIII (FERREIRA; FONSECA; EDLER, 2001). Logo, os médicos formados em atuação no país eram lusitanos, emigrados de Coimbra, ou brasileiros de famílias abastadas que lá iam estudar, e que depois de seu retorno não conseguiam atender a demanda da população como um todo, que sem muitas alternativas mais viáveis ou por não ter por perto físicos, médicos e cirurgiões (e claro, com a exigida licença) batia à porta dos não-licenciados, que de maneira precária tinham aprendido noções de medicina hipocrática. Não que esta medicina tivesse sido abandonada pelos médicos, mas ao menos a aprendizagem de tal forma de saber médico não fora conseguida de modo tão pouco organizado, como fora pelos seus rivais curandeiros.

Não bastava, porém, adentrar as residências ou atender aqueles que batiam à porta de médicos, por existirem normas e procedimentos que delimitavam até onde poderia se chegar ao tratar um doente. Os físicos e cirurgiões poderiam cuidar de ferimentos externos, cabendo aos médicos formados em Coimbra a alçada na administração de medicamentos e tudo o mais que fosse invasivo ao corpo do enfermo. Esta determinação era de 1800, e somente com a fundação das duas escolas de medicina, uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro, é que este quadro foi revertido, em parte, em favor de médicos que finalmente poderiam estudar no país, e depois aqui exercer a medicina. Porém, algumas restrições ainda perduraram quanto a prática deste ofício (ibid.).

Para tal controle, foi criada a Fisicatura, um órgão responsável pela diferenciação entre aqueles que exerciam os ofícios terapêuticos, que atuou de 1808 a 1828 (PIMENTA, 2003). Ser ou não ser licenciado não estava necessariamente diretamente relacionado ao conhecimento formal ministrado em escolas médicas, mas muito mais pelo pagamento da taxa devida à Fisicatura e a obtenção da desejada licença. Assim, boticários, barbeiros, dentistas, sangradores e parteiras não eram considerados à margem da lei, como os charlatães, se estivessem sob o controle normativo do órgão regulador responsável pela concessão de licenças e fiscalização, ou seja, a Fisicatura.

Mas, quanto custava a licença para exercer a prática médica? Antes da criação das escolas de medicina no Brasil em 1808, em Portugal os valores médios ficavam entre 21\$500 para os que desejassem concorrer nos exames para cirurgião e incluindo a taxa para obtenção da carta de licenciado, e 37\$000 aos médicos e cirurgiões estrangeiros que vislumbrassem algum retorno profissional trabalhando na metrópole portuguesa. A fiscalização da Fisicatura não era garantia de lisura na obtenção das cartas, pois seus delegados não eram qualificados e por vezes vendiam as devidas licenças tanto em Portugal quanto no Brasil (COELHO, 2000).

Havia uma diferença entre cirurgião-formado e cirurgião-aprovado, isto é, as restrições que delimitavam o exercício da medicina ainda persistiam mesmo com a fundação da escola de medicina no Rio de Janeiro. O primeiro tipo de cirurgião tinha a habilitação para atuar tanto em casos que necessitassem de cirurgia, como o exercício clínico da medicina. Porém, apenas poderia exercer a prática da medicina na ausência de médicos licenciados na Europa.

Muito possivelmente tal restrição acadêmica ainda remontasse ao ano de 1799, quando o conde de Resende solicitou ao senado que fossem concedidas duas pensões a um médico e a um cirurgião para estudarem no Velho Mundo, a fim de suprir a carência de

médicos habilitados (EDMUNDO, 1956). No caso do cirurgião-aprovado, o exercício profissional tinha também algumas limitações. Este era aquele que concluía o curso, podendo atuar em cirurgias e sangrias, por exemplo, mas sem habilitação para atendimento clínico. Para conseguir tal premissa, era necessário freqüentar novamente as aulas do 4º e 5º anos (FERREIRA; FONSECA; EDLER, op. cit.).

No ano em que Freire-Allemão ingressou na escola de medicina do Rio de Janeiro, as aulas ainda não ocorriam em um local específico, mas em vários que pudessem servir como sedes para as aulas teóricas e práticas. Tal expediente fez com que as aulas se realizassem no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, entre os anos de 1813 e 1832. Freire-Allemão estudou naquela escola justamente quando esta adotava novos estatutos com Reforma de 1820, os quais haviam alterado a seriação das disciplinas.¹¹

O curso, como vimos, era dispendioso e mesmo que Freire-Allemão ainda contasse com ajuda financeira do irmão Antônio - o mesmo que o ajudara nos tempos do Seminário São José, não era suficiente para cobrir as despesas. A família Freire-Allemão, além disso, não contava mais com a riqueza e com o poder das gerações anteriores. Formar um “doutor” se constituía um objetivo caro e sem retorno financeiro esperado, pois a disputa pela clientela era ferrenha entre os licenciados e os não-licenciados. Percebe-se melhor a situação na fala do dr. Pedro Chernovitz:

“Se começo a pensar na minha profissão, vejo como o povo está enganado, achando que os médicos estão felizes e bem-sucedidos; de fato, há alguns que o vento da boa fortuna elevou acima da multidão, mas a maioria dificilmente consegue ganhar seu sustento, há portanto muitos que não conseguiram viver se não tivessem outros lucros”. (HERSON[?] apud COELHO, 2000, p. 71).

A ausência de suporte financeiro por parte da família de algum candidato a doutor no Brasil oitocentista poderia inviabilizar a realização do objetivo de ver um filho com a carta de médico (COELHO, op. cit.). Todavia, isto não aconteceu a Freire-Allemão, pois ele teve no irmão Antônio o suporte financeiro e apoio familiar necessários¹².

¹¹ Ibid., p.7.

[?] HERSON, Bella. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500/1800)*. São Paulo: Edusp, 1946, p. 408.

¹² Não foram encontradas até o presente momento fontes que pudessem esclarecer sob que condições financeiras, haja vista a situação empobrecida da família Freire-Allemão, Antônio conseguiu manter-se na Corte e concluir os estudos.

Segundo Coelho (op. cit.), as taxas cobradas aos alunos do curso de medicina tinham mais uma função de imposto pessoal recolhido ao tesouro nacional do que cobertura com os gastos na escola. Mas havia uma alternativa para aqueles que não pudessem arcar com os custos e se dispusessem a dar o retorno exigido pelo Governo Imperial. Freire-Allemão acabou solicitando ao Governo Imperial uma pensão, que era concedida a 12 alunos pobres do curso, sendo que o pagamento posterior seria através de uma prestação obrigatória de serviços ao país, um ano depois de formado. O então ministro imperial José Bonifácio de Andrada e Silva agraciou o solicitante com uma das pensões e assim Freire-Allemão se manteve sob as expensas públicas até 1826¹³, ano em que obteve a carta de cirurgião-formado (DAMASCENO; CUNHA, op. cit.).

1.3 JURANDO A HIPOCRATES NA FRANÇA: A TESE SOBRE A “PAPEIRA”

Antes mesmo de ser admitido na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro Freire-Allemão teve planos de estudar na Europa, mas estes eram mais alimentados por seu lente de grego no Seminário, que esperava poder convencê-lo a se enveredar pela carreira sacerdotal. Nesse ponto, há um detalhe que não foi possível esclarecer no momento, se este lente de grego seria o frei Custódio de Campos Oliveira¹⁴, que teria aconselhado Freire-Allemão a embarcar sim, mas para Portugal, facilitando sua ida e sua permanência lá com cartas de recomendação (SOUSA, op. cit.).

No entanto, o ano de admissão nos estudos de cirurgia coincidiu com a agitação política pela Independência, o que o demoveu da decisão de atender aos anseios de seu ex-mestre (DAMASCENO; CUNHA, op. cit.). Pelo recebimento da pensão concedida por ser aluno pobre, Freire-Allemão deveria pagar esta dívida ao Governo Imperial integrando a tropa que acompanharia d. Pedro I em uma viagem à região sul, em 1827.

A dívida, na verdade, não foi devidamente paga. Freire-Allemão afirmou em seus apontamentos autobiográficos que “estava então preparando-me para ir a França estudar;

¹³ C.f. *Carta de habilitação em cirurgia e medicina passada a Francisco Freire-Allemão pelo barão de Inhomirim, diretor da Academia Médico-Cirúrgica da Corte*. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1826. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹⁴ O religioso foi também presidente da Junta de Direção Médico-Cirúrgica e Administrativa do Hospital Real Militar do Rio de Janeiro. Ver: **Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro**. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Capturado em 01 abr. 2005. Online. Disponível na Internet: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

fiquei muito contrariado, e segundo meu gênio, fiz-me esquecido, e não me apresentei” (FREIRE-ALLEMÃO⁷ apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p.14). Desta vez, a ida “a Europa atenderia a anseios profissionais e pessoais de Freire-Allemão, e não às expectativas alheias.

Anseios profissionais e pessoais entende-se como busca por um espaço e reconhecimento na Corte, isto porque “o prestígio social da medicina era tão precário quanto sua autoridade cultural” (COELHO, op. cit., p.88). Competência profissional que era, em uma época de ferrenhas disputas por clientela e ainda com uma constante reformulação da legislação que delimitaria quem poderia atuar e de que forma em termos de práticas terapêuticas, era o menos requisitado para que um médico alcançasse algum prestígio e assim, obtivesse o mínimo de credibilidade ao público e visibilidade perante seus pares. Além do diploma de medicina em mãos, era necessário o domínio de língua estrangeira (como o francês), estar familiarizado com as teorias médicas européias e ter uma origem familiar distinta, cultura humanística e claro, clientes abastados como referências. No caso de Freire-Allemão, sua ida à França lhe daria alguns desses requisitos ou melhoraria os que já possuía, como a fluência em francês. Mas distinção familiar era inexistente, distinção esta que agora era um pormenor de um passado bem distante da família Freire-Allemão.

O intento de ir à França seria prejudicado com a convocação para prestar serviços ao imperador d. Pedro I¹⁵, e não bastava apenas “esquecer-se” da apresentação, como afirmou Freire-Allemão, que o livraria sem maiores problemas. Tendo sido professor particular das filhas de João Bandeira de Gouveia, um indivíduo influente na época, (SOUSA, op. cit.), o livrou de punição por conta da sua não apresentação na convocação para a viagem ao sul. Para ir a França sem maiores custos, conseguiu mais um contato valioso, dessa vez da parte do médico francês José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856)

⁷ FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Notícia sobre minha vida...* op. cit.

¹⁵ Pelo beneficente decreto de 16 de dezembro, Sua Majestade, informado de que muito mancebos, dos quais da Academia Médico-Cirúrgica desta Corte, os não podem todavia continuar com a precisa regularidade por falta de meios de subsistência, e querendo favorecer a útil aplicação a estudos tão necessários ao bem público, e com o fim de habilitar pessoas, que possam ser convenientemente empregadas como cirurgiões nas tropas, e nas diversas províncias dêste Reino, onde haja falta de professôres de saúde: foi servido estabelecer doze pensões de nove mil e seiscentos réis mensais para doze alunos da referida academia, que sejam pobres, de bom procedimento, e que mostrem aptidão para os ditos estudos, qualidades, que devem justificar perante o cirurgião-mor dos reais exércitos, para obterem a admissão a pensionistas desta classe, de que terão título passado pelo mesmo cirurgião-mor. Estas pensões terão princípio a 1º de janeiro de 1821, e serão regularmente pagas, ao mesmo tempo que os soldos dos oficiais dos corpos de guarnição, pela tesouraria geral das tropas da Corte, à vista do sobredito título, e de um atestado do cirurgião-mor do exército que certifiquem o aproveitamento e freqüência do pensionista aos estudos, do mesmo modo que se pratica para o pagamento dos respectivos vencimentos com os alunos da Academia Real. Apud SOUZA, João Francisco de. *Freire Allemão, o botânico*. Rio de Janeiro, Pongueti, 1948.

uma passagem para Paris (DAMASCENO; CUNHA, op. cit.). Isto porque o governo que sucedeu o período napoleônico “desejando tornar-se simpático ao povo brasileiro, concedia passagens gratuitas em seus navios de guerra, aos jovens que quisessem ir estudar em Paris” (SOUSA, op.cit, p. 47).

Na França, em 1831¹⁶, defendeu sua tese sobre o bócio endêmico, intitulada “Dissertation sur le gôitre”, analisando a doença de caráter endêmico que afligia regiões que não contassem com fontes naturais de iodo¹⁷.

Sua tese sobre o bócio, inovadora e inédita no Brasil, teria sido aproveitada e considerada nos meios médicos do Império? Ou mais ainda, Freire-Allemão debruçou-se firmemente na questão da profilaxia da doença mesmo sem o apoio de seus pares? Freire-Allemão primeiramente justificou a escolha da “papeira” ao afirmar que:

“ (...) a escolha para o objeto da minha tese foi guiada pelo desejo de fazer qualquer coisa de útil por meu país. (...) Esta dissertação não tem nenhuma utilidade para a Europa, eu sei, mas ao Brasil ela poderá servir de apelo para que esta moléstia receba atenção dos médicos”. (FREIRE-ALLEMÃO, 1831).

Todavia, seu ideal não foi levado adiante não apenas pelo não-reconhecimento do governo imperial para o problema, mas também porque após retornar ao Brasil prestou concurso para a cadeira de botânica médica e princípios de zoologia, enveredando pelo ensino desta disciplina e deixando de lado o ensaio de estudos sobre o bócio endêmico.

Com o êxito no concurso, ele acabou por abraçar os estudos de botânica nos anos subseqüentes até seu falecimento em 1874. Mas do que se tratava a enfermidade que atingia determinadas áreas do país e que não se configurava como uma epidemia que mortificava cidades, apesar de suas conseqüências na saúde coletiva? Busquei traçar algumas considerações a respeito da enfermidade.

O bócio é uma hipertrofia, ou seja, um aumento anormal da glândula tireóide (SANTOS FILHO, 1991.). Tal hipertrofia não significa que seja exclusiva da ocorrência endêmica – que na literatura médica recebe a designação bócio colóide nodular –, sendo também indício de desenvolvimento de neoplasia (câncer) e outras afecções da glândula tireóide. Além disso, o elemento químico iodo está presente na natureza, mas em

¹⁶ C.f. *Diploma de doutor em Medicina pela Faculdade de Paris, expedido pelo conde Montalivet em favor de Francisco Freire-Allemão. Paris, 30 de dezembro de 1831.* Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹⁷ Uma cópia manuscrita em francês da tese encontra-se na referida instituição.

concentrações irrisórias do que as encontradas em algas e esponjas marinhas e em tipos específicos de composições salinas. O meio de absorção pelo corpo humano se dá através do intestino delgado, que o distribui para várias partes do corpo, e quando em circulação na corrente sanguínea tem a grande parte de sua concentração absorvida pela glândula tireóide. O iodeto (forma inorgânica) é então processado e transformado em iodo orgânico e passa a exercer primordial função ao participar da chamada síntese dos hormônios, no caso, os da tireóide, sendo o principal destes hormônios a tiroxina.

A carência de iodo (orgânico e inorgânico) no organismo humano, todavia, não produz apenas uma hipertrofia da glândula tireóide, mas interfere em complexos mecanismos de auto-regulação hormonal, principalmente da glândula pituitária (ou hipófise) e das gônadas (ovários e testículos). Apesar da tireóide conseguir manter seu funcionamento com baixas dosagens de iodo na dieta, outras causas multifatoriais acabam por determinar a sobrecarga da glândula, que se traduz visivelmente com o aumento da mesma.

No século XIX ficou evidente que a “papeira” (um dos nomes populares para o bócio), dependendo do número de indivíduos que sofriam dela e a localização geográfica, indicava ser oriunda da deficiência de iodo na glândula tireóide. Já no século XX passou a ser considerada como duas doenças: bócio endêmico e cretinismo, que pode ser de origem congênita. Logo, no Brasil, nas áreas do interior dos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e no sul de Minas Gerais, a doença foi considerada endêmica, sendo descrita por Auguste Saint-Hillaire, Hércules Florence, John Luccock, além da dupla de germânicos Johann Spix e Karl Friedrich von Martius, antes de 1831, ano da conclusão da tese de Freire-Allemão (ibid.).

As observações desses viajantes estrangeiros, como também as de brasileiros, denotaram a gravidade do problema, pois se viam diante de pessoas com aumento do papo o que seria indício de comprometimento mental em algumas pessoas, mas não em todas, porque não dispunham ainda no século XIX de diferenciação clínica de que estavam perante da real etiologia e dos possíveis prognósticos das duas doenças (MEDEIROS-NETO, 1996).

Quanto à tese de Freire-Allemão, defendida na França, esta apresentava uma revisão bibliográfica do que já tinha sido estudado e publicado sobre as teorias científicas que davam conta do aparecimento do bócio em humanos e também de como era efetuado o uso do iodo. Entre autores por ele citados em sua tese estavam o químico francês Jean Baptiste Boussingault (1802-1887), tido como o “quase” descobridor da profilaxia do

bócio endêmico, o também francês François Emmanuel Foderé, médico legista (1764-1835) e o cirurgião e anatomista italiano Giuseppe Flajani (1741-1808), que descreveu os efeitos do hipertiroidismo.

1.3.1 Um contemporâneo na mesma trilha da “papeira”: o francês Boussingault

Jean-Baptiste Boussingault fora o primeiro cientista a estudar pormenorizadamente o bócio e a compreendê-lo como um problema na América do Sul. Ambos, Boussingault e Freire-Allemão, caminharam na mesma trilha que levava ao uso do iodo. Cada qual enfrentou dificuldades financeiras e pessoais até alcançarem o status de homens de ciência em seus respectivos países. A trajetória de Boussingault encerra passos consideráveis tanto quanto a de Freire-Allemão.

Filho de um produtor de tabaco, ex-soldado do exército revolucionário francês e de mãe criada na Prússia. Com uma instrução regular deficiente e sem nenhuma perspectiva de adentrar a universidade, conseguiu uma ocupação temporária como ajudante de limpeza do laboratório de Louis Thenard (1777-1857), descobridor do elemento químico bário. Na época, Boussingault, que contava com apenas 12 anos de idade e sem condições financeiras para custear a tutela científica sob os auspícios de Thenard, começou a ler e aprender ciência como autodidata, e com a leitura do “Tratado de Química Elementar, Teoria e Prática”, do ex-patrão e quase mentor Thenard, que havia sido comprado por sua mãe (SAWIN, 2003).

A oportunidade de escolher uma carreira vislumbrou-se ao tentar entrar para a marinha francesa. Entretanto, isto dependia de indicações, que Boussingault por sinal, não possuía. Apesar da marinha russa aceitar franceses em suas fileiras, havia a barreira do não conhecimento da língua russa. Com a universidade deixada para trás, sem poder contar com a tutela de Thenard, sem conexões que o fizessem ser aceito na força armada naval de seu país e sem a habilitação lingüística necessária para ingressar na marinha estrangeira, outra chance se descortinou com a abertura de uma nova escola de minas que aberta em Saint-Etienne, dotada de laboratórios, livraria e espécimes geológicos (ibid.)

Na região da Alsácia, onde haviam sido descobertas na época reservas de carvão mineral, conseguiu um emprego ao conhecimento prévio da língua materna, haja visto a região ser de maioria étnica germânica. Tal emprego o levaria dois anos depois para a

América espanhola, recém-libertada por Simon Bolívar. Este convidou para lecionar no que seria posteriormente a “Escola Nacional de Minas”, em Bogotá, por um contrato vantajoso de quatro anos, recebendo quatro vezes mais do que trabalhando na Alsácia (ibid.).

Ao tomar parte da expedição empreendida por Alexander von Humboldt (1759-1859) pela América do Sul em 1800, observou mulheres e cachorros com papeira na Venezuela (então vice-reino da Nova Granada). Inicialmente, Boussingault achou que algumas das fontes de água que a população consumia continham uma substância nociva, e que a água da chuva poderia prevenir contra o bócio. Durante o período de 1823 e 1824, notou ainda que em algumas localidades situadas nas cordilheiras andinas não haviam relatos de ocorrência de bócio (ibid.).

Jean-Charles Coindet (1796-1876), outro estudioso do bócio, afirmara anos antes que beber água ou consumir sal iodado servia para *estancar* o desenvolvimento do bócio, uma vez que já houvesse sido detectado na glândula tireóide. As populações andinas empiricamente assim agiam, mas coube a Boussingault a afirmação de água ou sal iodados eram meios de *prevenir* a doença. Freire-Allemão chegou também a esta conclusão, mas a referindo-se às condições do Brasil. Logo, considera-se como ponto nevrálgico das teses do francês e do brasileiro a profilaxia do bócio. No Brasil, Freire-Allemão apontou que no interior de Minas Gerais (mais especificamente o sertão), a população consumia sal gema das minas, situação semelhante à dos povoados andinos da Colômbia (também integrante do vice-reino da Nova Granada) visitados por Boussingault. Se este sal gema então continha iodo, porque então não adicionar iodo no sal que naturalmente não o possuía em sua composição química original, e de modo alternativo a administração via oral de extratos de esponja e algas marinhas que contém iodo?

Infelizmente, as indagações e considerações dos dois homens de ciência foram solapadas gradativamente, pois cada qual ao retornarem aos seus países de origem, em 1832, se depararam com a conjuntura política de substituição de governantes. Detendo-se em Freire-Allemão, enquanto terminava sua tese na França, mudanças políticas acenavam para a queda de Carlos X (um Bourbon que foi o último rei da França), em 1830, instaurando-se, a seguir uma monarquia de cunho liberal.

No Brasil, o cenário político não era menos grave, pois em 1831 d. Pedro I abdicara do trono em favor de seu filho Pedro de Alcântara, refletindo, entre outros aspectos, a disputa entre brasileiros e portugueses, entre liberais e absolutistas. A tranquilidade necessária para Freire-Allemão continuar os estudos na Universidade de

Paris fora interrompida pela mudança de governante, sendo que no Brasil a situação igualmente não era das mais aprazíveis também. Boussingault retornou à França e com ele seus estudos científicos relatando como seria possível prever o bócio endêmico, o que somente seria considerada anos mais tarde.

Com agitação política em ambos os lados do Atlântico, o praticamente doutor Freire-Allemão tratou de concluir o que se propunha: estudar o bócio. Em sua tese, descreveu os detalhes anatômicos da tireóide percebendo que esta era maior em mulheres do que em homens (FREIRE-ALLEMÃO, op.cit.). O tamanho maior no corpo feminino era derivado da importância do iodo na síntese de hormônios não da própria tireóide, mas da hipófise, que por sua vez, regulava o hormônio prolactina, um dos responsáveis pelas contrações uterinas durante as cólicas menstruais e durante também o trabalho de parto, e essencial para a preparação das glândulas mamárias para a lactação. (MEDEIROS-NETO, 1996).

Ainda na sua tese, Freire-Allemão considerou a miséria e a desnutrição em regiões montanhosas como aspectos que favoreciam a ocorrência de bócio. A eliminação de iodo do organismo podia se dar através do leite materno e dos dejetos humanos, e assim descobriu-se que “as más condições de vida que as freqüentes diarréias, com perda de substâncias nutritivas importantes entre os quais os oligo elementos essenciais tal como o iodo” (ibid., p.139), contribuem para a eliminação do iodo do organismo de modo muito mais rápido e nocivo. Sem uma dieta adequada, que fosse capaz de repor o iodo perdido, haviam condições favoráveis para desenvolvimento da doença no corpo humano, como teorizava Freire-Allemão.

Todavia, apesar de toda sua disposição como cientista e de anos em contato com indivíduos afetados pela doença, uma associação escapou a Boussingault, pois ele *não* havia estabelecido que o iodo deveria realmente fazer parte da dieta diária do ser humano, assim como ocorrera nos escritos do médico brasileiro.

Chega-se ao momento de responder a duas questões propostas no início deste capítulo: a tese de Freire-Allemão teria sido reconhecida no Império? Não, como pudemos averiguar. A outra questão era se Freire-Allemão debruçou-se firmemente na questão da profilaxia da doença por sua própria conta, para o que resposta também é negativa.

Medeiros-Neto (ibid., p.140) questionou o porquê de Freire-Allemão aparentemente não ter contado com o prestígio como médico da Corte e prosseguido com seus estudos para a profilaxia do bócio.

Em primeiro lugar, um dos motivos de Freire-Allemão ter abandonado o objeto de sua tese, concluída na Universidade de Paris, seria decorrente do cenário político que encontrou com a abdicação do imperador, ou seja, suas conseqüências políticas e territoriais. O bócio endêmico era assunto preocupante, mas não tanto como as epidemias de doenças infecto-contagiosas que assolavam o Império. Por não produzir faltas na economia imperial e por ser uma doença de caráter localizado e não de escala nacional, não alcançava a visibilidade necessária.

Outros assuntos emergenciais deveriam ser tratados e estavam circunscritos à esfera política do Governo, alarmado com possíveis movimentações insurgentes de algumas províncias, o que acabou por ser ocorrer pouco tempo depois de instaurada a Regência. E além do mais, preocupação com a “profilaxia” das doenças não existia ainda, e estas eram tratadas conforme apareciam em função do maior número de vítimas que causassem.

Em segundo lugar, a introdução do médico Freire-Allemão na Corte ocorreu por um acaso. Em 1840, Pedro de Alcântara foi acometido de um problema de saúde, supostamente neurológico, e foi atendido por Freire-Allemão, que fora chamado às pressas para substituir o médico imperial. Sem dúvida, como veremos mais tarde, ele exercia o magistério desde 1834, sendo relativamente conhecido em alguns círculos sociais, mas não a ponto de ser considerado alguém de prestígio. Este prestígio seria alcançado com sua admissão na Câmara Imperial, nove anos depois da apresentação de sua tese sobre o bócio. Freire-Allemão era, na época, muito mais um professor de botânica médica do que um médico, e desta forma encontrava-se distante dos interesses presentes nos estudos realizados ao doutorar-se na França. Não havia mais o que fazer ou que defender para minorar os efeitos do hipotireoidismo no país, ao menos não para Freire-Allemão.

Em 1841 no Brasil Joaquim Mariano dos Santos retomou o tema com a tese intitulada “Bosquejo acerca do bócio”¹⁸. Assim como Freire-Allemão, Santos descreveu também com minúcia o “corpo tyreoideo”, e realizou uma revisão bibliográfica das teorias de autores europeus propostas até aquele momento. A teoria hipocrática, presente na explicação das etiologias de várias enfermidades também vigorou para a etiologia do bócio, pois “assim é reconhecido, que são as mulheres mais sujeitas a ela que os homens; os indivíduos fracos mais que as pessoas fortes, e que são mui principalmente sujeitos os

¹⁸ Uma cópia manuscrita da tese encontra-se na Divisão de Obras Gerais/Biblioteca Nacional.

indivíduos de um temperamento limphatico, e de constituição frouxa” (SANTOS, 1841). A tese de Santos fez companhia à de Freire-Allemão, ou seja, também não gerou maiores considerações sobre sua utilidade científica, em decorrência do foco do sanitarismo no Brasil, então, estar mais direcionado às doenças infecto-contagiosas, não havendo espaço na agenda científica daqueles tempos para uma doença localizada como o bócio.

1.3.2 Na trilha de Boussingault e de Freire-Allemão

Um outro estudioso, dessa vez o botânico Adolf Chatin, contemporâneo de Boussingault e de Freire-Allemão, propôs em 1850 ao governo francês, através da Academia de Ciências, o uso de sal iodado para combater a carência de iodo e prevenir as demais doenças dela oriundas, mas somente 23 anos depois é que sua proposta foi adotada. Ao longo do século XIX, medidas como esta foram adotadas na Suíça e nos E.U.A., no Estado de Ohio.

Seguindo a cronologia das tentativas de implementação de programas para a iodinação do sal, no Brasil destacamos duas leis, uma de 1953 e outra de 1974, as quais, respectivamente, requisitavam a iodinação do sal de cozinha destinado ao consumo humano em áreas de ocorrência de bócio endêmico no país, e estabeleciam a fiscalização por parte das autoridades sanitárias. Nos decretos de 1956, 1975 e 1977, foi apregoada a necessidade de se identificar as áreas de bócio endêmico no país, ordenando o uso de sal iodado; de se aperfeiçoar as normas de controle de qualidade do sal para o consumo humano; e de se estabelecer normas de controle de qualidade para o sal de consumo animal (MEDEIROS-NETO, 1988).

Finalmente, em 1982, uma nova legislação proposta pelo Ministério da Saúde, e graças ao chamado Programa de Combate às Moléstias Decorrentes da Carência de Iodo (ibid.), levou em conta a necessidade de promover um programa de implementação de iodo no sal, com estudos e pessoal capacitado para tais tarefas. Tais ações reduziram consideravelmente a incidência de doenças provocadas pela insuficiência de iodo na dieta diária do brasileiro, o que já havia sido sugerido no Brasil por Freire Allemão em 1831. Entretanto, se seu ideal de fazer algo pelos enfermos de papeira não encontrou espaço no país na época que atuou, seus conhecimentos de botânica adquiridos, na Universidade de Paris, acabariam por encontrar um fértil espaço de atuação científica, que traria dividendos tantos pessoais, como também o cenário científico décadas mais tarde.

1.4 ENSINANDO BOTÂNICA MÉDICA

Freire-Allemão ingressou na Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro em 1822, sob o currículo que havia sido reformulado dois anos antes por José Maria Bomtempo. Nesta reforma, havia sido incluída a cadeira de “botânica médica e princípios elementares de zoologia”. Anteriormente havia a disciplina “matéria médica”, assim conceituada por José Maria Bomtempo:

“Chama-se matéria médica aquela ciência que em si contém os meios de contribuir para o restabelecimento ou restauração da saúde. Fazem objeto desta ciência, diferentes corpos dos três reinos da natureza, tanto no estado de simples, como combinados por meio de química médica” (BOMTEMPO⁷ apud SILVA, 1977, p. 136)

Assim, a matéria médica dependia de combinações e preparados químicos, o que não era a seara da botânica médica. Juntamente com princípios elementares de medicina, a disciplina foi incluída na então Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, após uma nova reforma curricular em 1832, que definiu a realização de concursos para professores desta disciplina e para as demais cadeiras criadas. Sousa (op. cit.) questionou os parâmetros da seleção dos concursos, tendo em vista o fato de que Freire-Allemão não tinha experiência quando se apresentou para concorrer como professor naquela faculdade¹⁹. Porém, poucos eram os postulantes, naquela época, que possuíam plena experiência científica, contando em sua maioria apenas com os estudos adquiridos na própria faculdade, ou com os que haviam trazido como conhecimentos adquiridos na Europa, como havia ocorrido com Freire-Allemão, que cursara uma cadeira de botânica na Universidade de Paris. Desta forma, a experiência pregressa, cobrada por Souza, não era levada em consideração, mas sim a prova de admissão.

Em Paris, Freire Allemão teve aulas com o médico e botânico francês Jacques Clarion, autor da obra “Observations sur l’analyse des Végétaux, suivies d’un travail chimique sur le Rhubarbes exotique et indigène...”, publicada em 1803.

⁷ BOMTEMPO, José Maria. *Compêndios de matéria médica*. Rio de Janeiro: Régia Oficina Tipográfica, 1814.

¹⁹ C.f. *Requerimento de Francisco Freire-Allemão ao Imperador, apresentando-se como pretendente à cadeira de Botânica e Zoologia na Escola de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1º de março de 1833. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

Ao ser admitido como professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro²⁰ em 1833, não possuía realmente grande saber específico sobre botânica, mas como os demais professores que ensinavam botânica, e como os antecessores que haviam lecionado matéria médica, empreendeu também suas “herborizações” – caminhadas para coleta de espécimes botânicos – com seus alunos. Para eles, tais caminhadas serviam como aulas práticas de botânica, e para o professor, uma grande oportunidade de especializar-se na disciplina com muito mais competência. Poucos anos depois, em 1839, já demonstrava bom conhecimento de botânica depois de herborizar Tijuca, Corcovado, Gávea, Jacarepaguá, Mendanha, Gericinó, Marapicú e demais localidades (SOUSA, op. cit., p.79).

Um dos autores utilizados por Freire-Allemão em suas aulas foi o botânico francês Achilles Richard (1794-1852), membro da Academia de Ciências da França, que considerava de suma importância o conhecimento da morfologia e das possíveis aplicações de plantas medicinais no tratamento de doenças. O botânico francês não considerava de forma alguma a natureza como uma mera fornecedora de panacéias úteis a todos os males, ao ter afirmado no prefácio do volume de “Botanique” que “pode-se não rir de certos autores que se vangloriam com algum entusiasmo da eficácia das flores de bluet²¹ para o tratamento de febres intermitentes?” (RICHARD, 1838, p. 9).

A botânica médica de Freire-Allemão tinha dois pilares: o modelo de compêndio da de Richard, e o conhecimento dos vegetais utilizados desde os tempos do Brasil colônia. Descobriu-se que, de acordo com Mayr (1998), os preceitos e normas de usos de plantas na vida cotidiana remonta desde o discípulo de Aristóteles, Theophrasto (371-287 a.C.), com a sua obra “Inquirição sobre as plantas”. Entretanto, o estudo “De Materia Medica”, do médico grego e adido do exército Dioscórides (60 d.C.), deve ser considerada muito valiosa para a história da botânica e melhor, para se compreender o desenvolvimento teórico e prático alcançados pela botânica médica posteriormente. A obra é composta de cinco volumes, nos quais, descreve as propriedades terapêuticas, condimentares e cosméticas dos variados tipos de plantas existentes e conhecidas na época, e segundo Sournia (1997), também apresenta as particularidades dos reinos animal e vegetal, o que estaria mais próximo à disciplina de matéria médica como fora definida por Bomtempo.

²⁰ C.f. *Carta a Regência nomeando Francisco Freire Allemão lente da cadeira de Botânica Médica e Princípios de Zoologia da Escola de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1833. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

²¹ Trata-se das flores de sub-arbustos de *Centaurea cyanus L.*, também conhecida no Brasil como centáurea, escovinha ou figalguinhos, utilizada popularmente como diurético e digestivo e para fins industriais tem aplicação cosmética em loções capilares e xampus.

Antes de Dioscórides, no entanto, outros “sábios” propuseram os usos das plantas para fins terapêuticos. Um desses sábios sequer teve seu nome descoberto, sendo seu escrito conhecido como papiro de Ebers²², um documento com cerca de 150 plantas medicinais que estava guardado na biblioteca de Assurbanipal, em Nínive. No século I foi a vez do Bûndahisn persa, entre outros escritos antigos na Ásia que carregavam o mesmo sentido: tratar as enfermidades através dos conhecimentos “herboristas” (LE GOFF, 1991).

O modelo de Dioscórides, porém, foi o principal modelo para a elaboração posterior de outros compêndios de botânica médica, com claras adaptações ao longo dos séculos, mas sem perder o propósito utilitário. Outras descobertas após seus escritos enriqueceram o que havia se acumulado até então, chegando-se a 650 plantas medicinais descritas aumentando quantitativamente e qualitativamente superiores às descrições enumeradas por Dioscórides e por Galeno (II d.C.)

O compêndio de Richard, utilizado por Freire-Allemão, tem a estrutura semelhante ao de Dioscórides, principalmente porque a obra do médico grego foi referência na botânica por “um milênio e meio” (MAYR, 1998, p.183). Mas, na medicina medieval européia, sucessivas cópias com equívocos tanto na descrição das plantas e de suas propriedades, quanto nas ilustrações destas plantas, foram feitas a partir dos escritos da Idade Antiga, tendo como alvo principal o mais completo e organizado dos compêndios sobreviventes – o de Dioscórides (LE GOFF, op. cit.).

Por volta do século IX, duas escolas de medicina, criadas respectivamente em Salerno (Itália) e Montpellier (França), acabaram por herdar o conhecimento de escritos médicos e fitoterápicos da Idade Antiga. No caso da escola de Salerno, isso se deveu principalmente pelas estreitas relações com a abadia beneditina de Monte Casino, que serviu de salvaguarda para estes documentos. A invenção da imprensa suscitou uma divulgação maior do conhecimento antigo na Europa (ibid.), que foi relativamente lenta por conta das sucessivas e não muito fidedignas cópias que eram feitas de outras cópias dos originais.

Logo, os escritos de Dioscórides, sobreviveram através dos séculos e como se constatou, alcançaram grande popularidade, sendo publicados em latim somente no ano de

²² Salvaguardado na biblioteca da Universidade de Leipzig, foi batizado com o sobrenome do egiptólogo alemão George Moritz Ebers, que o adquiriu em 1872 de terceiros, ver La terra de los faraones – papiro de Ebers. **Egitologia. Org.** Capturado em 18 mai. 2005. Disponível na Internet em: <http://www.egitologia.org/fuentes/papiros/ebers/>.

1478²³, assim como um das obras de Theophrasto em 1483, sendo que estas traduções estão intimamente conectadas com a queda de Constantinopla. Além dos tratados didáticos de Hipócrates de Cós (dentre outros tratados terapêuticos da Idade Antiga), o tratado de Dioscórides formou a base dos ensinamentos médicos nas faculdades de medicina de toda a Europa (SOURNIA, op.cit.). A estrutura de compêndio criada por Dioscórides explica em parte a semelhança com o compêndio de Richard usado no Brasil por Freire-Allemão.

No volume sobre botânica médica da obra de Dioscórides, viu-se que as plantas e as ervas eram descritas obedecendo aos nomes pelos quais eram mais conhecidos vulgarmente, seguindo-se, quando possível do significado de tais nomes. Mais adiante, vem a descrição dos espécimes, ou seja, como eram suas flores, caules, raízes, as colorações características, os aromas que podiam exalar e como era o gosto ao paladar. Evidentemente, as instruções continham a utilização das plantas e ervas na terapêutica das mais variadas doenças e, quase sempre, com a concepção hipocrática de expurgar os humores do corpo.

O segundo pilar para a botânica médica ensinada por Freire-Allemão tem origens nos tempos do Brasil colônia. Em terras brasileiras, o conhecimento e o domínio da natureza foram iniciados pelos índios antes mesmo da efetiva colonização portuguesa. O conhecimento indígena acerca de que tipos de espécies de plantas, árvores, frutos, etc, poderia ser de grande serventia para a alimentação, a fabricação de instrumentos de caça, construção de suas, aparentemente, frágeis moradias e, sem dúvida, também para uso medicinal que era passado de geração a geração (AZEVEDO, 1994). Com o tempo os antigos saberes indígenas foram reconstruídos e outras potencialidades terapêuticas e utilitárias, em geral, foram descortinadas.

Ribeiro (1971) dirigiu duros ataques à medicina indígena, em função do exercício da religiosidade não-cristã, baseada no politeísmo de elementos da natureza, como vento e água. Entretanto, reconheceu que o conhecimento fitoterápico das plantas dos indígenas fora adotado pelos jesuítas, que por sua vez, com a reforma Pombalina, perderam o poderio não só religioso, como ainda o domínio dos ensinamentos de preceitos médicos no século XVIII (FERREIRA; FONSECA; EDLER, op. cit.). No entanto, a expulsão dos jesuítas não determinou a extinção da prática dos antigos saberes indígenas no tocante ao uso de ervas e plantas, tendo sido tal prática vulgarizada e expandida sem maiores considerações de preconceito por sua origem não-católica de conhecimento em questão.

²³ C.f. **Dioscórides - De Materia Medica**. Capturado em 18 mai. 2005. CancerLynx Capturado em: 18 mai. 2005. Online. Disponível na Internet em: <http://www.cancerlynx.com/dioscorides.html>.

Praticando-se uma medicina hipocrática, que visava manter a saúde equilibrando-se os humores e os odores do corpo, a botânica médica de Dioscórides seguia sua jornada ainda na Europa e, no Brasil, tinha-se também matéria médica indígena. Com um bom exemplo, dentre vários encontrados no “Mapa das Plantas do Brasil, suas virtudes e lugares em que florescem. Extraído de ofícios de vários médicos e cirurgiões”, tem-se o seguinte:

“Cabaço armagoso: os índios usam de suas folhas aplicadas exteriormente sôbre o verme e cadeiras das mulheres para provocar o parto e expulsar as secundidas. O fruto é muito, e irritante e corrosivo, e o aplicam em cozimento, de que formam clisteres, como purgante, nas obstruções e côres pálidas”. (apud² RIBEIRO, op. cit., p.193).

Um outro dado relevante para a consideração do uso da flora na colônia setecentista, para a confecção de remédios era a apregoada alteração de suas composições quando eram importados da Europa, o que se constituiu em uma alegação potencialmente válida. Evidentemente, a comercialização de remédios fabricados pelos boticários e droguistas da Colônia não se deu sem maiores polêmicas, pois a autoridade do físico-mor impunha multas a remédios aqui fabricados e que se estragassem, e era complacente com os que aportavam da Europa já deteriorados (RIBEIRO, 1997). Esta medida, que prejudicou as boticas, foi paulatinamente desconsiderada, o que conferiu mais liberdade aos boticários e em contrapartida, mais remédios estragados e inócuos no mercado, lado a lado com aqueles vindo do exterior. Os preços também não eram dos mais terapêuticos aos bolsos de quem procurava as boticas e os droguistas. Para quem sequer nem poderia arriscar comprar um remédio deteriorado ou não por falta de dinheiro, recorria ao saber doméstico passado de geração em geração nos quintais e matas, que ofereciam elementos da natureza que ajudassem na cura e no tratamento das doenças (ibid.).

Todavia, dentre os meios disponíveis de cuidar de enfermos, a medicina afro-brasileira estava em franca desvantagem e era passível de punição. Os motivos eram relativamente consideráveis: de que os jesuítas antes de tomarem o rumo de volta à Europa tinham popularizado, vulgarizado o uso de plantas medicinais, deixando inúmeras instruções de matéria médica em terras brasileiras. A prática de curar e tratar propagadas pelos jesuítas tinha espaço oficializado e dentro da legalidade até Pombal, mas as práticas terapêuticas dos escravos que haviam vindo para o Brasil, não encontraram condições para

² Matéria Médica. Mapa das plantas do Brasil, suas virtudes e lugares em que florescem. Extraído de ofícios de vários médicos e cirurgiões. In: *O Patriota*, Rio de Janeiro, jul-ago. 1814.

aceitação popular, apesar de utilizadas de algum modo, como acontecera com as dos indígenas. Outro motivo seria a própria de condição imposta pela escravidão, que destituía o indivíduo africano de seu “ser” sendo considerado como mercadoria. E também pela:

“Sua condição de escravo tirava-lhe a autoridade de que necessitava revestir-se para transmitir suas mensagens curativas. Sem liberdade, sujeito aos mais severos castigos, abandonou seus hábitos e costumes e adotou os dos habitantes da terra, tornando-se curandeiro igual aos muitos que proliferaram na Colônia”. (RIBEIRO, 1971, p.188-189)

Esta destituição de “autoridade” e antes mais do que isso, da liberdade como um todo, especificamente nas práticas terapêuticas, fez com que fosse desprestigiado o conhecimento afro-brasileiro sobre o uso da natureza para minorar os flagelos das doenças. Sua atuação ficou reduzida a uma visão ilegal, atribuída à feitiçaria, igualando-os aos charlatães. Assim, a “matéria médica” dos escravos praticamente não encontrou tanto terreno e aceitação como fora antes com a indígena.

O panorama geral das artes de curar começou a mudar no século XIX, com a fundação de escolas de medicina e com as proposições vinda da Europa sobre a organização das disciplinas dos cursos médicos. Neste contexto, a botânica médica, juntamente com noções de zoologia e sua disciplina co-irmã matéria médica, passou a figurar como disciplina de suma importância para a formação dos futuros médicos.

1.5 ADMISSÃO NA CORTE: MÉDICO DA CÂMARA IMPERIAL E PROFESSOR DE PRINCESAS

A atuação de Freire-Allemão como médico não teve grande destaque na medicina brasileira. A tese sobre o bócio não fazia mais parte da agenda científica privilegiada então, sendo substituída pelos estudos da flora brasileira. Um fato de sua biografia, porém, o colocou em destaque na Corte imperial em 1840.

O golpe da maioria, em 23 de julho de 1840, adiantou em três anos a chegada de Pedro de Alcântara ao trono como imperador coroado do Império brasileiro, pondo fim ao turbulento Período Regencial e inaugurando o Segundo Império. A coroação, com pompa e circunstância conforme a ocasião necessitava, ocorreria cerca de um ano depois. Segundo Schwarcz (2003), a efetiva subida ao trono de Pedro de Alcântara como

imperador aliviaria o temor de desmembramento territorial, solidificando de vez a centralização do comando do país. Ainda segundo a autora citada (ibid., p. 74), quando do golpe em 1840, canções distintas cantavam em verso e prosa a ascensão de mais um Orléans e Bragança: a primeira da esfera oficial que proclamava: “Suba ao trono o jovem Pedro,/Exulte toda a Nação;/ Os heróis, os pais da Pátria/ Aprovaram com união”. Outra canção nasceu entre os “menos otimistas” que se importavam, e muito, com a idade púbere do imperador: “Quem põe governança/ Não mão da criança,/Põe geringonça/ No papo da onça.”

Único filho legítimo de d. Pedro I a assumir o trono, era de suma importância que a saúde do imperador não comprometesse o andamento da recondução de um monarca no comando do império. Meses antes do golpe da maioridade, porém, Pedro de Alcântara ficou doente. Na falta do médico da Câmara Imperial destacado para a função de restabelecer a saúde do imperador, chamaram Freire-Allemão para cumprir tal tarefa. Para ser admitido na Câmara Imperial era necessária uma nomeação, e esta não significava necessariamente que fosse exercer o labor de cuidar de Pedro de Alcântara, podendo ser uma titulação meramente honorífica (VASCONCELOS, 1964). Meramente honorífica ou não, a titulação significava um ganho salarial pago pelas expensas públicas.

Em documentos guardados por Freire-Allemão, e referentes à sua nomeação, encontra-se o ato de nomeação, feito pelo marquês de Itanhaém, em 28 de março de 1840:

“Attendendo ao importante serviço prestado á Pessoa de Sua Magestade Imperial pelo Doutor Francisco Freire Allemão, Professor da Escola de Medicina desta Corte pôr ocasião do ataque de que foi acometido o mesmo Augusto Senhor, no dia 23 do corrente; e, sendo de estilo eu uma vez prestado um serviço a Pessoa Imperial, por qualquer médico, fique este considerado de Câmara, em conformidade da Carta de Lei de 12 de Agosto de 1831 que me authoriza a nomear os empregados da Caza Imperial, nomeio o Doutor Francisco Freire Allemão, Médico do Imperador”.²⁴

Outro documento, que ratificava a nomeação, é do próprio Pedro de Alcântara, datado de 23 de julho do mesmo ano:

“Eu, o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Imperio do Brasil Faço saber ao Doutor Francisco de Assis Mascarenhas, Márquez de São João de Paloma, Conselheiro d’Estado, Senador do Imperio e Meu Mordomo Mor: Que sendo nomeado na Minha Menoridade o Doutor

²⁴ C.f. *Ato do marquês de Itanhaém, nomeando Francisco Freire-Allemão médico do Imperador*. Palácio da Boa Vista, 28 de março de 1840. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

Francisco Freire Allemão Medico da Minha Imperial Pessoa, pro Portaria do Meu Tutor que então era o Marquez de Intanhém, data de vinte de oito de março do corrente anno em attenção ao importante serviço prestado pelo dito Doutor Francisco Freire Allemão na occazião em que Sofri a enfermidade de que Fui Acomettido em vinte e tres do referido mes de Março: Hey por bem, me Traz Fazer-lhe Mercê de o Nomear da Minha Imperial Camara com o ordenado annual de oito centos mil réis, pago pela Thesouraria da Minha Imperial Caza. Rio de Janeiro, em vinte e tres de Julho de mil oito centos e quarenta, Decimo nono da Independencia, e do Imperio”.²⁵

Como vimos no item 1.3 (p. 15) e de acordo com as investigações de Coelho (op. cit.), ser médico naquela época por si só não garantia clientela ou prestígio na Corte. Uma série de requisitos, que estava além dos estudos efetuados nas escolas de medicina, delimitavam o espaço dos médicos no Brasil oitocentista. Freire-Allemão possuía alguns dos requisitos exigidos para ter maior visibilidade entre seus pares: voltou da França fluente em francês, língua que ao menos compreendia e escrevia antes de defender sua tese sobre o bócio na Universidade de Paris - e também trouxera consigo as teorias médicas em voga na Europa - principalmente os compêndios de Achilles Richard para suas aulas de botânica médica.

O requisito de uma origem familiar tradicional, que era um verdadeiro holofote para o direcionamento da carreira, não poderia ser considerado no caso de Freire-Allemão, pois a família Freire-Allemão deixara de ser “distinta” há algumas gerações. A ausência de um sobrenome influente, porém, não o prejudicou. Primeiro graças a sua passagem pela França e segundo, por ter conseguido atender a outro requisito identificado por Coelho (2000) como importante: deter “apropriadas referências sociais (de outros clientes notáveis)” (ibid, p.89). Este último requisito foi alcançado ao ter tratado de um dos membros da monarquia brasileira. Assim, isto diminuía a importância do fato de não ser proveniente de uma família conhecida.

As portas abertas da Câmara Imperial, em decorrência da necessidade de substituição do médico responsável pela saúde do quase imperador facilitaram, a abertura de outras portas, desta vez por ocasião de uma viagem oficial à Itália.

Schwarcz (2003), ao analisar a representação da *persona* de Pedro de Alcântara, agora d. Pedro II na corte brasileira, teceu esclarecedoras considerações a respeito do momento em que o Imperador chegava a idade de se casar, pois “d. Pedro se aproximava de seus dezoito anos, e encontrar um bom partido era tarefa difícil, uma vez que se tratava

²⁵ C.f. *Ato do Imperador, confirmando a nomeação de Francisco Freire-Allemão médico da Imperial Câmara*. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1840. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

do rei de um império distante e exótico” (op. cit., p.91). O casamento foi feito por procuração pelos corpos diplomáticos dos dois reinos, e Freire-Allemão tomou parte da viagem, empreendida na fragata *Constituição*, como médico da Câmara Imperial encarregado do bem-estar da futura imperatriz Teresa Cristina²⁶.

Nos anos seguintes, Freire-Allemão estreitou seus laços com a família imperial muito por conta da predileção do Imperador por assuntos científicos, e tal predileção foi transferida às filhas Isabel Cristina e Leopoldina Teresa. Os dois varões da família imperial - d. Afonso, o primeiro filho do casal e d. Pedro Afonso - morreram ainda bebês. Sendo assim, a mais velha dentre as filhas, Isabel, passou a usar o título de “Princesa Imperial” em alusão ao juramento prestado à Constituição quando completou 14 anos (LYRA[?] apud FILGUEIRAS). A educação prestada à Princesa Imperial deveria ser a melhor possível que havia naqueles tempos de restrições ao acesso de mulheres às mais diversas áreas do saber.

O próprio avô da princesa Isabel, d. Pedro I, sancionou uma lei em 1827 que ordenava a criação de escolas de primeiras letras no Império em áreas mais povoadas. No entanto, no que dizia respeito à educação de meninas, a lei não facultava acesso aos estudos de geometria, permitindo somente lições das quatro operações aritméticas e de prendas domésticas (LIMA[?] apud FILGUEIRAS), quando as famílias assim o permitissem (SHARPE-VALADARES[?] apud FILGUEIRAS).

A educação formal da princesa Isabel perdurou disciplinados 4 anos, até seu casamento com o conde D’Eu. Para as filhas das famílias que formavam a população do Império, a educação era a que as famílias pudessem (no caso das famílias menos abastadas) ou quisessem proporcionar (no caso das famílias abastadas), o que diferia em relação à situação de Isabel e de sua irmã Leopoldina.

Nesse contexto, Freire-Allemão juntou-se à “equipe docente” que passou a ministrar lições particulares às princesas, com especial rigor dirigido à Isabel. Para o imperador:

²⁶ Teresa Cristina era princesa das Duas Sicílias, descendente das casas de Bourbon e Habsburgo.

[?] LYRA, Heitor. *História de d. Pedro II*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1977.

[?] LIMA, Lauro de O. *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. Rio de Janeiro: Ed. Brasília, 2ª ed. s.d.

[?] SHARPE-VALADARES, Peggy. (posfácio). In: FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo: Cortez Ed./Fundação José Augusto, reedição, 1989.

“O caráter de qualquer das Princesas deve ser formado tal como convém a Senhoras que poderão ter que dirigir o governo constitucional de um Império como o Brasil. A instrução não deve diferir da que se dá aos homens, combinada com a do outro sexo: mas de modo que não sofra a primeira”. (LACOMBE² apud FILGUEIRAS).

Oficialmente, Freire-Allemão era professor de retórica, mas oficiosamente, e em função dos laços de amizade (por assim dizer) estreitados com a imperatriz desde a viagem de Nápoles à corte brasileira, acabou por oferecer lições de botânica às princesas. Algumas vezes foi acompanhado pelo Imperador em suas incursões, conforme registrado pelo próprio Freire-Allemão registrou: “no dia 9 de junho de 1853, pelas 5 horas da tarde, S.M., o Imperador quis ver um famoso jiquitibá (sic) que está nas matas de Andraí [sic]” FREIRE-ALLEMÃO² apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p. 19). Outros homens de ciência do século XIX também participaram da educação das princesas juntamente com Freire-Allemão, como Guilherme Schüch de Capanema, ensinando Mineralogia e Geologia, e Alexandre Antônio Vandelli, como professor de ciências, embora tenha falecido antes da concessão do título de princesa imperial concedido a Isabel (FILGUEIRAS, op. cit.). Estes dois últimos nomes foram, na mesma época, pares de Freire-Allemão em sociedades científicas, o que veremos no próximo capítulo.

² LACOMBE, Luiz L. *Isabel, a Princesa Redentora*. Petrópolis: Instituto de História de Petrópolis, 1989.

² FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Estudos botânicos*, XII, p. 138. Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

CAPÍTULO 2 : ENTRE SEUS PARES NAS SOCIEDADES CIENTÍFICAS

“Traço de continuidade ainda mais significativo a unir os cientistas práticos dos fins do século XVIII à geração dos românticos brasileiros e a penetrar pelo século XIX afora é a sobrevivência de uma inclinação pragmática, que se exprime no culto às ciências e aos conhecimentos úteis; dedicavam-se à busca, consciente e pragmática, dos instrumentos da nova nacionalidade” (Dias, 1968, p. 162-163).

Arrasar para reconstruir. Esse era um dos motes principais dos homens de ciência dos tempos modernos para reorganizar a filosofia natural da época, tida por eles como desordenada e propícia à corrupção de seus próprios valores (SHAPIN, 1999). As críticas direcionadas aos chamados “sistemáticos tradicionais” do século XVII eram duras e pretendiam modificar a aceitação do conhecimento na sociedade. Shapin (op. cit.) apontou como exemplo Newton, que de início não encontrou pares que fossem adequados para julgar, compreender e ratificar os experimentos com seu disco de luz que decupou a natureza da luz.

Como uma máquina defeituosa demandando de um bom conserto, os filósofos modernos trataram de empreender arduamente uma longa retífica das discussões que deixavam a máquina filosofia natural tão fora de comando segundo eles.

Para ratificar conhecimentos na cultura escolástica em vigor os eruditos, anteriormente dados as discussões críticas, tinham se transformado em figuras anedóticas. O conhecimento em si era analisado em um julgamento com pouca defesa ou argumentação críveis aos olhos dos pretensos reformadores. Em um espaço litigioso propenso a argumentações convenientes a cada um dos grupos que estivessem em lados opostos e com resultados finais de aceitação de determinado conhecimento passíveis de dúvidas, o que haveria de ser feito? Primeiro passo: sistematizar o conhecimento produzido pelos homens de ciência, em uma tentativa que encerrar cada qual dentro de sua alçada de saber. Começou a partir desse ponto a longa construção do espaço de atuação científica, isto é, a delimitação pela competência e domínios dos campos de saber existentes.

O segundo passo foi concernente à fundação de espaços delimitados em que os pares se encontrariam e debateriam os temas de seus saberes sem litígio, “desordem” intelectual. Para se definir quem seria par ou não constituiu-se em uma questão-problema, pois se “no início do período moderno acentuasse as virtudes de uma prática filosófica natural mais aberta, as realidades sociais permaneciam, no essencial, restritivas” (ibid., p.132). A chegada às portas de instituições de instrução formal era laboriosa e uma série de obstáculos sociais seria determinante para o fornecimento de competência específica para quem a almejasse.

Os primeiros espaços de debates de filosofia natural da Europa, mesmo que desconsiderassem os debates litigiosos que tanto renegavam, tampouco poderiam ficar alheios a ordem do dia. Sequer faziam parte dos postulados dos filósofos e cientistas modernos omitirem-se do que ocorriam ao seu redor, pois eles próprios eram parte integrante da engrenagem social e intelectual do período. Ler e interpretar do modo que eles julgavam ser correto o “Livro da Natureza” era o mesmo que traduzir um grande e valoroso manual de ordens divinas, direcionando crenças e condutas.

Delimitar aonde terminava o entendimento, a plena compreensão da natureza, o mistério para entrar no terreno dos interesses mundanos significou um dos pilares das sociedades científicas que paulatinamente ganhavam existência na Europa e depois, no Brasil. De fato, depois do divórcio de considerações de ordem religiosa, as sociedades científicas acabaram por ir “muito além dos confins das ciências naturais, para abarcar a filosofia, a literatura, a história e até a ideologia” (KOYRÉ, 1991, p. 45), sendo “proto-institutos de pesquisa”.

Entre as duas grandes sociedades científicas criadas, ou seja, a Royal Society of London e a Académie Royale de Sciences encerravam em seu funcionamento algumas particularidades que as distinguiam, pois “a primeira era uma organização independente em termos econômicos de membros interessados, ao passo que a segunda era um grupo de elite cuidadosamente selecionado” (idem, p.46). A Royal Society aceitava e corroborava as pesquisas de amadores enquanto a Académie, pelo contrário, possuía então um caráter mais “profissional” principalmente porque os pesquisadores eram pagos pelo governo para “resolver problemas apresentados pelos ministros do Rei” (SCHWARTZMAN, cap. 2, p. 2)²⁷

²⁷ SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília, MCT, 2001, cap. 2, p. 2.

Mesmo os nada entusiastas das discussões litigiosas nas universidades não poderiam negar que aqueles espaços ao menos foram os primeiros a possuir locais de produção de saber científico como laboratórios e jardins botânicos, principalmente nas escolas de medicina européias. Mas a finalidade primeira desses espaços era servir como locais de ensino e não de fomento à ciência (KOYRÉ, op. cit.). Além da disputa de conceitos no seio das primeiras universidades européias, a ciência moderna queria oferecer uma visão, ou “cosmovisão” para Schwartzman, renovada, apontando caminhos que julgavam mais convenientes às necessidades do homem.

As sociedades científicas do século XIX foram herdeiras em grande medida da longa construção do como fazer ciência. A obra lapidar do século XVII, o “*Philosophie Naturalis Principia Mathematica*” de Newton sequer tinha sido lida por cem indivíduos na época de sua divulgação e pouquíssimos teriam sido capazes de compreendê-la. Como já foi dito brevemente, não havia pares que pudessem entender de fato o que Newton havia escrito. Passado o tempo e as incontáveis leituras e releituras do seu significado para a ciência moderna, perceberam que a natureza matematizada de Newton e o ideal iluminista de busca da felicidade e observação da natureza que seria propagado poucas décadas depois do seu “*Principia Mathematica*”, guardavam alguma analogia (SCHWARTZMAN, op. cit, p.4).

E no Brasil? A reforma pombalina, que limitou a difusão dos preceitos da renovada ciência européia, priorizou o fortalecimento das ordens religiosas, que por sua vez, trataram de fundar colégios para propagar e enraizar a fé católica, não preceitos científicos (DANTES, 1995, p. 924). A morte de Pombal abriu caminho aos poucos para a fundação de associações científicas no Brasil. Estas, como as primeiras sociedades científicas, encontraram seu lugar a partir do século XVIII, e tais quais as primeiras sociedades européias, tiveram como uma das suas premissas a produção e ratificação de saberes renovados que envolvessem estudos de ciências naturais.

A primeira delas teria sido a Academia Brasileira dos Esquecidos, fundada na Bahia em 1724 e que durou até 1740 (CARVALHO, s.d.). A outra associação, a Academia Científica do Rio de Janeiro, é datada de 1772 e funcionou até 1779, sendo, segundo Domingues (2001) revivida com o nome de Sociedade Literária em 1794, pelo marquês do Lavradio. Esta sociedade teve suas atividades encerradas supostamente pelo fato de que seus assuntos científicos teriam servido como combustível para algum projeto de

emancipação do vice-reinado. Seus estudos, priorizando a agricultura, ao que parece eram análogos ao pensamento do fisiocrata François Quesnay, ao menos no quesito em que considerava-se a terra como fonte geradora de riquezas, e para extraí-las, haveria a agricultura.

Depois de 1822, as atividades das sociedades científicas no país não despertaram mais temores na Corte, mesmo que fossem temores infundados, porque nem todas ofereciam maiores riscos à ordem vigente. No século XIX fundaram-se novas sociedades científicas comprometidas com a ciência vigente naquela conjuntura, tais como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1825), a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1832) e a Sociedade Velosiana de Ciências Naturais (1850) escolhidas para esta dissertação por terem contado com a participação de Freire-Allemão em seus quadros. Ele tomou parte de outras sociedades, mas que serão analisadas devidamente em outra oportunidade.

2.1 A SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi criada em 1825 e dela, em 1838, decorreu a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (DOMINGUES, op. cit., p. 85), dentro de uma conjuntura que se caracteriza por uma “orientação das idéias iluministas”. Sua atuação como uma sociedade de ação nacional foi posta a termo em 1904, ao ser fundida ao Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro. Finalmente, acabou por ser regionalizada e absorvida pelo Centro Industrial do Rio de Janeiro, que ainda existe (CARONE² apud DOMINGUES, op. cit., p. 107, nota 7).

Além do nome, inspirado na Societè d’Encouragement de l’Industrie Nationale criada na França em 1800, o pensamento iluminista europeu servia para conferir legitimidade à atuação da Sociedade Auxiliadora não apenas por ser capaz de reproduzir o conhecimento ratificado na Europa, como também por ser capaz de produzir conhecimento que pudesse promover o desenvolvimento industrial do país, ou seja, ela “desenvolveria atividades para amarrar o conhecimento produzido e os objetivos do Estado de formar alicerces econômicos para a nação, até aquele momento restritos às atividades agrícolas” (DOMINGUES, 2001, p. 87).

² CARONE, Edgar. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827/1977)*. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978.

Relembrando a atuação da Académie Royale de Sciences do século anterior, esta era mantida sob as expensas do governo francês. No que diz respeito à manutenção da Sociedade Auxiliadora, esta surgiu do intento de particulares, mas sob os auspícios do governo imperial, que a subordinou ao seu Ministério dos Negócios do Império e posteriormente, ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1860 (CARONE apud DOMINGUES, *ibid.*). Mesmo subordinada ao governo, alguma independência em seu funcionamento foi possível, sendo ela uma sociedade “auxiliar” ao governo. Com esta autonomia, a Sociedade prestava serviços ao governo quando se tratava do fornecimento de licenças para a exploração agrícola (DOMINGUES, *op. cit.*).

As licenças dependiam de pareceres, que eram fornecidos de acordo com a estrutura e funcionamento da Sociedade, que funcionava com seis comissões em 1838: Comissão de Análises e Processos Químicos, de Economia Doméstica e Rural, de Agricultura, de Artes, Fábricas e Comércio, Redação e Revisão de Memórias e de Fundos (*O Auxiliador*, 6, 7:43 apud DOMINGUES, *op. cit.*, p. 108, nota 13).

Os quadros da Sociedade Auxiliadora contavam com proprietários de terra, profissionais liberais, militares, religiosos e profissionais especializados. Desta categoria deveriam fazer parte professores, naturalistas e médicos, e sendo assim, Freire-Allemão encaixava-se neste grupo.

Em 1848, como membro da “Comissão de industria agrícola e colonização” lhe foi pedido um parecer de Emílio Joaquim da Silva Maia, secretário perpétuo da sociedade. Avisou a Freire-Allemão que:

“De ordem do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional tenho a honra de passar as mãos de VS^a o incluso Aviso, cobrando um officio do Presidente da Província de S. Paulo no qual representa ao Governo Imperial a depreciação do chá da mesma Província, a fim de que VS^a como relator da comissão da Industria agrícola e colonização, dê seu parecer a respeito, entendendo-se também para o mencionado fim com os Srs Cônego Lourenço Vieira de Souza Meirelles e Dor Caetano Alberto Soares membros da referida comissão”. (MAIA²⁸, 1848)

²⁸ C.f. *Officio de Emílio Joaquim da Silva Maia, secretário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro a Francisco Freire-Allemão*. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

Anos depois, em 1854, Freire-Allemão enviou uma carta de dispensa dos trabalhos mais efetivos da Sociedade, ao então presidente da associação, Frederico César Burlamaque, pois segundo ele:

“Tendo obtido do Governo Imperial a graça de minha jubilação de Lente da Escola de Medicina, resolvi passar a minha residência para o campo. Nestas novas circunstancias não sei se me dará possível, e mesmo se convirá que continue a servir nas comissões effectivas comque a Sociedade Auxiliadora me tem tantas veses honrado: a única objeção q. ponho he q. pode haver empedimento, ou demora no expediente dos negócios da Sociedade; porquanto a minha vontade será sempre concorrer para seu serviço ate onde ella entender, q. podem chegar os menos fracos conhecimentos. Não tenho forças para ser lavrador; mas não me descuidarei, se Ds me der saúde, e repouso d’espírito, de fazer ensaios, em pequeno, em qualquer dos ramos da industria agricula, onde o ensejo se me offerece e de dar conta particular de seus resultados a essa utilisissima corporação (...)” (FREIRE-ALLEMÃO²⁹, 1854).

Durante sua atuação na Sociedade Auxiliadora teve a companhia de velhos conhecidos do cenário científico do Brasil oitocentista, como o já citado médico e zoólogo Emílio Joaquim da Silva Maia e de Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque e de Guilherme Schüch de Capanema, mineralogista, geólogo e conhecedor também de botânica. Com este último, Freire-Allemão travaria um relacionamento prolífico, mas litigioso, pontuado com certa de inimizade em algumas ocasiões, o que poria fim a Sociedade Velosiana, uma das sociedades criada por Freire-Allemão.

Na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, porém, o espaço de ambos era delimitado pelos de outros sócios, o que não os colocava em choque de opiniões, fossem elas discordantes ou não.

2.2 SOCIEDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO

A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro foi criada em 1829, mas a diferença entre esta sociedade e as demais criadas na época, foi o foco, direcionado exclusivamente para assuntos concernentes à saúde humana. Mas uma de suas tarefas, dentre outras auto-

²⁹ C.f. FREIRE, ALLEMÃO, Francisco. *Carta ao marquês de Abrantes, declarando não poder mais continuar a servir nas comissões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em vista da transferência do domicílio*. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1854.

impostas, foi a de apresentar projetos para a reformulação do ensino médico, que viria a dar origem à reforma de 3 de outubro de 1832. Esta reforma modificou a estrutura do ensino oferecido até então, elevando as primeiras instituições de ensino de técnicas de cura existentes, a da Bahia e a do Rio de Janeiro, em escolas de medicina (SCHWARTZMAN, op. cit., cap. 3, 18). A concessão de diplomas de acordo com os cursos oferecidos também mudou, passando a oferecer diplomas em medicina, - o que excluía a necessidade de se buscar diploma de doutor em medicina como Freire-Allemão fizera anos antes na França, e de Farmácia e Obstetrícia.

Inspirada no modelo francês da Academie Royale de Medicine de Paris, a sociedade contou como primeiros membros um grupo de quatro médicos, sendo eles José Martins da Cruz Jobim (fundador), Francisco de Paula Candido, Joaquim Candido Soares de Meirelles e José Francisco Xavier Sigaud (COELHO, op. cit.). A reformulação de currículo das escolas médicas, proposta e aceita pela equipe da sociedade, traduzia o consenso que existia entre seus membros face a uma nova visão da medicina, segundo a qual a medicina poderia ser menos prática e mais científica, de acordo ideais iluministas, dos quais os médicos em questão eram entusiastas.

Porém, o fato da Sociedade de Medicina ser um congênera da Academie Royale de Medicine de Paris não que seus fundadores tenham se apegado a tudo o que eles estudaram ou tiveram contato durante suas respectivas estadias na França para a obtenção do título de doutor. Os médicos acima referidos antes de terem viajado para a França, se formaram na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, na qual anos depois eles seriam responsáveis pela sua reorganização. Sob a influência das “novas correntes em voga na Europa” (ibid.), viu-se que estes médicos “despenderam grandes esforços no necessário trabalho de inovação científica nos campos do diagnóstico e da terapêutica, na identificação dos agentes deletérios ambientais” (EDLER, 2000, p. 99). Ainda de acordo com Edler, havia então um direcionamento para adequar um saber construído na Europa, à Higiene, às condições do país, visando medidas de profilaxia das doenças.

Concomitantemente, porém, aos anseios filantrópicos e nacionalistas de seus fundadores e membros, segundo Coelho (op. cit., p. 120) seria “bom observar também que as boas disposições com que a Sociedade oferecia seus serviços (não-solicitados) faziam parte de um projeto institucional de compartilhar o poder do Estado”. Isso remonta à questão que vimos no capítulo 1 sobre a pouca rentabilidade do exercício da profissão de medicina, à busca de visibilidade entre seus pares e conquista de uma boa clientela. Desse modo, tomar parte de uma associação de pares também no caso dos médicos os ajudaria a legislar em causa própria e no caso da Sociedade de Medicina, legislar pela causa sanitária.

Da sua parte, o Estado não se mostrava disposto a ter uma associação civil propondo isto ou aquilo outro. Mas como era de interesse de seus participantes não ficar à margem das desconfianças governamentais, estes submetiam seus estatutos ao escrutínio do Congresso. Poucos anos depois, em 1835, a Sociedade então foi oficializada pelo Governo Imperial, passando a se chamar Academia Imperial de Medicina (ibid.).

Na agenda sanitária do século XIX, estava em pauta o porquê da existência de “agentes deletérios ambientais”. Freire-Allemão³⁰ como um dos membros da Sociedade – agora Academia Imperial de Medicina –, se deteve neste aspecto, juntamente com Emílio Joaquim da Silva Maia. No entanto, Freire-Allemão não teve a persistência de Maia na defesa de sua posição contra o desmatamento que provocava o “esfumaçado”. A alteração do ambiente começava a ser considerada como um dos fatores que colaboravam para a incidência de doenças. O Rio de Janeiro ficava sufocado no entender de Freire-Allemão (PÁDUA, 2002) com as queimadas realizadas no litoral, o que foi contradito por Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque, pois este considerava o esfumaçado como um mero fenômeno meteorológico (ibid.).

Mesmo sem a combatividade de Maia, Freire-Allemão não desconsiderou o efeito nocivo do desmatamento, ainda que não desejasse colaborar mais efetivamente com os objetivos de outros membros da Academia que se debruçavam na questão sanitária. Em relação ao desmatamento o tema será debatido no último capítulo.

2.3 SOCIEDADE VELOSIANA DE CIÊNCIAS NATURAIS

A Sociedade Velosiana foi criada em 1850 e foi Freire-Allemão autor de seus estatutos, os quais apresentavam como principais requisitos para a admissão em seus quadros aqueles que tivessem se dedicado a estudos de história natural, zoologia, botânica e mineralogia. Além disso, era necessário o conhecimento de língua indígena para quem pretendia associar-se como sócio-adjunto e sócio-adjunto correspondente.

³⁰ Freire-Allemão a presidiu no 3º trimestre de 1832, por conta das eleições serem trimestrais. Depois de 1835, como Academia Imperial de Medicina, as eleições passaram a ter periodicidade anual, sendo ele novamente presidente em 1838 e 1839. Ver: **Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro**. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Capturado em 01 mai. 2005. Online. Disponível na Internet <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

A atuação de Freire-Allemão no cenário científico oitocentista foi prolífica. Foi, como já vimos, foi um dos membros fundadores da Academia Imperial de Medicina, *née* Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Também fora admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB), entre outras associações científicas, mas essas, sem muita projeção. Na medicina, seu espaço de ação ficou limitado à atuação como médico da Câmara Imperial. Seu reconhecimento como homem de ciência já estava praticamente solidificado no país, embora a Velosiana possa ser configurada como um veículo maior de divulgação de seus trabalhos.

As reuniões da sociedade ocorriam em uma sala cedida pelo Museu Nacional, pois não por acaso, um dos seus membros, frei Custódio Alves Serrão, fora seu diretor anos antes. A Velosiana não estava interligada somente ao Museu Nacional, como também ao IHGB, pois entre os sócios daquela associação científica estavam sócios do instituto. Os homens de ciência da Velosiana não só estavam à procura de reconhecimento puro e simples; os propósitos pessoais decerto existiram, mas o objetivo de conferir ao Brasil o status de país “civilização”, e com pendor científico, estava acima de vaidades pessoais.

Porém, não era o que pensavam alguns membros da Velosiana. Há fortes indícios da disputa de prestígio protagonizada por Guilherme Schüch de Capanema, que tinha um trânsito na Corte muito maior que o de Freire-Allemão. Os ataques ao sócio-fundador da Velosiana foram incisivos e infundados, o que não foi capaz de azedar totalmente a relação entre ambos³¹. Freire-Allemão ora relatava, ora omitia e acobertava alguns desvios de conduta de Capanema no Ceará, por ocasião dos trabalhos da Comissão Científica de Exploração.

Segundo relatos de Freire-Allemão:

“Em maio de 1855 um dos socios fundadores, escrevendo-me a respeito de negócios da Sociedade, accrescentava: ‘Se a Velloziana ainda não morreu!’ Já antes estando eu, o Maia e elle no Museu quando a Velloziana não teve logar por falta de membros, tendo recebido á nossa vista dinheiro no Thesouro, tomou-meia dobra antiga, atirou-a sobre a mesa perguntando ao Maia quando estava devendo, este respondeu que \$000. Então exclamou nestas palavras pouco mais ou menos: ‘Consolo-me que é dinheiro bem empregado’. Aqui repetiu com voz mais alta: ‘É o único paiz onde se dá dinheiro para se trabalhar’. Não se faz idea de como me via vexado ao aceitar dinheiro de socios que estavam de má vontade. Finalmente contavam-me que em conversa com seus amigos dizia que eu havia

³¹ Capanema, assim como Freire-Allemão, foi destacado para participar da Comissão Científica de Exploração.

instituído aquella sociedade com o fim de publicar á custa della os meus trabalhos”. (FREIRE-ALLEMÃO³², s.d.)

No entanto, a Velosiana significava para Freire-Allemão não apenas mais uma associação científica e civil que o aceitava como membro, e aqui sócio-fundador, mas uma sociedade que teria lá seus motivos de existir pelo reconhecimento da importância dos estudos botânicos feitos por frei José Mariano da Conceição Veloso.

2.3.1 A Flora de Veloso

Segundo Moore (1982, p.33), “os princípios de taxonomia e nomenclatura encontram expressão mais comumente na produção de floras impressas”. O nome Flora, primeiramente, foi inspirado na mitologia (a deusa das flores e dos jardins) e designa tanto plantas que crescem em determinada região como a própria descrição em uma ordem sistemática destas mesmas plantas. Ainda de acordo com Moore (ibid.), as descrições de plantas que são consideradas corretas quando os espécimes descritos são novamente encontrados na natureza de acordo com o texto e/ou ilustração feita. Ou seja, flora é o conjunto dessas descrições, ao mesmo tempo em que também nomeia espécimes de plantas, árvores, flores nativas de determinadas áreas geográficas. Elas (as floras) podem ser locais, nacionais, regionais ou ainda mais complexas, como as continentais. E dependendo da complexidade dessas floras, podem tomar vários volumes. Entre uma das suas funções mais primordiais serviu para se definir a fitogeografia de várias espécies vegetais em diferentes regiões do mundo. Nesse sentido, deduz-se que os antigos manuais de matéria médica, no tocante à seção de botânica que fazia parte dessas obras, contribuíram para a descrição de algumas floras.

Em missiva datada de 1848 e enviada ao naturalista prussiano Carl von Martius, com quem passou a se corresponder com certa regularidade³³, Freire-Allemão informou-lhe sobre o projeto de fundar a Velosiana:

³² C.f. FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Discurso pronunciado em uma sessão da Sociedade Velosiana*. Rio de Janeiro, s. d. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

³³ Mais considerações sobre a correspondência de Freire-Allemão com Martius e demais estrangeiros serão vistas no último capítulo.

“Ando aqui com desejos de reunir os poucos, que se ocupam de ciências naturais para formar um núcleo, ou começo de uma Sociedade, a que tenho tenção de dar o título de Sociedade Velosiana, em obséquio ao autor da Flora Fluminense. O mais difícil da empresa é a publicação de um periódico científico, que me parece um elemento indispensável para a estabilidade dessa Sociedade: como deve ser acompanhado de estampas será mui dispendioso, e não podemos contar com assinantes de tal número, que cubras as despesas. Este jornal ou periódico será chamado o Precursor, como o primeiro deste gênero, que aparece no Brasil”. (FREIRE-ALLEMÃO⁷ apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p.133-134)

Mas, Freire-Allemão, em um discurso por ocasião de uma das tentativas de retomada da Velosiana³⁴, informou que:

“Em 1845 estando eu em minha casa no Engenho Velho, corria o mez de Agosto, e cogitando na falta que sentiamos de uma Associação de naturalistas, que cuidassem de coligir, estudar e enthesourar os objectos naturais, tão abundantes, tão preciosos, de nosso posso paiz, em que elles se unissem; se auxiliassem e se animassem mutuamente (...) formarão a reunião dos Curiosos da Natureza”. (id., ibid.)

As fortes tintas nacionalistas do projeto de Freire-Allemão permaneceram, mas o nome da sociedade mudou. A designação de “Sociedade Velosiana” foi pensada para homenagear o igualmente botânico o frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1881), nascido na vila de São José (comarca de Rio das Mortes), primo do inconfidente mineiro Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes (BLAKE, 1970). Como era notório seu interesse pelos estudos de história natural, principalmente pelos estudos de botânica, recebeu a ordem do vice-rei Luiz de Vasconcelos (através do provincial frei José dos Anjos Passos) para empreender excursões a fim de reunir suas investigações das matas fluminenses “numa obra de conjunto”, ou seja, uma flora. Ao fim de oito anos, Veloso cumpriu a ordem ao concluir a obra de conjunto, a qual recebeu o nome de “Florae Fluminensis”³⁵.

O interesse do vice-rei pela confecção da flora era principalmente em função da beleza ímpar da vegetação ainda desconhecida. Tratou-se basicamente do intento em se descobrir dividendos que poderiam ser extraídos das matas da colônia brasileira. Em 1800,

⁷ FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Cópia de uma carta escrita ao Doutor Martius em 21 de setembro de 1848*. Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

³⁴ C.f. Id. *Discurso pronunciado ...op. cit.*

³⁵ Ou mais precisamente na versão de 1790 *Florae Fluminensis icones fundamentales ad virum expressae jussu illustrissimi ae prestantissimi domini Aloysii Vasconcellos et Souza a sacrorioribus concillis S. Magestatis, totius ditionis Brasiliae mari, terraque pretoris generalis ac pro-regis IV fluminensis ver* BLAKE, op. cit.

o príncipe-regente d. João nomeou Veloso para dirigir a tipografia do Arco do Cego, mas ser o diretor da tipografia não garantiu a Veloso a impressão rápida de sua obra (BORGMEIER, 1961), pois a morte do abade português Santini e a ocorrência de guerras interromperam a impressão das estampas (BLAKE, op. cit.).

Com a invasão de Portugal pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte, o naturalista francês Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844) ficara incumbido de “pilhar”, em Portugal, obras que ele julgasse de importância para serem enviadas ao Museu de Paris, para integrar seu acervo. Em 1790, logo que terminou os trabalhos da Flora Fluminense, Veloso dirigiu-se à Corte portuguesa, acompanhado do vice-rei Luiz de Vasconcelos, para apresentar sua obra (BORGMEIER, op. cit.). Tal exibição muito provavelmente se fez notícia na França, despertando o interesse dos entusiastas da botânica francesa. E assim, Saint-Hilaire teria tomado ciência da existência da obra de Veloso e do que se tratava, resolvendo fazer dela mais um item de sua pilhagem.³⁶

Esta usurpação contou com um documento oficial. Neiva (1989) relata que foi entregue pelo duque de Abrantes (chefe do exército de ocupação), um ofício à Administração Geral da Imprensa Nacional exigindo a entrega das obras 554 chapas pertencentes à Flora Fluminense, as quais foram efetivamente entregues ao portador. Felizmente, Veloso conseguiu salvar seus originais e estes foram repatriados ao Brasil, em 1809, passando para o acervo da Biblioteca Imperial em 1811. Somente em 1825 a obra foi impressa e publicada graças à descoberta dos originais por um frei bibliotecário³⁷. Ao constatar do que se tratava, e após consultar o dr. João da Silveira Caldeira³⁸, sobre quem tinha sido o autor da Flora, o religioso solicitou a d. Pedro I que:

“ (...) esta Obra, tal qual existe, formada com saber precisão, e muito trabalho, completa emquanto ás estampas, mas falta as ultimas, e poucas descrições, e comtudo digna de apparecer, e utillissimo que se publique: (...) dará a ver a riqueza, neste genero e nesta pequena parte do Brasil, conhecimento que tantos sabios estranhos ardentemente buscam, e com tantas fadigas principiam a colher; obstará a que muitos se apropriem da gloria, e dos fructos dos suores alheios, servirá de estímulo, e mesmo de guia a outros, que a um tão bello, como util trabalho se dediquem; mostrará a que

³⁶ As obras de Alexandre Rodrigues Ferreira também foram usurpadas na mesma ocasião.

³⁷ “Redescoberta” seria o mais apropriado, pois outro Saint-Hillaire (Augustin) relatou ao Visconde S. Leopoldo sua existência na Biblioteca ver BORGMEIER, op. cit.

³⁸ Doutor em medicina pela Universidade de Estrasburgo e químico, foi diretor do Laboratório Químico do Museu Imperial entre 1823 e 1827: Ver: **Laboratório Químico do Museu Imperial**. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Capturado em 01 mai. 2005. Online. Disponível na Internet <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

gráo o genio brasileiro póde elevar-se nas sciencias e nas artes, quando simplesmente auxiliado” (Apud BORGMEIER, op. cit, p.8).

A resposta do imperador foi positiva, e aceitando a sugestão do frei descobridor das estampas, estas foram enviadas à Paris para litografia, o que se iniciou em 1827. Grande parte dos manuscritos ficou para ser impresso na Tipografia Nacional do Rio de Janeiro, sendo publicada em 1825. Os trabalhos de impressão das 1640 estampas da *Flora Fluminense* foram concluídos em 1831, sendo publicados em 60 fascículos, que juntos, formaram 11 volumes *in folio* (ibid.). Mas se a morte do abade Santini interrompeu a impressão das estampas em 1800, desta vez em 1831 a conturbada abdicação do trono por d. Pedro I atrapalhou a distribuição dos últimos fascículos que estavam no prelo de uma tipografia francesa. Embora o Governo Regencial tenha ordenado a suspensão dos trabalhos de impressão e do pagamento devido, a impressão que não foi suspensa. Sem pagamento, a tipografia moveu um processo judicial, o qual ela ganhou, e assim vendeu as estampas a peso, e 100 exemplares impressos foram vendidos a livreiros (BORGMEIER, op. cit.). Além da *Flora Fluminense*, Veloso deixou outra obra não menos importante: “O fazendeiro do Brasil”, constituída de 11 volumes em cinco tomos, tratando de técnicas agrárias e traduções do *modus operandi* da agricultura de outros países (BLAKE, op. cit.). O religioso ocupou-se dos estudos de helmintologia, das técnicas de desenho para arquitetura civil e militar, da doutrina cristã, da disposição metódica dos fungos, de tratados de navegação de canais, da descrição de peixes brasileiros etc.

2.3.2 Alguns “velosianos”

A *tour de force* enfrentada por Veloso e todos obstáculos para a publicação da *Flora Fluminense* podem ter comovido Freire-Allemão, mas alguns membros que fariam parte da Sociedade Velosiana não compartilhavam do mesmo entusiasmo em batizar a mais recente associação criada com um termo homenageando o botânico setentista. Isto porque na fala de Freire-Allemão:

“Logo no principio se levantou ao titulo de Sociedade Vellosiana. Queria um que fosse antes: Sociedade das Sciencias Nacionaes, outro Sociedade Excrutadora de Sciencias Naturaes. Eu, pasmado dessa repugnância, pedi-

lhes a razão porque não annuiam; responderam-me com evasivas, dando porem a entender que não julgavam Velloso com bastante prestigio para decorar e afortunar a nascente Sociedade. Foi, bem que ligeiro, e primeiro signal de desaccordo, e o primeiro estrepe em que me feri”.³⁹

Na verdade o nome da Velosiana, como deu a entender Freire-Allemão, não foi sugerido por ele na sessão de abertura dos trabalhos em 1850, mas como vimos, no mínimo dois anos antes, conforme indica a carta enviada a Martius.

A Sociedade Velosiana apresentava-se organizada pelas seções de botânica, de zoologia, de mineralogia e de língua indígena. Pouco tempo mais tarde, em 1851, Freire-Allemão promoveu uma modificação na denominação das seções, identificando-as como 1ª, 2ª, 3ª e 4ª seções, focalizando objetivos mais abrangentes tais como a produção de catálogo cronológico dos autores que até aquela época haviam escrito sobre história natural (LOPES, 1997). Para o funcionamento, o organograma proposto contava com um presidente (fundador); secretário; tesoureiro-arquivista; sócios, que foram subdivididos em efetivos e adjuntos-efetivos; sócios honorários; e por fim, sócios correspondentes e adjuntos-correspondentes.

Em mais uma missiva enviada a Martius, Freire-Allemão comunicou:

“Consegui fundar aqui, como já havia prevenido a Vossa Senhoria na minha carta de 21 de setembro de 1848, uma Associação de História Natural, a que dei o nome de Sociedade de Velosiana em obséquio ao autor da Flora Fluminensis, em fins de 1851⁴⁰. Temos pouca gente, que se ocupe destas matérias, assim não é possível fazer muito, mas aqui, o pouco vale muito. Ela marcha com lentidão, e através de muitos tropeços; veremos se com pertinácia se vence dar-lhe estabilidade. Por ora vai publicando seus fracos trabalhos no Guanabara, periódico literário, que aqui se publica, até que possa ter um jornal seu; o que reputo essencial para sua direção (...)”. (FREIRE-ALLEMÃO[?] apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit.).

Logo, o periódico *O Precursor* idealizado por Freire-Allemão não vingou, tendo sido os trabalhos da Sociedade publicados no periódico “O Guanabara – revista mensal artistica, scientifica e literaria”, que circulou entre 1851 e 1853, e que teve seus números reunidos em uma coletânea encadenada chamada “Biblioteca Guanabareense”.⁴¹

De acordo com a primeira divisão da sociedade, eram membros das seções:

³⁹ C.f. FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Discurso pronunciado...* op. cit.

⁴⁰ A Sociedade foi fundada em 1850.

[?] FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Copia de uma carta escrita ao Senhor Martius, em 22 de dezembro de 1852*. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁴¹ Alguns exemplares podem ser encontrados nas bibliotecas do Museu Nacional e do IHGB.

? **Mineralogia:**

Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque (1803-1866), doutor em matemáticas e ciências naturais pela Escola Militar, de onde foi lente jubilado. Foi engenheiro militar e se reformou como brigadeiro.

Custódio Alves Serrão (1799-1873), frei carmelita, por imposição familiar desde os 15 anos, foi enviado à Coimbra sob expensas da ordem carmelita para ter aulas de “cursos superiores”, onde rebelou-se contra os frades de Coimbra porque queria cursar ciências naturais. Com o diploma em mãos, veio para o Rio de Janeiro, sendo nomeado lente de botânica e zoologia da Academia Militar, posteriormente lente de química e mineralogia. Em 1828 foi nomeado diretor do Museu Imperial, e em 1834 integrou a comissão responsável de melhorar o funcionamento da Casa da Moeda, instituindo uma reforma nos processos de análise e refinamento de metais, considerada inédita Blake, principal biógrafo consultado.

Alexandre Antonio Vandelli (1784-1854), de origem lusitana, era filho de Domingos Vandelli (1730-1815)⁴². Juntamente com o pai, desenvolveu alguns estudos de história natural, adquirindo conhecimentos em mineralogia, além de ter sido membro da comissão de reforma de pesos e medidas de Portugal (BLAKE, op. cit.).

? **Botânica**

Além de Freire-Allemão, a seção botânica contou com Luís Riedel (1791-1861), berlinense radicado na França. Segundo Augel (1979) Riedel começou o ofício de botânico trabalhando como horticultor e jardineiro em várias cidades francesas. Porém, em 1813 participou como soldado prussiano da guerra contra Napoleão, conflito que havia causado baixas também no Jardim Botânico de Berlim. Trabalhou para Alexander Von Humboldt com o objetivo de recolher pela França plantas interessantes que não aparecessem no sistema de permuta entre os jardins botânicos francês e prussiano idealizado por Humboldt. Retornando à Prússia depois de terminado o financiamento concedido por Humboldt, seguiu para a Rússia, onde encontrou trabalho no Jardim Botânico de Dorpat. Em 1820 deixou Dorpat para fixar-se em São Petesburgo, e lá foi recrutado por Langsdorff para a expedição científica destinada à exploração do interior do Brasil. De 1842 a 1861, foi

⁴² Italiano radicado em Portugal, foi lente de química e história natural da Universidade de Coimbra e um dos que apoiaram a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa. C.f. FIGUEIROA, Silvia F. de M., SILVA; Clarete Paranhos da; PATACA, Ermelinda Moutinho. *Aspectos mineralógicos das "Viagens Filosóficas" pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX*. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol.11, n.3, p.713-729, set./dez. 2004.

diretor da seção de botânica, agricultura e artes mecânicas do Museu Nacional, sendo seu diretor interino em 1844.

Outro integrante de grande destaque não apenas na Sociedade Velosiana, foi Guilherme Schüch de Capanema, mas também na história da ciência brasileira. Capanema foi doutor em matemática e física pela Escola Militar do Rio de Janeiro e engenheiro pela Escola Politécnica de Viena (BLAKE, op. cit.). De todos os membros da Velosiana e posteriormente, da Comissão Científica de Exploração, Capanema era o que mais possuía laços com a Corte. Seu pai, o professor do Museu Imperial de Viena e bibliotecário da princesa Leopoldina Roque Schüch, veio ao Brasil por conta das portas abertas aos compatriotas da imperatriz Leopoldina, a partir de seu casamento d. Pedro I em 1817. Em 1852, Capanema foi responsável pela instalação da primeira linha telegráfica no país (BRAGA, op. cit.)

? *Zoologia*

Da seção de Zoologia tomou parte Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859), formado em filosofia em Coimbra e em medicina pela Universidade de Paris. Em 1842, com a criação da seção de zoologia e anatomia comparada no Museu Nacional, foi seu primeiro chefe (BLAKE, op. cit.). Também integrava a seção de zoologia da Velosiana João Theodoro Descourtiz (?-1855), ornitólogo francês que empreendeu várias expedições pelas matas brasileiras, precisamente no sudeste, retratando em aquarelas as aves existentes na região.

? *Língua Indígena*

O responsável pela seção de língua indígena foi um militar, Antonio Manoel de Melo (1802-1866). Doutor em matemática pela Escola Militar, ministrou aulas como lente substituto do curso de pontes e calçadas, foi catedrático e lente da Escola de Arquitetos, faleceu na Guerra do Paraguai.

Os membros da Sociedade Velosiana, assim, encontraram de relativo espaço de atuação no ramo das ciências no Brasil oitocentista, ao serem quando recrutados para fazer dos seus quadros de instituições de ensino e pesquisa. É interessante notar a presença de Guilherme Schüch na seção de botânica, tendo sido ele mais um especialista em matemática e física. A questão da formação não era o principal nos estatutos da Velosiana, mas sim, o que o sócio teria escrito ou estudado sobre os ramos de saber agraciados pela associação.

2.3.3 Fim e tentativa de recomeço

A falta de um periódico próprio, apesar da boa vontade dos editores do “Guanabara” em publicar os trabalhos dos sócios da Velosiana, as veladas disputas internas com alguns episódios de discussões acaloradas, juntando-se a problemas de ordem financeira determinaram seu término. Segundo Lopes (1993), Freire-Allemão passou a considerar a aceitar a proposta apresentada por um dos sócios – justamente Guilherme Schüch de Capanema, para integrar a Sociedade ao IHGB. Em 1853, um parecer do IHGB informou que:

“A Comissão de Estatutos tendo tomado na devida consideração a proposta do Sr. Ilmo. Capanema sobre a junção da Sociedade Velosiana ao Instituto Histórico, julgou a de suma vantagem tanto para uma como para outra Sociedade. O estudo das Linguas indigenas, que pelos estatutos da Sociedade Velosiana lhe é especialmente recommendado, tem intima connexão com a da Geografia e Historia patrias; affinidades do mesmo gênero, ainda que em grau mais remoto se reconhecem entre estudos privativos do Instituto e os da Historia natural do Brazil: tendo assim os objectos das duas Sociedades tantas relações entre si, muito proveitosa seria sua cultura, si para ella corressem ambas mais estreitamente unidas, do que até agora tem estado. A estas considerações accerca outra, a que dá a Comissão grande importância: acredita a Comissão, que quando os fundadores do Instituto crearão a nossa Sociedade lançarão os fundamentos de uma associação, que com o correr dos tempos terá de representar as Letras e Sciencias Nacionaes, assim como o Instituto de França o fez nesse paiz. No começo da Instituição não era de certo prudente alargar a sua esphera; tinhamos poucas forças convinha concentra-las: hoje porem que o Instituto se acha consolidado, e que outras aptidoens scientificas se vão desenvolvendo, cumpre dar lhes apoio e consistência, approximando as de nós. A Comissão é por tanto de parecer que seja approvada a proposta do Sr. Dr. Capanema: devendo porem ser precedida qualquer reforma dos estatutos, que tal junção exija, por um convite expresso de Sociedade Velosiana. Rio de Janeiro 3 de Junho de 1853”.⁴³

A junção, porém, não logrou êxito. Ainda segundo Lopes (1993), Freire-Allemão considerou a proposta de Capanema como um meio de acabar com a Velosiana, o que de fato, aconteceria três anos depois. Terminada a Velosiana, Capanema empenhou-se em fundar sua associação científica em 1859 – a Sociedade Palestra Científica, mas também

⁴³C.f. *Documentos referentes à junção da Sociedade Velosiana, que se ocupa de História Natural do Brasil e línguas indígenas, com o IHGB: pareceres, proposta (Capanema) que se faça aos presidentes de algumas províncias informações sobre terremotos nela ocorridos*, 1853. Documentos do IHGB, Lata 342, pasta 4.

não alcançou longevidade. Dela participaram alguns ex-membros da Velosiana, além de um contrariado e derrotado Freire-Allemão.

Com a Sociedade Palestra Científica o foco não estava mais na história natural, era vez agora de seguir os ditames de seu fundador, que priorizava os escritos sobre matemática e física (LOPES, op. cit.). Enquanto isso, o IHGB seguia cada vez mais fortalecido ao tratar das ciências naturais no Brasil, dando considerável destaque para as ciências geológicas.

As disputas entre Capanema e Freire-Allemão foram solapadas quando ambos se viram sem suas sociedades, mesmo Capanema tendo conseguido alcançar o tão perseguido êxito com a criação do Instituto Politécnico (LOPES, op.cit.), e ficado assim, estritamente entre seus pares engenheiros e não com a diversidade de homens de ciência e seus respectivos domínios de saber, como ocorrera nas sociedades Velosiana e Palestra Científica. Para Freire-Allemão, ficava claro que era muito mais prolífico cercar-se de diferentes cientistas e ramos de saber distintos ao seu, e assim abarcar o máximo que a Sociedade Velosiana poderia oferecer aos verdes campos da ciência oitocentista no Brasil.

As tentativas de retorno da Sociedade Velosiana se deram em 1870 e 1872, com a publicação em 1873, do Dicionário de Botânica Brasileira, tendo como base as “Centurias” de Manuel Arruda da Câmara, na verdade uma espécie de flora pernambucana. De acordo com Saldanha (1875) Freire-Allemão participou dos trabalhos de estudo e correção dos originais para posterior publicação.

O anseio de inscrever o Brasil no grupo dos países civilizados era a premissa básica das associações científicas civis, aliado aos anseios profissionais de delimitação de espaços de atuação no cenário científico brasileiro e quiçá, internacional. Dependendo das considerações pessoais dos envolvidos naquela conjuntura, não necessariamente configurou-se como um objetivo traçado como uma linha reta sem possibilidades de fracassos. Freire-Allemão, com sua Velosiana, encarnou um Quixote igualmente solitário que se achava cercado de entusiastas nada críticos à sua causa, perdendo terreno dentro de sua própria sociedade, esperando depois que ela fosse absorvida pelo IHGB e tendo que se submeter a ser membro da nova sociedade criada pelo pivô da dissolução de sua sociedade. Não há, na fala de Freire-Allemão, maiores disparos vociferando contra as ações desagregadoras de Capanema, a não ser o discurso embargado provavelmente proferido em 1872.

Na quebra de braço entre dois “titãs” da ciência brasileira, a derrota ficou com Freire-Allemão. A Palestra Científica de seu crítico mais feroz, Capanema, parece ter

influenciado o IHGB no intuito de promover a primeira expedição científica em terras brasileiras, colocada em campo por “nacionais” e não mais por viajantes naturalistas europeus (NEIVA[?] apud LOPES). Mesmo sem o caráter de mais diversificado da Velosiana, a Palestra Científica acabou por ser mais bem-sucedida por ter transitado pelo IHGB, e por ter conquistado tal influência, garantiu a abertura dos cofres públicos, mesmo com adiamentos, para a empreitada nas províncias do então norte do país.

[?] NEIVA, Artur. *Esboço histórico sobre botânica e zoologia no Brasil*. Brasília: Ed. Unb, 1989.

CAPÍTULO 3: A COMISSÃO DE EXPLORAÇÃO CIENTÍFICA DAS PROVÍNCIAS DO NORTE

“(…) ao se estudar a Comissão, deve-se ter em mente que ela foi a primeira a ser empreendida por um País de ciência balbuciante, sem modelo e tradição. Por isso mesmo, não poderá ser comparada às expedições européias que aqui vieram. Tem-se de apreciá-la com critério relativista, dando maior importância às circunstâncias de tempo e de meio que a envolveram” (Braga, 1962).

Desde as missões artísticas francesas do XVIII até as expedições de Carl von Martius, já no século XIX, o Brasil ainda não havia empreendido sua própria expedição artística ou científica. Os brasileiros, quando participavam de expedições, atuavam como colaboradores prestativos, mas não havia a autonomia para se conhecer totalmente seu próprio território. Os motivos podiam ser por conta de períodos de instabilidade política, embates internos para a divisão de províncias ou até mesmo a não consideração de uma viagem patrocinada pelas expensas monárquicas para dar conta da vastidão do território brasileiro, mesmo que uma viagem ficasse circunscrita a uma determinada região.

Somente na segunda metade do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), começou a considerar a sugestão de um de seus membros para que fosse, enfim, empreendida uma expedição composta apenas por brasileiros, que fossem menos figuras de destaque no cenário científico e cultural do Império. De fato, Manuel Ferreira Lagos, membro da Palestra Científica que havia sido fundada por Guilherme Schüch de Capanema, e “adjunto da Seção de Anatomia Comparada e Zoologia do Museu Nacional desde 1854” (LOPES, 1996, p. 50) foi considerado um dos mentores da Comissão, que contou com a simpatia de d.Pedro II para que a empreitada fosse levada adiante. Antes mesmo de ser composta, as notícias da primeira expedição brasileira chegaram à Europa. Lagos, no entanto, ao propor a expedição, não deixou de apresentar um certo tom de despeito em relação às expedições anteriores realizadas por estrangeiros (BRAGA, 1962).

Os idealizadores receberam a resposta positiva do Imperador, entre os anos de 1857 e 1858, pois afinal, demandavam que a expedição recebesse verba do orçamento imperial. Uma série de contratempos de ordem política e a espera pela chegada de encomendas dos materiais necessários para os trabalhos feitas ao exterior, como instrumentos astronômicos, cartográficos, compêndios e manuais, atrasaram a partida da Comissão. Os participantes da Comissão chegaram ao Liceu Cearense, localizado em Fortaleza, em fevereiro de 1859 (BRAGA, op. cit.).

E o que esta expedição pretendia? Um dos objetivos era descobrir, catalogar e posteriormente, explorar o que havia nas então ainda inexploradas províncias do norte do país; apesar de majoritariamente os trabalhos terem se concentrado no Ceará, os estados de Pernambuco e do Piauí também foram visitados.

Todavia, apenas conhecer o que havia de inédito no tocante de riquezas minerais e de flora e fauna não se constituiu em um objetivo tão simples para os futuros viajantes. O outro objetivo era aferir ao Brasil a mais nova prerrogativa visando sua admissão no seleto grupo dos países “civilizados” da época – o domínio dos pressupostos da História Natural. Isto porque o século XIX é considerado como a “era das análises”, em que a História Natural forneceu consideráveis dividendos aos museus científicos criados pelos Estados nacionais europeus (PICKSTONE, 2001, p. 73). Como veremos mais adiante, o material que foi coletado pela expedição constituiu-se em acervo de grande importância para o Museu Nacional, na época Museu Imperial.

Lagos assim explicitou os porquês da expedição:

“Tudo (...) seria do mais alto interesse nessa exploração; conhecimentos positivos da topografia, dos cursos dos rios, dos minerais, plantas e animais, dos costumes, língua e tradições dos autóctones, cuja catequese seria também mais facilmente compreendida. O governo imperial ficaria melhor habilitado para conhecer as urgências do interior e decretar a abertura de novas vias de comunicação, que aumentariam as relações comerciais, e por conseqüência a renda nacional; muitas estradas já estão prontas pela natureza, só falta conhecê-las para por elas escorregarem locomotivas. (...) A expedição seria, portanto, gloriosa para o Brasil, como não menos para os que a empreendessem, e o bom resultado da primeira serviria para excitar novas explorações” (LAGOS [?] apud BRAGA, op. cit., p. 16-17)

A Comissão acabou sendo composta por: Francisco Freire-Allemão (Botânica), Guilherme Schüch de Capanema (Geológica e Mineralógica), Manuel Ferreira Lagos

[?] LAGOS, Manoel F. In.: *Revista do IHGB*, t. 19 (1856), suplemento, p. 114.

(Zoológica), Giacomino Raja Gabaglia (Astronômica e Geográfica), Antônio Gonçalves Dias (Etnográfica e Narrativa de Viagem), além do pintor José dos Reis Carvalho (LOPES, 1996). Freire-Allemão, que acumulou a direção-geral da Comissão, contava com os préstimos de seu sobrinho Manuel Freire-Allemão, o Freirinho⁴⁴. Ou seja, foi reunida a “nata” dos homens de ciência do Brasil, cada qual com trajetórias profissionais que lhe aferiam as respectivas alçadas das seções que compunham a Comissão.

3.1 A SEÇÃO BOTÂNICA DE FREIRE-ALLEMÃO

Cada seção composta para integrar a Comissão teve que apresentar suas próprias instruções, ou seja, elaborar roteiros dos trajetos a serem percorridos, explicitar seus objetivos, que obviamente deveriam estar co-relacionados com os objetivos da Comissão. Vale ressaltar que as instruções também mostravam preocupação relevante com os costumes locais; este fator garantiria o trânsito da Comissão por logradouros isolados e, portanto, em nada acostumados com a presença de representantes do Império naquelas bandas. Obter uma certa confiança de uma população considerada atrasada e de fato, isolada até mesmo das capitais de suas próprias províncias facilitaria os trabalhos ao conseguirem valiosas informações dos nativos, quer a respeito de recursos minerais, quer a respeito da flora e fauna da região.

Logo, Freire-Allemão deveria estudar os espécimes botânicos existentes no roteiro previsto e não descuidar de apontar quais se prestavam como recursos cultiváveis importantes para economia, como se pode verificar mais detalhadamente abaixo:

“A Seção de Botânica terá a seu cargo:

I – O estudo dos vegetais silvestres, particularmente o das árvores que fornecem madeiras de construção, resinas, óleos, gomas, ou outro qualquer produto útil; e o das plantas que possam aproveitar na medicina e na indústria.

Indagará dos homens práticos do lugar o nome indígena e vulgar de cada vegetal, e seus usos populares.

Das árvores, além dos ramos, flores e frutos para estudo e formação de ervários, colherá amostras da madeira, resina, óleo, etc.: de tudo em quantidade suficiente para ser distribuído pelos museus nacionais, e mesmo estrangeiros.

Das plantas que tenham ou se presuma terem uso na medicina e nas artes, além dos ramos, flores e frutos, colherá de suas partes ativas quanto chegar para análise química e ensaios terapêuticos e industriais.

⁴⁴ Falecido em 1863, de acordo com relatos, ainda jovem de problema neurológico.

De todos os vegetais mais importantes colherá frutas perfeitamente maduras para sementeiras ou tentativas de cultura.

De cada uma destas cousas, não se podendo na ocasião colher exemplares ou produtos, procurará que alguma pessoa do lugar se incumba de o fazer, indicando-lhe o modo de o praticar e de remeter com segurança.

Observará o aspecto geral do País quanto a sua vegetação primitiva ou secundária, com relação à natureza do terreno e seus acidentes, e às condições meteorológicas ordinárias.

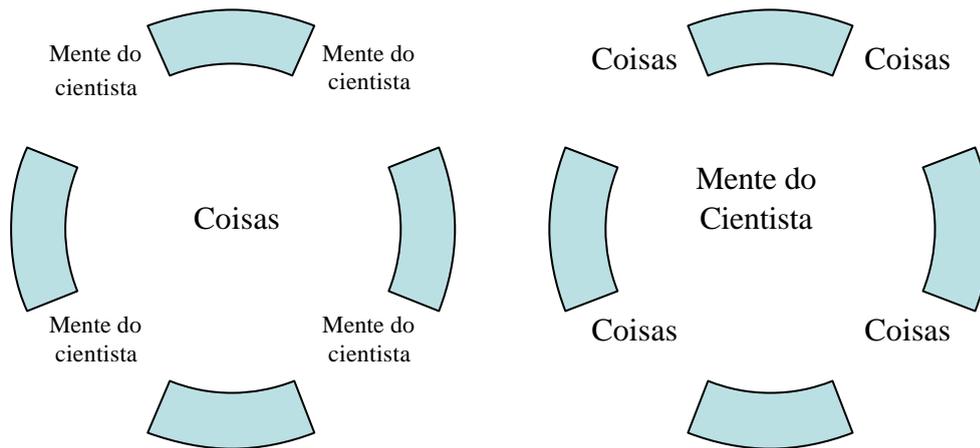
Em cada localidade notará as espécies que naturalmente aí vegetam, com o fim de concorrer para o delineamento da geografia botânica do Brasil.

Enfim, notará as matas mais ricas em madeiras de construção naval, e em que seja mais fácil a sua extração para serem reservadas.

II – O estudo dos vegetais cultivados, e o sistema de cultivo adotado no País: notando a qualidade das terras, as influências atmosféricas e quantos outros acidentes forem benéficos ou nocivos à lavoura”. (apud BRAGA, op. cit., p. 173-174)

Latour, em seus trabalhos sobre história e sociologia da ciência, caracterizou todo o processo de acumulação como uma “mobilização dos mundos” (op. cit., p. 363). Como novos mundos, periféricos, puderam ser transportados para centros, demandaram de soluções tomadas pelos viajantes de outrora se mostraram intensamente eficientes aos seus propósitos. Nenhum viajante contou com manuais prontos, porque muito acima de qualquer manual que poderia ter sido escrito em quaisquer épocas das expedições o que estava em jogo não era a mera bajulação a um governante, - mesmo que se apresentados bons resultados haveria recompensa -, e sim, a necessidade de afirmar o poder simbólico de uma determinada nação e a garantia de dividendos expansionistas. No caso da Comissão, esta não deixava de ter seu caráter expansionista, mesmo ao explorar uma província circunscrita ao território nacional, diferente do que acontecera com os Estados nacionais europeus que se lançaram para muito mais longe que poderiam realmente conceber em seus sonhos mais visionários.

O que houve, além da acumulação de elementos diversos explorados em províncias e em terras distantes, foi a oportuna percepção de que determinadas atitudes e os rastros deixados por outrem seriam úteis ao que seria feito depois, daí a importância do naturalista Feijó para a Comissão. Esquematizando a problematização acerca do que Latour relembrou do pensamento kantiano – a “revolução copernicana”, tem-se o seguinte:



Antes do refinamento paulatino das experiências e memórias dos inúmeros antecessores de viajantes no mundo, vê-se então que as coisas assumiam o lugar central, como um enigma a ser decifrado e aparentemente, sem nenhuma solução crível. A mente do cientista então tratava de fazer incontáveis rodeios para resolver o enigma bem diante de seus olhos. Porém, isso mudou quando o cientista assumiu a posição de destaque e passou a ter a sua disposição coisas, elementos que poderiam ser dominados e analisados. Deixou de ficar a mercê de seu próprio desconhecimento em descobrir como obter mais exemplares de elementos para suas análises, e não apenas um conjunto pífio e desgarrado que não tinha co-relação com mais nada. Mas Latour (op. cit.) apontou que não necessariamente a cartografia, - originalmente pensada como um elemento para a “revolução copernicana” de Kant -, seria o único meio de se promovê-la.

A expedição empreendida pelos “notáveis” do Império precisava voltar com resultados, ou melhor, já tratar de enviá-los a cada passo concluído, como já foi visto. Ela tinha a função de abarcar as etapas de coleta desde artefatos produzidos pelas populações indígenas que eventualmente fossem encontradas, amostras geológicas, mineralógicas, zoológicas e no interesse em questão, botânicas. Para tal, era preciso então fazer as conhecidas “coleções”, ainda que tal objetivo sempre se revelasse laborioso e dispendioso, pois em relação à fauna e flora, eram amostras que deveriam chegar preservadas ao seu destino. O caso da fauna não será contemplado, mas em relação à fauna, tinha-se o método de “imprensar” as plantas, promovendo sua desidratação. Com técnicas acumuladas, isto é, aperfeiçoadas ao longo de séculos, os danos da alteração física de plantas e sementes eram minorados, até porque Freire-Allemão também produziu algumas centenas de desenhos para servir de complemento, juntamente com suas diagnoses botânicas detalhadamente anotadas.

A botânica era a ciência capaz de fazer uma espécie de fitogeografia do mundo. Classificar plantas não era apenas lançar mão das terminologias que vigoravam, era esmiuçar e desvendar a Natureza, uma das mais fantásticas criações divinas para os homens daquele tempo, apesar desse fator místico não estar presente nos trabalhos botânicos de Freire-Allemão. E para uma classificação que estivesse de acordo com a acumulação de conhecimento feita a partir de Linneu, desconsiderando-se o fator místico, Freire-Allemão não poderia chegar até as matas do Ceará e colher uma pífia quantidade de exemplares botânicos da “periferia” para serem enviados até o “centro”. Assim sendo, qual instituição se solidificou como o “centro de conhecimento” de tudo o que seria acumulado nas tarefas expedicionárias? O IHGB, que possuía em seus quadros ex-membros da Velosiana e da Palestra Científica, que por seu turno eram membros do próprio instituto. Porém, o IHGB só comportaria as partes escritas dos trabalhos, que seriam apresentados em sessões para os demais sócios. O Museu Nacional, depois, figurou como a instituição que receberia os espécimes de fauna e flora e as amostras mineralógicas.

Para enviar o somatório de suas coletas até o “centro” aonde o conhecimento botânico seria finalmente produzido, pois a botânica “é o conhecimento local gerado no interior de instituições coligadoras” (LATOURE, op. cit., p. 372), havia a grande necessidade de empreender uma “escala” do que poderia ser enviado. Além do mais “um botânico do século XIX não precisava apenas saber confeccionar um herbário, mas deveria também ser apto a dissecar uma planta em busca de detalhes morfológicos” (KURY, 2001, p. 33). Este pormenor de como era o *modus operandi* da pesquisa botânica no século XIX se mostra muito mais claro em uma carta do botânico agradecendo os elogios recebidos por seus estudos, quando afirmou que “no isolamento em que encontro, tendo necessidade de penetrar nas florestas virgens, descrever, desenhar, dessecar as plantas, enfim, de tudo fazer, até litografar e cuidar da impressão, meu trabalho é penoso, e deve caminhar lentamente” (FREIRE-ALLEMÃO⁷ apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p. 123-124). O botânico, assim, faz parte do segundo esquema de “revolução copernicana” proposto por Latour.

A “escala” empreendida por Freire-Allemão, foi feita por amostras botânicas, anotações e desenhos. A vegetação para o botânico pareceu-lhe semelhante com as das florestas do Rio de Janeiro, tendo encontrado árvores como maçarandubas do Ceará

⁷ FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Carta a Fischer, diretor do Jardim Botânico de São Petesburgo*. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1847. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

(*Manilkara rufula* Lam.); paus-d'arco amarelo, também conhecidos ipês amarelos (*Tabebuia serratifolia* Nicholson); angelins (*Andira retusa* H.B.K.); jatobás (*Hymenaea courbaril* L.); paus-d'óleo (*Copaifera langsdorfii* Desf.); bálsamos (*Myroxylon peruiferum* L.); jítós (*Guarea tuberculata* Vell.); canafístulas (*Cassia fistula* L.); coração-de-negro (*Piper gigantifolius* C.DC.); jacarandás, com outro nome vulgar de ipê branco (*Cybistax antisiphilitica* Mart.); entre outras. Tais árvores estavam localizadas em áreas montanhosas.

Já nas matas de pé de serra, encontrou plantas de portes distintos, ou seja, arbóreos e rizomas, tais como cedros (*Cedrela odorata* L.); paus-d'arco roxo ou ainda, ipês rosas (*Tabebuia avellaneda* Lor.); juremas brancas (*Mimosa verrucosa* Benth.); angicos (*Anadenanthera macrocarpa* Benth.); tatajubas (*Broussoneria plumieri* Spr.); pajaús (*Triplaris gardneriana* Willd.); pacotes (*Cochlospermum regium* A.St.-Hil.); almécegas (*Protium heptaphyllum* Marchal.); timbaúbas (*Enterolobium contortisiliquum* Morong.); mutambas (*Guazuma ulmifolia* Lam.); condurus ou inhames (*Dioscorea spp* Anon.); inharés ou ipês do sertão (*Brosimum gaudichaudii* Trec.); mororós (*Bauhinia forficata* Link.); jenipapos (*Genipa americana* L.); pequis (*Caryocar coriaceum* Wittm.); faveiras (*Dimorphandra gardneriana* Tul.); visgueiros (*Parkia platycephala* Benth.); catolés (*Syagrus comosa* Mart.); entre outras.

No segundo momento de suas investigações, acerca das plantas encontradas, desta vez na região do sertão, notou a presença de sabiás (*Mimosa caesalpinifolia* Benth.); pereiros (*Aspidosperma pyriforme* Mart.); mufumbos (*Combretum leprosum* Mart.); catingueiras (*Caesalpinia bracteosa* Tul.); etc. Mas das que davam, segundo parecer de Freire-Allemão, ótimas madeiras eram as aroeiras (*Schinus terebenthifolius* Raddi); as gonçalo-alves (*Astronium fraxinifolium* Schott); as marfins (*Agonandra brasiliensis* Miers); os cumarus (*Amburana cearensis* A.Smith.); as braúnas (*Schinopsis brasiliensis* Engl.); os paus-brancos (*Auxemma oncocalyx* (Allemao) Taub.), além dos já citados paus-d'arcos roxo e angicos.

Na última parte dos estudos a respeito da vegetação, o botânico se deteve na região litorânea da província cearense, detectando a presença de cajueiros (*Anacardium occidentale* L.); cajazeiras (*Spondias mombin* Jacq.); magabeiras (*Hancornia speciosa* B.A.Gomes); uvaías (*Eugenia uvalha* Cambess.); cauacus (*Coccoloba latifolia* Lam.); janagubas (*Himatanthus articulata* (Vahl) Woods); bartatimãos (*Dimorphandra*

gardneriana Tul.); lacres (*Vismia guaramirangae* Huber); embiribas (*Xylopia sericea* A.St.-Hil.); paraíbas (*Simaruba amara* L.); sambaíbas (*Curatella americana* L.); etc.⁴⁵

Suas considerações sobre a lavoura foram fortemente marcadas por um ideário ilustrado e pragmático de aferir não só aos que cuidavam da lavoura no Ceará, como no Brasil em geral algum conhecimento capaz de levar progresso aos campos de cultivo. Em relação ao lavrador, afirmou em seus trabalhos da Seção lidos no IHGB, na introdução do tópico “Considerações gerais sôbre a agricultura e seus produtos industriais” que “a grande necessidade é, pois ilustrá-lo, abrir-lhe os olhos sôbre seus interesses, despertá-lo de sua indolência e pôr suas fôrças e inteligência em atividade útil” (apud BRAGA, op. cit., p. 276).

Dos produtos agrícolas que se prestavam à alimentação foram encontrados mandioca, milho, arroz, feijão, abóboras, bananas, mamões, inhames, batatas e cocos verdes. Para cada produto, breves considerações a respeito do plantio, de como é utilizado na alimentação e quais são as épocas do ano em que aparecem. No tocante ao que o botânico nomeou como “cultura pomareira” foram encontrados mangueiras, frutas do conde, laranjeiras, limeiras, limoeiros, abacateiros, sapotizeiros, jaqueiras, frutas-pão, videiras, figueiras, melões, melancias, abacaxis, mangabas, maracujás, muricis, goiabas e araçás, além dos já citados cajueiros, cajazeiras, jenipapeiros e pequiizeiros. Novamente, comentários de como estes frutos eram aproveitados pela população local.

A horticultura e a floricultura mereceram também considerações, sendo caracterizadas como culturas com pouca atenção por parte do povo cearense. A severidade do clima chegou a ser mencionada, mas o tom do discurso foi sempre pelo viés iluminista e civilizador.

A situação do pequeno lavrador melhorou segundo a visão de Freire-Allemão, quando este, já na parte final do relatório se debruçou sobre a “Cultura das plantas que dão produtos industriais e mercantis”, tais como a cana-de-açúcar, o algodão, o café, o fumo e a carnaúba, chegando a afirmar entusiasticamente que “quando (...) a cêra de carnaúba fôr melhorada em sua côr e consistência, a Província do Ceará terá mais um manancial de riqueza pública e particular” (apud BRAGA, op. cit., p. 283).

⁴⁵Algumas são também de uso medicinal, tais como os ipês amarelos, rosas e do sertão; os mororós; as aroeiras; os cumarus; os cajueiros; e por fim, as cajazeiras, ver **Centro Nordestino de Informações sobre Plantas**. Capturado em 18 mai. 2005. Online. Disponível na Internet em: <http://cnip.org.br>

3.2 AS CRÔNICAS DA PROVÍNCIA CEARENSE

Era de suma importância que, na medida da conclusão de cada etapa, seus trabalhos de investigação botânica fossem remetidos seguramente à sede da Corte, tarefa esta sempre executada pelo já citado Freirinho. Sem o recebimento dos materiais coletados, todo o trabalho de acumulação teria sido em vão, o que de fato ocorreu com a seção chefiada por Capanema, quando o barco *Palpite*, - que entre coisas bagagens levava cerca de quatro álbuns completos de fotografias - naufragou por volta de 1861.

Guardadas as devidas proporções, os integrantes da Comissão eram vistos como estrangeiros, pois pouco importava para os habitantes dos vilarejos as credenciais de membros do Império, a mesma história em comum e a mesma língua, desconsiderando-se o fator do regionalismo presente no linguajar do povo cearense. O botânico afirmou em uma anotação intitulada “Conceitos populares a respeito de tesouros e riquezas do país” que:

“ (...) Por tôda a província éramos questionados, não só pelo povo rude mas por gente de gravata lavada sôbre as minas que havíamos descoberto; e mostravam-se incrédulos quando lhe afirmávamos que nada se havia achado, estando prevenidos de que só vínhamos buscar minas e riquezas, e que de tudo fazíamos segredo. Êste preconceito pairava sôbre nós, e nos fazia suspeitos para com esta boa gente”. (FREIRE-ALLEMÃO² apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p. 311)

As notícias do que era feito na sede da Corte até poderiam chegar com demora, mas quando chegavam, ajudavam a aumentar a desconfiança dos propósitos da expedição. Freire Allemão queixou-se disso em uma anotação intitulada “Sentimento da gente do Ceará a respeito da Comissão”:

“Entre muitos preconceitos, como é o considera-nos estrangeiros, e que viemos tomar suas terras, seus mitos, seus tesouros, e escravizá-los, etc., etc., há entre a gente mesmo de gravata lavada, não sei se um sentimento de inveja (...) que todos exageram muito e contra as despesas que a Comissão acarreta. Não fazem senão lastimarem-se fazendo comparações, dizendo: gasta-se tanto dinheiro (bem entendido, o Govêrno geral) sem grande necessidade e nós sofrendo tantas necessidades. (...) Outros querem dinheiro para animar a lavoura; bem entendido, se o Govêrno lhes desse dinheiro dado

² C.f. FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Conceitos populares a respeito de tesouros e riquezas do país*. S.l., 5 de maio de 1860. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

ou emprestado (que era o mesmo) para eles montarem seus estabelecimentos, saldarem suas contas? (...) Enfim todos não fazem senão lastimar o dinheiro que se gasta no Rio com teatros, quando eles têm cá tantas necessidades”. (FREIRE-ALLEMÃO⁷ apud BRAGA, op. cit., 313)

Todavia, se a pobreza e as deficiências vistas e anotadas por Freire Allemão lhe saltaram os olhos, assim como os costumes pitorescos tanto da parcela pobre como daqueles abastados que eram os anfitriões, a aparência do botânico e dos demais membros da Comissão com suas roupas pesadas, juntamente com o instrumental científico sempre a tiracolo e os inseparáveis cadernos de anotações, também se constituíram em grande novidade para a província cearense, juntamente com considerações nada lisonjeiras pelo temor da pilhagem das riquezas que porventura fossem encontradas. Em uma passagem do romance naturalista “Luzia Homem”, um dos personagens relembra a passagem da Comissão pelo Ceará:

“Era por volta da era de sessenta. Não me lembro bem o ano; só sei que eu era rapazote; pelo tope dos doze. Andava por estes sertões uma comissão de doutores, observando o céu com óculos de alcance, muito complicados, tomando medida das cidades e povoações e apanhando amostras de pedras, de barro, ervas e matos, que servem para mezinhas, borboletas, besouros e outros bichos. Os maiores dessa comissão eram homens de saber, Capanema, Gonçalves Dias, Gabaglia, um tal de Freire Alemão, e um doutor médico chamado Lagos e outros. Andavam encoirados como nós vaqueiros; davam muita esmola e tiravam, de graça, o retrato da gente, com uma geringonça, que parecia arte do demônio. Apontavam para a gente o óculo de uma caixinha parecida gaita de foles e a cara da gente, o corpo e a vestimenta saíam pintados, escarrados e cuspidos, num vidro esbranquiçado como coalhada”. (OLÍMPIO⁸ apud BRAGA, 1962, p. 62)

Para a sorte de Freire-Allemão, ele não era tão “estrangeiro” em terras cearenses ao tratar da sua Seção Botânica, mesmo que tal percepção ainda tenha residido por muito tempo no imaginário cearense. Em 1799 o naturalista luso-brasileiro João da Silva Feijó empreendeu uma expedição ao Ceará, passando por Pernambuco e Piauí, sob as ordens da Academia Real das Ciências de Lisboa. O objetivo era investigar a existência de recursos naturais, principalmente minerais, nas áreas visitadas, não descuidando também da classificação de plantas e sementes existentes, tendo sido os exemplares coletados,

⁷ Id. *Sentimento da gente do Ceará a respeito da Comissão*. S.l., 15 de maio de 1860. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁸ OLÍMPIO, Domingos. **Luzia Homem**. São Paulo: Ática, 1983. Capturado em 18 mai. 2005. Online. Disponível na Internet em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/atores/domingosolimpio/luzia/luzia.html>

catalogados e enviados ao Real Jardim Botânico da Ajuda (Lisboa) e para outro, na Prússia (LOPES, op. cit.). Logo, para as seções Botânica, e Geológica e Mineralógica, o conhecimento acumulado a respeito de áreas da província se prestou muito bem como referências salutareias aos diretores de seções. Entretanto, apesar das referências, não foram encontradas as grandes minas das quais se tinha notícia, acarretando, como visto anteriormente, um sentimento de desconfiança por parte da população.

Quanto aos estrangeiros de fato, os portugueses, estes eram chamados de “marinheiros”, e quanto aos holandeses, os invasores de outrora, Freire-Allemão percebeu em algumas conversas que não existia um sentimento xenófobo. Havia contra o elemento lusitano uma forte visão xenófoba, alimentada por anseios republicanos e idéias de que a monarquia era despotismo de qualquer modo. Assim, Freire-Allemão escreveu que:

“As idéias republicanas têm muita aceitação entre estes sábios de meia tigela; a família Franklin (...) tem idéias muito exageradas a este respeito (...). Entendem que ninguém se chega a um rei, que é para esta gente sinônimo de déspota, de dominadores cureis, e injustos, que não seja abjeto, e servil. É curioso vê-los indignados contra um ato de reverência, ou de simples atenção para um monarca: mas também é curioso ver o desprezo com que falam e tratam dos cabras⁴⁶. Um dia estávamos na Munguba à mesa do chá; o Lagos falava com soltura, e indiscrição dos ministros e gente da Corte. Franklin mui contente olha para as senhoras e diz: êste é um dos nossos; depois dirigindo-se para mim pergunta muito se não era monarquista! Um sentimento de indignação se apoderou de mim, e mal me pude conter, mas não lhe respondi como devia; apenas lhe disse que eu não me ocupava com essas questões, e que se particularmente era amante do Imperador é porque não podia deixar de o ser sem ser ingrato (...)”.

(FREIRE-ALLEMÃO⁷ apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p. 316-317)

Se uma parcela da população via os membros da Comissão com desconfiança, outra parcela não os encarava com semelhante sentimento. Freire-Allemão, para conseguir dados para sua seção de botânica, encetou conversas com os habitantes das vilas visitadas. Do restante das províncias imperiais mais longínquas, o cearense em geral não tinha muito conhecimento. Em contrapartida, a região outrora chamada “norte” e atualmente “nordeste” era de conhecimento comum entre os habitantes do Ceará. Freire-Allemão conversou com um certo senhor Costa, que na opinião dele, se tratava de um “grande conhecedor do seu país”. Segundo o botânico:

⁴⁶ Mestiços, mulatos.

⁷ FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Sentimento dos cearenses para com os estrangeiros*. s.l., s.d. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

“É coisa que tenho reparado, os homens quase todos com quem tenho conversado conhecem mais ou menos a sua província, e às vezes dão notícia das vizinhas; todos têm visitado esta ou aquela parte longínqua dos sertões. Falam dum lugar, pergunta-se-lhes a que distância está: 6-100 léguas e mais. São mui curiosos, e o que não viram sabem por notícias. Isto é coisa rara lá no Rio, cada um sabe apenas de sua freguesia (...)”.(FREIRE-ALLEMÃO⁷ apud DAMASCENO; CUNHA, op.cit., p. 199).

A pena e o tinteiro nas mãos de Freire-Allemão constituíram-se nos veículos para as mordazes observações do botânico. Nada lhe escapava à vista, relatando suas saídas para herborizações, percebendo os anseios políticos da população cearense, descrevendo o clima, a vegetação, a composição étnica dos habitantes das vilas, as construções, os hábitos alimentares e até mesmo, os trâmites complicados para o contato amoroso. Um dos seus numerosos relatos sobre sua estadia no Ceará mostra que:

“Como em toda a parte, onde há ainda pouca civilização, o belo sexo vive muito retirado (...) Aqui não se conhece o galanteio honesto e permitido, não se pode fazer a corte, cumprimento gracioso a uma menina se considera como um princípio de casamento (...)” (FREIRE-ALLEMÃO⁷ apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p. 286).

Ainda no mesmo relato, há uma referência tétrica aos assassinatos encomendados na região. Freirinho, em uma oportunidade, conversou um dos sujeitos que fazia a segurança dos comboios da expedição⁴⁷, que maiores delongas respondeu ao sobrinho de Freire-Allemão que seria capaz de matar uma pessoa, pois caso o “amo” mandasse, executaria a tarefa (FREIRE-ALLEMÃO⁷ apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p. 287).

O iluminismo, sempre presente no discurso dos homens de ciência do século XIX, não deixaria de se fazer sentir na crítica de Freire-Allemão em relação às ações de eliminação de desafetos através de crime encomendado. Esperançoso, o botânico, com seu pensamento iluminista costumaz disse que:

⁷ Id.. [*Engenhos de Açúcar*]. Pacatuba, 10 de abril de 1859. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁷ Id., *Notas sobre a cidade de Icó*. s.l., 25 de outubro de 1859. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁴⁷ Na Coleção Freire -Allemão há registros de solicitações feitas aos encarregados da polícia local para que os “comboieiros” portassem armas para guardar a vida dos membros da Comissão e todo aquele que os acompanhassem pelos sertões.

⁷ FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Notas sobre a cidade...* op. cit.

“Há desalmados destes que contam muitas mortes, e disso fazem ostentação. Hoje com o aumento da povoação, e com a ilustração que vai penetrando nos sertões vai isso diminuindo, tanto porque esses pontentados celerados vão perdendo a sua brutalidade e prestígio, como porque os desalmados instrumentos vão tendo mais medo da justiça” (FREIRE-ALLEMÃO[?] apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p. 287).

Nem Freire-Allemão, nem Freirinho, escaparam das ameaças dos sujeitos chegados a resolver mesmo antipatias por armas de fogo:

“Aqui mesmo no Icó se deu conosco uma coisa, que serve para caracterizar os costumes. É encarregado aqui do Correio um miserável, que tem uma pequena taberna, a qual é também a casa do Correio. Este sujeito estava muito prevenido contra nós, e quando chegamos mandamos lá um ordenança saber se havia ofícios e cartas para nós. E o que havia de responder o homem do Correio? Não tenho aqui ofícios nem cartas, para essa gente tenho balas!”. (FREIRE-ALLEMÃO[?] apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p. 287)

Os apontamentos de Freire-Allemão relatando as mais diversas impressões das viagens feitas para os trabalhos da seção botânica se configuram como diários de viagem. Para a família, o teor de algumas cartas era o semelhante ao utilizado nos apontamentos, e é provável que sua irmã Policena Freire os tenha lido também quando de seu retorno ao Rio de Janeiro. À irmã citada, entre outros fatos, contava sobre o clima das vilas interioranas, árido em comparação à capital da província cearense, Fortaleza:

“Que contraste desta vida com que a tivemos na capital, e seus arredores; aí eram chuvas a aborrecer, (...) tudo era verde em torno de nós! (...). Agora andamos queimados, sedentos e esfomeados, sem nem um consolo! Mas viva la virgem! Estamos todos gordos! O sertão, nos diziam os homens da capital, no verão é um inferno, e um paraíso no inverno, mas tenho visto, que nem é inferno, nem paraíso. São lugares pobres, muito atrasados, e os cômodos da vida desconhecidos, ou mal apreciados” (FREIRE-ALLEMÃO[?] apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p. 153-154)

3.3 “MALEDICÊNCIAS”

A Comissão não foi devidamente controlada, ou seja, a missão que deveria ser cumprida graças ao patrocínio de d. Pedro II, não se constituiu em labuta a ser

[?] Id., *ibid.*

[?] Id., *ibid.*

[?] Id. [*À irmã Policena Freire*]. Icó, 20 de novembro de 1859. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

efetivamente executada e ter seus resultados acumulados, descritos e enviados, todos são e salvo a seu destino fracassou na quase totalidade dos resultados finais. Se ao menos não respeitassem, ou melhor, temessem d. Pedro II, haveria ainda o chefe da Comissão, o representante máximo do Império e que deveria garantir que as instruções redigidas pelos demais chefes de seções fossem seguidas à risca. Por sua vez, Freire-Allemão, ao ser inquirido pelo Imperador a respeito das notícias escandalosas do mau comportamento de alguns membros, sempre desmentia as informações que chegavam à sede da Corte. Com ou sem fundamento, estas notícias contribuiriam, mais tarde, para difamar ainda mais a mal-fadada expedição.

Novamente, Guilherme Schüch de Capanema tem seu papel de desagregador da Comissão, contando com a cumplicidade amistosa de seu amigo e poeta Gonçalves Dias. Dessa vez, o alvo das desavenças de Capanema era Manuel Ferreira Lagos, por sua vez, um dos mais chegados a Freire-Allemão.

Antes mesmo da partida da Comissão, Capanema destilou suas “malquerenças” usando como empecilho o gabinete ministerial. Não por questões de ordem política, mas por acusações de nepotismo. Capanema, irritado, contou a Gonçalves Dias que um substituto de desenho conhecido como Lopes tinha conseguido a vaga de lente de pintura histórica da Academia de Belas Artes, por ser o nomeado conhecido da mulher do marquês de Olinda. Manoel Araújo de Araújo Porto-Alegre teria protestado, ficando demissionário e sendo substituído sem grande demora por Thomaz Gomes dos Santos. No entender de Capanema na missiva ao amigo:

“Ora, suppõe tu que o velho Marquez quando estivesse lá no interior se lembre de repente que os cofres publicos não supportarão tal expedição, e sem mais nos suspenda? (...) Não crês que quem salta por cima de huma lei para proteger hum afilhado seja capaz de pular por cima de nós? e depois do complo citado devemos confiar no I. que por nossa causa certamente não fará questão de Gabinete, porque em nós não está a salvação da pátria. Pense e reflete bem e maduramente nas circunstancias e demorem as encomendas, o que está nas mãos do Gabaglia sobre tudo, assim ganhamos tempo e iremos quando Deos nos favorecer (...)” (CAPANEMA⁴⁸, s.d.).

Ainda contra o marquês de Olinda, pesava o fato deste, como chefe do gabinete ministerial, passar as tarefas dos preparativos da expedição a Manoel Ferreira Lagos, o que

⁴⁸ C.f. *Cartas (cópias) com atribuição a Guilherme Schüch de Capanema, dirigidas à Gonçalves Dias, comentando a organização da Comissão Científica a ser mandada ao Ceará pelo Governo Imperial*. Documento do IHGB, Lata 216, pasta 50.

despertou mais uma vez os ciúmes de Capanema. Até mesmo o coronel João Franklin de Almeida Lima, um dos anfitriões de membros da Comissão⁴⁹, se viu no meio das reivindicações de Gonçalves Dias. Nomeado secretário da Comissão juntamente com Lagos, recusava-se a dividir o posto com o outro e quando coronel Franklin, apesar de republicano no seio doméstico era um entusiasta da expedição, pediu-lhe um emprego de amanuense (escriturário) para seu filho, foi-lhe negado por Dias, afirmando que não era de sua alçada nomear ninguém por não ser secretário (apud BRAGA, op. cit., p. 50).

Os dois não quiseram se hospedar juntamente com Freire-Allemão no sobrado da praça Pedro II, preferindo ambos alugar uma residência somente para eles, destacada dos demais. Segundo Braga (op. cit. p. 51) “a nova residência tornou-se famosa. Vez por outra enchia-se de animação proibida e o ruído se extravasava rua afora e chegava aos recantos acrescido de fantasia dos maledicentes”.

Nem o sobrado onde estava hospedado Freire-Allemão, porém, escapou dos mexericos da província cearense, tendo Lagos sido encontrado no interior de uma residência, e depois de descoberto, teria sido surrado, fato desmentido por Freire-Allemão (MORAIS[?] apud BRAGA, op. cit. p. 52). Capanema teria sido flagrado alcoolizado pelas ruas (FREIRE-ALLEMÃO[?] apud id., ibid.), e o pintor oficial da expedição, José dos Reis Carvalho, além de episódios etílicos, carregava consigo no lombo de cavalo prostitutas (CAPANEMA[?] apud id., ibid.). Haveria um certo exagero nas histórias contadas que atrapalhavam o andamento dos trabalhos da Comissão? Provavelmente, chegando-os comentários nada elogiosos à Comissão à Corte, sendo explorados por desafetos de autores com Alexandre de Melo Morais, um dos biógrafos de Freire-Allemão. Ele tinha contas a ajustar com Gonçalves Dias, Guilherme Schüch de Capanema e Manoel Ferreira Lagos, o que explicaria alguns exageros nos relatos das aventuras e desventuras amorosas dos citados, desviando a atenção dos reais objetivos da Comissão. E tanto que tal desvio ocorreu, que a Comissão ora era chamada de “Comissão Defloradora”, ora “Comissão das Borboletas” (BRAGA, op. cit.).

A primeira alcunha, nada lisonjeira, deveu-se não apenas às gafes etílicas e comportamentais com prostitutas da parte de Gonçalves Dias e Capanema. Foi armado

⁴⁹ Era o patriarca da família Franklin, que recebeu Freire-Allemão e Lagos, e que demonstrou suas convicções republicanas, ver na p. 58 FREIRE-ALLEMÃO apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p. 317

[?] MORAIS, Alexandre M. *A vida e morte do exmo. sr. Conselheiro Freire-Allemão*. Rio de Janeiro, Tip. Quirino F. do Espírito Santo, 1874.

[?] FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Epílogo da crônica de parte dos membros da Comissão Científica durante sua estada na cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará*. s.l., s.d. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

[?] CAPANEMA, Guilherme. S. *Carta a Gonçalves Dias*. Lagoa Funda, 31 de outubro de 1860. Documentos do IHGB, lata 217, doc. 6.375.

um inquérito para apurar a sedução de duas jovens, ficando subentendido para elas que esperavam algum tipo de compromisso por parte de Dias e Capanema. Depois de algum tempo juntos, Dias e Capanema decidiram romper o relacionamento com as duas, o que foi sucedido por escândalo porque eles teriam expulsado o pai das moças a chutes e pontapés da casa⁵⁰.

A segunda teve influência indireta de Melo Moraes, que repassou suas críticas à Comissão a um parente, o senador Antônio Luís Dantas de Barros, que por sua vez, disparou contra a Comissão mais uma alcunha jocosa, mas não menos grosseira: “Comissão das Borboletas” (BRAGA, op. cit., p. 53).

Os irascíveis Dias e Capanema não puderam ser enquadrados por Freire-Allemão, e a quantidade de entusiastas da Comissão tanto no Ceará quanto na Corte era proporcional ao que disparavam apelidos, acusações e mexericos. Para completar, fora idéia de Capanema a introdução de camelos naquela região, logo para começar os trabalhos de desbravamento do interior nordestino.⁵¹

Os malogros acabaram por ofuscar as duas seções que cumpriram com seus objetivos: a botânica e a zoológica.

3.4 DIVIDENDOS

O grande acervo coletado graças aos trabalhos da Seção Botânica terminaram na segunda quinzena de abril de 1860, sendo despachado para o Rio de Janeiro por Freirinho, acompanhado de Manuel Ferreira Lagos, chefe da Seção Zoológica. Quando Latour problematiza o transporte do que foi recolhido em uma expedição, e que estes elementos (vivos ou não) “podem deixar de ter significado nos porões dos museus que estão sendo construídos nos centros, porque não chegaram em contexto suficiente” (LATOURE, op. cit., p. 365), teve-se justamente uma solução ao se fazer uma “escala”.

Qual foi o destino final dos espécimes de fauna e flora coletados nas viagens empreendidas pela Comissão de Exploração? O Museu Nacional.

⁵⁰ C.f. *Relatório da investigação que por parte de alguns membros da Comissão Científica enviada pelo Governo a Fortaleza (Ceará), apurou escândalos e desmandos ali provocados por Guilherme Schüch de Capanema e outros (entre os quais Gonçalves Dias)*. Documentos do IHGB, lata 216, pasta 50.

⁵¹ Este episódio serviu como base para o vitorioso enredo da Imperatriz Leopoldinense, no carnaval do Rio de Janeiro em 1995, intitulado “Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que derrube... lá no Ceará”, cujos versos de seu samba enredo tornaram públicos os não conhecidos propósitos, expectativas, conquistas desta iniciativa ímpar, apesar de malograda, no cenário político-científico nacional. A história carnavalesca da substituição do animal de origem “caseira” por um de origem “estrangeira” foi utilizada como mote para o artigo de Lopes (1996), já citado nesta dissertação.

A partir da metade do século XIX, o aumento do número das instituições de caráter museológico no Brasil é creditado por Lopes (2000, p. 81) inicialmente ao crescente interesse pela história natural e por sua solidificação no cenário de construção de meios e técnicas científicas para se “ler” e “decodificar” os dividendos possíveis que o meio natural poderia oferecer. Para Loureiro (2003, p. 88) “o museu contemporâneo tem sua origem no colecionismo dos ‘gabinetes de curiosidades’, no contexto da ascensão da burguesia como classe hegemônica ao poder, no imperialismo e nas transformações científicas e ideológicas do século XIX”. Como está explícito no texto de Lopes, é fato que uma das motivações em decifrar os códigos do meio natural era a demanda, dada as circunstâncias históricas do período, ou seja, de modernização nacional, que estava também vinculada ao manejo otimizado da terra. Isto não significava um foco exclusivo na agricultura para o então melhor manejo do “ouro verde” (a lavoura de café), mas em extrair tesouros de mineralógicos em medida equivalente, por exemplo.

Como uma “agência do governo para assuntos científicos concernentes à pesquisa de história natural e agricultura” (LOPES, 2000; 83) somente entre 1847 e 1866, por exemplo, abriu-se espaço para pesquisas paleontológicas na gestão de Frederico Leopoldo César Bularquerque. Depois, foi a vez de Freire-Allemão dirigir o Museu entre 1866 a 1870, nomeando Ladislau de Souza Mello Netto para o cargo de diretor da seção de botânica⁵². Seção, que por sinal, mereceu destaque considerável pela “escala” empreendida e levada a termo por Freire-Allemão e Freirinho, auxiliando na constituição um dos maiores acervos botânicos que o Museu Nacional já teve. A periferia havia fornecido subsídios para um centro que poderia não ser parecido com algum museu de História Natural britânico, mas que ainda hoje é o único centro que foi capaz de salvaguardar o material coletado durante os trabalhos da expedição. Segundo consta, o total de amostras recolhidas chegou a 14.000, guardadas cuidadosamente em caixa de cedro com revestimento de folha-de-flandres.

Nem tudo, porém, significou grande vitória e posterior exibição do material coletado, pois o Museu Nacional não contava com instalações adequadas e com suficiente espaço para as caixas vindas do Ceará. Por conta desse pormenor logístico, durante cinquenta anos o acervo permaneceu intocado e atualmente só pode ser aberto para pesquisas muito específicas (BRAGA, op. cit., p. 92).

Freire-Allemão não pretendia deixar encarcerados *ad infinitum* seus achados, tanto que em sua pauta de novos estudos constava um “Catálogo sistemático das plantas

⁵² Ver: **Museu Real**. In: Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil. Online. Capturado em 01 abr. 2005. Online. Disponível na Internet: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

colhidas no Ceará, a Flora Cearense, o Estudo da geografia botânica do Ceará e a Narração da viagem pelo interior da Província do Ceará” (BRAGA, op. cit., p. 25). Assim, ao retornar, deteve na publicação dos resultados da Seção Botânica. Alguns trabalhos da expedição foram publicados em um primeiro e único volume chamado de “Introdução”, nada mais além. Junto desse primeiro volume, consta o 1º Folheto da Seção Botânica, sendo que o 2º e o 3º acabaram por formar outra obra de Freire-Allemão, a *Flora Cearense*.

CAPÍTULO 4 : NOS VERDES CAMPOS DA BOTÂNICA: LEGADO

“(…) Compusemos a historia da sciencia no Brasil: nem Velloso, nem Leandro, nem Aruda da Camara, menos ainda Balthazar da Silveira, Ildefonso Gomes e Alves Serrão, se mostraram perante o tribunal dos legisladores da phytologia com tão bella copia de titulos justificativos do mais alto merecimento na colheita de factos desconhecidos” (Gama, 1875, p. 78-79).

Os primeiros estudos botânicos de Freire-Allemão datam de 1834, pouco depois de ter sido admitido como lente da botânica médica e princípios elementares de zoologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Entretanto a maioria destes estudos não foi por ele conservada. A conservação dos resultados de suas herborizações iniciou-se em 1840 e foi concluída em 1867, e resultou nos 17 volumes dos “Estudos Botânicos”, contendo as diagnoses das plantas pesquisadas. Para um entendimento, mesmo que ainda leigo a respeito de aspectos da botânica, procuramos compreender o que era a botânica nos séculos anteriores. Veremos, assim, um breve histórico deste ramo de saber até Carl von Linné, o botânico secular que mais influenciou Freire-Allemão.

A descrição da fauna e da flora é possível através dos critérios da taxionomia, também chamada de classificação, e que “consiste no agrupamento de objetos individuais em categorias e classes” (MAYR, 1998, p. 175). Desse modo, é possível estabelecer as diferenças entre plantas de diferentes gêneros, o que no tempo dos antigos herbalistas não era feito. As classificações dos antigos eram “identificações” e tentativas de classificação de acordo com o caráter utilitário das plantas. Um exemplo, citado anteriormente no primeiro capítulo, é da obra “De materia medica” de Dioscórides, onde existiam breves

descrições de como era a planta, mas o pertencimento desta planta a um determinado grupo baseava-se em suas propriedades terapêuticas e não por suas características próprias.

Apesar dos escritos de botânica de Aristóteles terem desaparecido, sua visão sobre a primitiva taxonomia, oriunda de Platão e da escola de Hipócrates, sobreviveu e chegou até o anatomista-fisiologista italiano Cesalpino (1519-1603). As idéias que Aristóteles incorporou de seus contemporâneos consistiam simplesmente em separar os seres animados dos inanimados, os de sangue quente dos de sangue frio, graças à visão de mundo dos quatro elementos, que mesmo na química atual ainda povoam o imaginário do senso comum. Significava então apontar que “criaturas mais quentes e mais úmidas eram supostamente racionais, enquanto criaturas mais frias e secas possuíam menos calor vital, e eram desprovidas do topo mais elevado de *alma*” (op.cit., p.180). Voltando à botânica, podemos admitir que talvez as idéias da botânica de Aristóteles tenham sobrevivido através de seu discípulo Theofrasto, citado anteriormente junto a Dioscórides. Na Idade Média, Cesalpino, que considerava-se um discípulo de Theofrasto, construiu juntamente com o italiano uma classificação descendente por divisão lógica que, colocava em primeiro plano “árvores, arbustos, subarbustos (perenes), e plantas herbáceas” (op.cit., p.187). Os juízos de valor de quente e frio do ideário hipocrático foram substituídos por outros, que Mayr considerou equivocados, pois os caracteres das plantas para sua posterior divisão foram escolhidos de acordo com as funções nutritivas e reprodutivas, e o erro residiu em “igualar as raízes das plantas com o estômago e o trato intestinal dos animais; e incluiu o tronco e a haste das plantas no seu sistema reprodutivo, porque carregam as sementes e os frutos” (op.cit., p.189).

Essa classificação atendia às necessidades do mundo, naquela época e até o século XIX, da busca de uma ordenação da natureza. Mesmo com os equívocos cometidos e com a adoção de um outro método de divisão para complementar o da divisão lógica (id.,ibid.), Cesalpino continuou popular e muito utilizado por dois séculos, menos por sua utilidade e mais por ser uma classificação relativamente plausível. Seus antecessores foram mais bem-sucedidos, como John Ray (1627-1705) que foi o primeiro em definir a categoria espécie (op.cit., p.191).

Depois de Cesalpino o nome que mais alcançou popularidade no círculo dos herbalistas foi o do botânico sueco Carl Lineu, ou Carl von Linné (1707-1778), principalmente por suas obras “*Philosophia Botanica e Systema Naturae*”. Para ele, o “gênero” era a categoria superior, basicamente por considerá-lo algo já existente na natureza, uma “essência”, e caberia ao botânico descobri-lo, atentando para o fato que

Lineu advogava o dogma religioso do criacionismo divino e a lógica essencialista, tal qual Cesalpino (id., *ibid.*, p. 206).

No século XIX, mais precisamente entre 1830 e 1840, os estudos do químico prussiano Justus von Liebig⁵³ (1803-1873), começaram a ser amplamente utilizados e, apesar de constar segundo Gama (1875, p.59) nas aulas de botânica de Freire-Allemão na Escola Central em 1863, é muito provável que o brasileiro os tenha utilizado anteriormente a essa data. Neste momento, porém, cabe aqui a explicação de Liebig da diferença entre animais e vegetais, claramente uma interseção entre as teorias de Cesalpino e as de Lineu. Freire-Allemão, que por sua vez utilizava essa interpretação de Liebig, afirmou que:

“A primeira vista parece não haver dificuldade, porquanto ninguém confunde um quadrupede com um arvore; mas tanto animaes, como vegetaes, formam duas series ou cadêas, cujas organizações não têm o mesmo gráo de perfeição; assim, principiando nos animaes pelo homem e nos vegetaes por uma arvore dicotyledonea, os sêres se vão, d’alli para baixo, tanto em uma, como em outra serie, degradando-se e simplificando-se em sua organização, de modo a se confundirem no outro extremo, formando como que duas pyramides que se tocam pelos vértices (...) Diremos agora sómente que os animaes são em todo caso sêres de uma organização mais complicada e mui superior á dos vegetaes, porqueanto n’estes os phenomenos da vida limitam-se á nutrição e reprodução” (SALDANHA, 1875, p. 68).

Mas e nos estudos botânicos, qual desses teóricos prevaleceu nos estudos botânicos de Freire-Allemão? Cesalpino com suas árvores ou Lineu com sua classificação binominal?

4.1 ESTUDOS BOTÂNICOS

Freire-Allemão foi responsável pela formulação de 15 espécies de plantas e 45 gêneros, porém isto não significa que toda esta produção tenha merecido a chancela idônea dos botânicos europeus, a quem o brasileiro recorria. Houve um empenho, por parte do botânico, em montar sua rede de homens de ciência, com a fundação da Sociedade Velosiana ou com sua participação em redes criadas por outrem, como nas demais sociedades. Mas, no tocante aos trabalhos como botânico, não havia maiores intercâmbios

⁵³ Para o químico alemão, “toda a atividade química depende da agitação molecular” (MAYR, *op.cit.*, p. 737). No artigo de Gama (*op. cit.*) constam várias passagens da teoria de choque de moléculas, mas Leibig ao menos entendeu um pouco a botânica sem atentar para suas teorias e sim para as de Cesalpino e Lineu.

com os botânicos brasileiros que existiam, excetuando-se Riedel e mais tarde Saldanha da Gama. Isso causou problemas para a aceitação e manutenção da propriedade científica de Freire-Allemão. Ao buscar as correções dos botânicos estrangeiros por falta de alternativas de correção no Brasil, o botânico expôs suas diagnoses a um escrutínio científico que nem sempre o favoreceu.

Em botânica, pode ocorrer a chamada sinonímia, isto é, uma mesma planta figurar descrita, por exemplo, em outra parte do mundo. Gama (op. cit., p. 76) considerava esse lapso “porque nas publicações que se fizeram na Europa nem sempre se atende aos direitos de quem trabalha isoladamente do outro lado do oceano”. Daí o problema do isolamento praticamente compulsório de Freire-Allemão. Um exemplo disso refere-se à descrição de duas espécies de jacarandá, que foram descritas no país como *Machaerium firmum* e *Machaerium incorruptible*, mas atualmente constam como *Machaerium firmum* (Vell.) Benth⁵⁴ e ao menos o *Machaerium incorruptible* (Vell.) Fr. All. ex Benth⁵⁵ faz referência a Freire-Allemão. De acordo Gama (op.cit., p.90):

“Freire Allemão assegurava ser d’elle o *Machaerium firmum*, o jacarandá-rôxo. A descrição d’esta planta martius recebeu-as das mãos do sabio brasileiro; mas na Flora Brasiliensis appareceu ella com o nome do botânico inglez Bentham, sem que até este momento, possamos explicar o equivoco que se deu? Bentham colheu-a? Conhecia-a porventura antes da descoberta de Freire Allemão? Em que jornal scientifico pôde elle ler o estudo da espécie em questão?”

Se por um lado a correspondência com botânicos europeus inseria a botânica brasileira no “panteão da civilização”, entre os pares estrangeiros, através da prática científica de Freire-Allemão, esta também despertava a grande possibilidade de terem suas diagnoses corrigidas, embora desconsideradas e tomadas como propriedade científica. Seu principal defensor foi José Saldanha da Gama (1839–1905), já referido na dissertação, mas as lamúrias deste também botânico e biógrafo de Freire-Allemão ficaram circunscritas às sessões do IHGB, através da publicação do artigo que analisou os trabalhos deixados por

⁵⁴ Ver Henriette’s Herbars Homepage. **Henriette's plant info: *Machaerium firmum* (Vell.) Benth., Fabaceae.** Capturado em 18 mai. 2005. Online. Disponível na Internet em: <http://www.ibiblio.org/herbmed/php/get?id=16215>

⁵⁵ Ver PEIXOTO, Gustavo Luna, MARTINS; Sebastião Venâncio; SILVA, Alexandre Francisco da *et al.* **Floristic survey of the tree layer in an area of Atlantic Rainforest in Serra da Capoeira Grande Environmental Protection Area, Rio de Janeiro State, Brazil.** *Acta Bot. Bras.* P. 151-160. Capturado em 18 mai. 2005. jan./mar. 2004, vol.18, no.1. Capturado em 17 mai. 2005. Online. Disponível na Internet em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062004000100013&lng=en&nrm=iso

Freire-Allemão. Um tinha sua diagnoses desconsideradas e o outro, mesmo sabendo disso não teve muito o quê fazer no seu tempo.

O primeiro estudo botânico de Freire-Allemão foi publicado em 1844, mas ao final dos dezessete volumes que compunham seus estudos botânicos, poucos destes foram de fato publicados. A publicação era custosa, e dependia de suas poucas relações com editores de periódicos, como o do *Minerva Brasiliense*. O próprio botânico, em decorrência de seu isolamento, era o responsável pelos desenhos e posteriores litografias (DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p. 20-21).

Dos espécimes botânicos que permaneceram com o nome dado por Freire-Allemão tem-se a tapaciriba, uma planta arbustiva de nome *Andradea floribunda* Allem., com o gênero *Andradea* proposto por Freire-Allemão e aceito ainda nos dias atuais pela botânica contemporânea⁵⁶. Além da tapaciriba, a oiticica, de nome *Soaresia nitida* Allemao, continua com sua classificação, e foi assim descrita na Sociedade Velosiana⁵⁷.

Mas há um caso curioso, o do tapinhoã, também conhecido como canela-tapinhoã, e que atualmente tem como nome científico de *Mezilaurus navalium* (Allemao) Taub. ex Mez⁵⁸. Freire-Allemão propôs o primeiro nome como *Silvia navalium*. Gama (op.cit., p. 83) questionou em primeiro lugar a correção da grafia de *Silvia*, apresentada por Freire-Allemão, para *Silvaea*, de autor que ele desconhecia. O autor desconhecido era Carl Friedrich von Meissner (1808 - 1885), botânico de origem germânica que juntamente com Carl Friedrich von Martius escreveu “Plantarum vascularium genera secundum ordines naturales digesta”, em 1843. No banco de dados do Jardim Botânico de Nova York, esta espécie está descrita como um isotipo ou typi duplum, ou seja, um tipo duplo; e depois de uma revisão taxonômica em 1938 recebeu novo nome de *Mezilaurus navalium*. Gama se pergunta: “o tapinhoã do Brasil já era conhecido na Europa antes das descobertas de Freire Allemão?” (op. cit., p.83).

Freire-Allemão manteve contato com Martius e este por sua vez, foi o autor da “Florae Brasiliensis”. Meisner poderia ter conhecido o tapinhoã por intermédio de Martius, tendo em vista as viagens empreendidas pelo conterrâneo prussiano pelas matas brasileiras, mas existem indícios de que Meisner tenha sabido da existência de um

⁵⁶ Ver **Centro Nordestino de Informações sobre Plantas**. Capturado em 18 mai. 2005. Online. Disponível na Internet em: <http://umbuzeiro.cnip.org.br/db/pnechk/taxa/4270.html>.

⁵⁷ International Code of Botanical Nomenclature (Tokyo Code), eletronic version. **Soaresia Allemao in Trab. Soc. Vellosiana Rio de Janeiro 1851: 72. 1851**. Capturado em 18 mai. 2005. Online. Disponível na Internet em: http://www.bgbm.fu-berlin.de/iapt/nomenclature/code/tokyo-e/APP3AE_5.htm

⁵⁸ Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. **Projeto Paisagem e Flora da Reserva Biológica do Tinguá: subsídios ao monitoramento da vegetação**. Capturado em 18 mai. 2005. Online. Disponível na Internet em: <http://www.jbrj.gov.br/pesquisa/projetos/especiais/tingua/vegetacao.htm>

tapinhoã por outro meio. Se existia a diagnose de Meisner, esta provavelmente era parte de algum herbário europeu, pois a espécie classificada por Freire-Allemão foi incluída nos acervos do Jardim Botânico de Nova York (E.U.A.)⁵⁹, constando o brasileiro como seu coletor.

Outro ponto que alimenta as suspeitas em relação à desconsideração da diagnose de Freire-Allemão, levantadas por Gama e consideradas pela dissertadora, é o porquê do termo “Silvia”. A correção ortográfica para “Silvaea” poderia ser plausível caso Meisner tivesse explicado de onde buscou inspiração para o nome “Silva”. Freire-Allemão, por sua vez, comunicou a Martius a classificação do tapinhoã como *Silvia navalium*, em 1847, escrevendo-lhe que:

“É árvore corpulenta; seu lenho, côr de ocre, cheiroso, forte, duradoiro, é de grande estimação na construção naval, nas tanoarias, etc. Creio achar nesta planta caracteres suficientes para formar um nôvo gênero, que dediquei à memória do Dr. Baltasar da Silva Lisboa⁶⁰”. (FREIRE-ALLEMÃO[?] apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p.171)

Porém, mesmo com as desconsiderações de suas diagnoses, algumas sobreviveram como sendo de sua autoria, como foi mostrado anteriormente. Além das que foram citadas, seu primeiro estudo botânico, de 1844, o da *Drypetes sessiliflora*, tem o nome ainda aceito, assim ocorrendo com outra espécie, de gênero também criado por ele e da mesma família das Euphorbeaceas, a iricurana, de nome científico *Hyeronima alchorneoides*⁶¹.

Durante os trabalhos da Comissão Científica no Ceará, Martius pediu a Ladislau Netto que intercedesse junto a Freire-Allemão para que este o enviasse amostras de espécimes botânicas coletas na província que estava sendo explorada (LOPES, 1996, p. 60). O brasileiro reagiu de forma irritada afirmando que “hei de remettê-las sómente depois de publicadas as descrições; a diagnose ha de ser minha, boa ou má. Não é pouco vê-l-os lá na Europa, desfazendo o que eu faço e corrigindo, mudando e dando a outrem o

⁵⁹ Ver **The New York Botanical Garden**. Capturado em 18 mai. 2005. Online. Disponível na Internet em: http://scisun.nybg.org:8890/searchdb/owa/wwwcatalog.detail_list?this_id=4432820.

⁶⁰ C.f. PÁDUA, José A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 64. Lisboa (1761-1840) nasceu na Bahia, formou-se doutor em Coimbra, escreveu em 1786 o *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil*. Pádua o categorizou como o ponto inicial da “primeira crítica ambiental brasileira”.

[?] FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Madeiras do Brasil - borrão da relação que mandei ao Doutor Martius, em maio de 1847*. S.l., s.d. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁶¹ Árvores de mata-atlântica, ver KURTZ, Bruno C.; ARAÚJO, Dorothy Sue. Composição florística e estrutura do componente arbóreo de um trecho de Mata Atlântica na Estação Ecológica Estadual do Paraíso, Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro, Brasil. **Rodriguésia** 51(78/115): 69-112. 2000. Capturado em 18 mai. 2005. Online. Disponível na Internet em: <http://www.jbrj.gov.br/publica/rodriguesia/rodrig51/resumos51.htm>.

que a mim pertence” (GAMA² apud LOPES, 1993, p. 61). Entretanto, Freire-Allemão enviava trabalhos inéditos, mesmo sem estarem devidamente publicados, aos seus pares europeus e para Damasceno (op. cit., p.29). Dessa maneira as palavras em tom alterado não seriam do feitio do brasileiro, tendo elas encontrado veículo através de Gama, o que não significa que fossem sinceras. Mas isto não significava que Freire-Allemão não tivesse ficado minimamente desapontado com Martius.

4.2 CORRESPONDÊNCIAS: SENDO VISTO NA EUROPA

Freire-Allemão iniciou sua correspondência com os naturalistas estrangeiros por volta de 1840, mas não por sua iniciativa, mas sim por parte dos europeus. O primeiro deles foi Giovanni Dè Brignoli di Brunnhoff (1818-1855), botânico italiano, datando a resposta da missiva do europeu de 30 de setembro de 1840. Na carta, Freire-Allemão agradece os elogios a ele dispensados, considerando que o contato com Brignoli, “uma pessoa de tanto merecimento e ilustração” seria um grande prazer. O italiano pediu informações sobre as riquezas botânicas do país, no que Freire-Allemão respondeu:

“Muito desagradável me é não poder já satisfazer ao que exigis de mim: e antes de tudo é bom informar-vos do como as coisas são aqui; porque ordinariamente na Europa se tem a este respeito idéia pouco exata. Sabeis qual é a extensão do nosso país e a escassez de sua povoação: consequentemente as comunicações entre as províncias difíceis; e as viagens longas e dispendiosas”. (FREIRE-ALLEMÃO³ DAMASCENO; CUNHA, op.cit., p. 27-28)

Desse modo, mesmo que a província do Rio de Janeiro fosse menor que as outras, as distâncias a serem percorridas nas cercanias dos campos fluminenses ainda se configuravam como obstáculos. Neste sentido o brasileiro explicou a Brignoli que a província sendo “uma das mais pequenas e de mais compacta povoação é o lugar do meu nascimento; e eu não tenho visto nem a vigésima parte do seu território” (id., ibid., p. 115).

² GAMA, José .S. *Biographia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Francisco Freire Allemão* In: *Revista do IHGB*, t. 38 p. II (1875). pp.51-126.

³ FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Resposta à primeira carta do Senhor Brignoli*. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1840. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

Em relação ao reconhecimento das riquezas naturais, Freire-Allemão lembrou a Brignoli que :

“As riquezas naturais do Brasil tem sido melhor examinadas e descritas pelos estrangeiros: ou porque os brasileiros em geral se dão pouco à cultura das ciências naturais; ou porque os governos, que se sucedem rapidamente e sempre agitados pelos movimentos políticos, não têm tido repouso bastante para fazer o inventário do rico legado com que a Natureza nos dotou: assim é também pelas obras dos viajantes estrangeiros, que nós conhecemos a maior parte dos produtos, e tesouros de nossa terra” (id., *ibid.*).

Entre os naturalistas estrangeiros, que conheceram as riquezas da *terra brasilis* e que mantiveram correspondência com Freire-Allemão, está o botânico bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1868). De 1817 a 1820, juntamente com o zoológico Johann Baptist von Spix (1781-1826), o pintor Thomas Ender (1793 - 1875) e o naturalista Rochus (Roque) Schüch⁶², von Martius empreendeu uma viagem científica pelo Brasil, embora a viagem tenha sido originalmente pensada para percorrer o interior da América do Sul (LISBOA, 1997, p. 21).

A correspondência entre Martius e Freire-Allemão teve início em 1844 e perdurou até 1867, constituindo um total de 29 cartas, sendo 17 delas de autoria do brasileiro (DAMASCENO; CUNHA, *op. cit.*, p. 28). Os assuntos eram concernentes às herborizações e classificações propostas por Freire-Allemão, às floras *Fluminensis* e *Brasiliensis*, à idéia e, posterior, criação da Velosiana e à comunicação de que a Comissão Científica de Exploração iria iniciar seus trabalhos. Nas missivas, Freire-Allemão dedicou pouco espaço a considerações de cunho pessoal, pois não eram amigos íntimos, e sim tão somente botânicos, trocando informações do ramo de saber do qual se ocupavam.

Todavia a correspondência teve início por parte de Martius e não de Freire-Allemão. Coube ao brasileiro continuar ou recusar a troca de informações, preferindo a segunda alternativa, e de certo modo, atendendo às ambições de Freire-Allemão, esta era a mais acertada a se escolher. A comunicação entre seus pares na botânica brasileira não era das prolíficas. No tocante ao estudo das árvores da mata atlântica, partiu dele a iniciativa de herborizar e classificar a região na busca por árvores e plantas desconhecidas. Em uma resposta enviada a Martius, Freire Allemão remete:

“uma relação das árvores, e madeiras, sôbre que tenho feito ou começado algum estudo: por aí verá Vossa Senhoria o estado de confusão em que tudo jaz ainda: há cinco anos encetei êste trabalho, todavia estou mui longe de

⁶² Pai de Guilherme Schüch de Capanema.

desembrulhar o caos em que se acha o estudo das madeiras mais preciosas, e mais triviais. Tenho madeiras marcadas, e designadas para exame, e estudo, que as visito duas e três vezes no ano; e mesmo assim de algumas ainda não colhi flôr nem fruta. Continuo nesse empenho sem descanso”. (FREIRE-ALLEMÃO⁷ apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit. p.125).

Antes dele, quem tinha encetado um trabalho de vulto para desbravar e estudar a província fluminense fora frei Veloso. Este foi um dos motivos que levou Freire-Allemão a homenageá-lo com a sua Sociedade Velosiana. Ainda, nesta mesma carta enviada a Martius, Freire-Allemão debateu com o bávaro o ineditismo da classificação da tapaciriba, *Andradea floribunda*, afirmando que “diz Vossa Senhoria que encontrou dessas árvores em Macaé, e no Paraíba; provàvelmente devem aí existir; mas pelos sinais, que Vossa Senhoria me dá, não parecem ser a mesma coisa” (id., ibid.).

Retomando a questão da autoria da classificação do tapinhoã, iniciada no item anterior, na carta de 13 de maio seguiu em anexo a lista das árvores que estavam sendo estudadas por Freire-Allemão. No rascunho desta lista, guardada por Freire Allemão, consta o porquê do espécime ser classificação como *Silvia navalium*. Na missiva enviada a Martius meses depois, o brasileiro ressaltou que:

“A respeito do tapinhoã, me parece não ser duvidoso fôrmar êle o tipo de um gênero novo, visto não poder eu descobrir-lhe afinidades com os gêneros conhecidos, descritos nas obras, que pude consultar. Todavia reconheço quanto é falível êste modo de ajuizar; e que sòmente pela comparação dos exemplares das espécies conhecidas, se pode chegar a um resultado definitivo” (FREIRE-ALLEMÃO⁷ apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p. 126).

Mas não apenas o *Silvia* passou para *Silvaea*, como a autoria da descrição ganhou a abreviatura do nome de Meisner, ou seja, Meis. e não o de Freire-Allemão, procedimento técnico de nomenclatura usual que indica o classificador. Os únicos meios plausíveis pelos quais Meisner possa ter tomado conhecimento do tapinhoã, teria sido a correspondência estabelecida entre Freire-Allemão e Martius. Acredito que, não cabendo aqui juízos de caráter, Martius tenha comentado e mostrado a seu colaborador Meisner o estudo de Freire-Allemão, constando como “tipo duplo”.

⁷ FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Cópia da carta escrita ao Doutor Martius, em 13 de maio de 1847*. Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁷ Id. *Cópia de uma carta ao Doutor Martius, em 7 de dezembro de 1847*. Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

Com ou sem mágoas em decorrência das diagnoses desconsideradas na Europa, Freire-Allemão, pelo teor de suas cartas a Martius, lhe dispndia grande estima. Em 1849, enviou uma missiva longa, tratando das árvores que estavam sendo estudadas nas matas do Rio de Janeiro, a qual era acompanhada de amostras e ramos secos. A carta teria se extraviado, e dois anos depois o brasileiro resolveu enviar nova carta, na qual dizia ao prussiano que dois anos já haviam se passado desde o último contato. Outro assunto, não menos importante, referia-se à assinatura dos fascículos da *Flora Brasiliensis*. Freire-Allemão assim explicou a não manutenção do pagamento da assinatura destes fascículos:

“Eu tinha assinado na casa Laemmert um exemplar da sua magnífica Flora Brasiliensis cuidando então, que sua publicação se concluísse no tempo do meu professorado; mas não acontecendo assim, e tendo eu de jubilar-me no ano que vem, ficando com meus ordenados muito reduzidos, não é possível continuar a ser subscritor de uma obra tão cara, isto com bastante pesar meu, e mesmo não sem alguma vergonha” (id.[?], *ibid.*, p. 137).

Freire-Allemão também se referiu a sua jubilação como professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em decorrência da qual decaíram seus rendimentos mensais. Nesse mesmo ano de 1853 a Sociedade Velosiana começou a sofrer um esvaziamento em seus quadros, o que acabou determinando seu fim poucos anos depois. Em relação ao cancelamento da assinatura dos fascículos da *Flora de Martius*, Freire Allemão resolveu prestar uma gentileza ao seu par europeu:

“A oferta que Vossa Senhoria tão benignamente me faz dum exemplar da sua *Flora Brasiliensis*, eu não posso aceitá-la cheio de gratidão, porquanto eu muito sentia não poder possuí-la completa. Da minha subscrição recebi os 9 fascículos primeiros; assim querendo Vossa Senhoria ter a bondade de continuar, o fará do fascículo 10º por diante”. (id.[?], *ibid.*, p. 141).

Freire-Allemão, em duas cartas posteriores, lembrou a Martius que fizera a assinatura até o nono fascículo, mas que acabara recebendo o décimo segundo. Resolveu, na missiva enviada, pedir os fascículos 10º e 11º, e, desculpar-se pela insistência, dizendo-lhe:

[?] id. *Cópia de uma carta ao Doutor Martius em 23 de novembro de 1851*. Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

[?] id., *Cópia de uma carta escrita ao Doutor Martius, em 22 de dezembro de 1852*. Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

“Bem sei que uma obra desta natureza é distribuída por vários autores, e que nem sempre pode ser seguida em sua ordem: assim se esta minha lembrança vier a ser inútil, peço-lhe ao menos que a não tome como impertinência. Não tenho têrmos para lhe agrade cer tão subido favor” (id[?] ., ibid., p. 147).

Depois da citada jubilação e após ter residido no Engenho Velho (GERSON, 2000), atual bairro de São Francisco Xavier, Freire-Allemão resolveu retomar sua moradia no campo, na mesma localidade onde nascera – o Mendanha, conforme informou em sua correspondência:

“Achando-me jubilado, mudei-me logo para a roça oito léguas longe da cidade, onde estou fazendo uma casinha⁶³. Isto me tem absorvido o tempo, e atenção, e impedido de trabalhar: e é por isso que nada tenha feito êste ano. Nem mesmo pude ainda estudar, como ela merece, a parte da sua *Flora Brasiliensis*, com que me obsequiou. Espero tirar a desforra de tudo quando me achar estabelecido, e sossegado” (id. , ibid., p. 149).

Martius, em troca do envio sem custas dos fascículos da sua *Flora Brasiliensis*, solicitou a Freire-Allemão que lhe enviasse com brevidade suas observações sobre a obra, o que não foi possível para o brasileiro, conforme denota sua resposta em tom um pouco ríspido:

“Recebi quase ao mesmo tempo duas cartas de Vossa Senhoria, uma de maio de 1857, e outra de abril de 1856. Na primeira Vossa Senhoria me increpa por ser remisso em escrever-lhe, e observa que os fascículos da *Flora* se devem considerar como cartas impressas; Vossa Senhoria tem razão; mas eu também a tenho; responder imediatamente a cada fascículo de sua grande *Flora* seria expor-me à maior censura, porque não é com vista d’olhos que poderia sôbre ela dizer alguma coisa; é-me necessário tempo e repouso para estudar e então conhecimento aprofundado falar sôbre matéria, exceto se me quisesse contentar em acusar sômente a recepção e agradecer-lhe o favor”. (id. ibid., p. 150-151).

A falta de tempo necessário para atender ao pedido de Martius decorria de seus afazeres como botânico e também do convite recebido para ser lente da cadeira de botânica e zoologia, que voltara a fazer parte da grade curricular da Escola Central Militar. Porém,

[?] id., *Cópia de uma carta escrita ao Doutor Martius em 20 de fevereiro de 1855*. Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁶³ Casa da Porangaba. Ver BASTOS, MOACYR. Projeto de reaproveitamento de áreas da zona oeste. In : **COMUDES – Conselho Municipal de Desenvolvimento**. Capturado em 18 mai. 2005. Online. Disponível na Internet em: http://www.rio.rj.gov.br/comudes/realizacoes_projetos.htm

com a viagem já marcada para o Ceará, Freire-Allemão pediu licença para assumir seu posto como presidente da Comissão Científica de Exploração.

Outro homem de ciência do ocidente oitocentista com o qual Freire-Allemão manteve correspondência, apesar de breve, foi o botânico napolitano Michele Tenore (1811-1838), autor da *Flora Napolitana*. Na carta enviada ao italiano, em 1845, Freire-Allemão afirmou sua ambição de ser reconhecido pelos cientistas estrangeiros, e destacou ainda que os desenhos das plantas coletadas eram feitos por ele mesmo, habilidade esta a ser valorizada, pois o segundo o botânico brasileiro:

“Comecei a experimentar minhas forças na publicação de plantas que me parecem ser absolutamente novas: desejo ouvir sôbre elas a opinião dos botânicos europeus, que possuindo coleções de todas as plantas, e as obras, que foram escritas sôbre as plantas do Brasil, podem dissipar minhas dúvidas, e corrigir meus êrros. (...) Os desenhos foram feitos por mim à vista da planta fresca; não deis portanto atenção às incorreções do desenho; em compensação, creio que êles mostrarão bem exatamente os caracteres botânicos aos quais entretanto não posso dar maior desenvolvimento de detalhes em virtude da limitação de espaço a que devo me sujeitar”. (id[?], ibid., p. 120-121).

Para o botânico francês Achilles Richard (1794-1852), Freire-Allemão enviou duas cartas. A primeira carta, datada de 1846, tinha como um de seus objetivos o seu anseio de ser “visto” na Europa, para o que rememorava o fato de ter sido aluno do francês nos tempos da Universidade de Paris:

“Contando com vossa indulgência, atrevo-me a vos apresentar meus primeiros ensaios em botânica; isto é tão sômente o passo tímido de uma criança que quer andar; e espero que tereis a complacência de me ajudar com vossos conselhos: porquanto só aproveitando os conselhos dos sábios europeus é que poderei um dia corrigir, e refazer todo o meu trabalho. Eis aí o fim de minha ambição. Por agora, é apenas a vós, que fôstes meu mestre (por vossas lições e por vossas obras), e ao Doutor Martius, bem como ao Doutor Michele Tenore, de Nápoles, que me honrais com vossa correspondência e vosso interêsse, que me atrevo a submeter estas provas de minha aprendizagem” (id[?] ibid., p.122-123).

[?] FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Carta dirigida ao Senhor Michele Tenore, de Nápoles*. Rio de Janeiro, dezembro de 1845. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

[?] id. *Cópia da carta que mandei ao Senhor Achilles Richard acompanhando as descrições e estampas das 5 plantas que tenho publicado a saber: Dry[et]es, Vicentia, Andradea, Geissospermum, e Azeredia (de Arruda), levadas pelo Senhor Darcet*. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1846. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

Entretanto, Freire-Allemão não obteve notícias do destino desta carta enviada a Richard, e nem tampouco da segunda carta enviada em 1851. A carta de 1846, segundo nota do próprio botânico, não teria encontrado seu destinatário, pois o portador da carta - provavelmente Felix Darcet, da família de químicos franceses - morrera tragicamente em um incêndio no laboratório de produtos químicos de sua propriedade no Rio de Janeiro naquele mesmo ano. A carta enviada⁷ a Auguste Saint-Hillarie também parece não ter encontrado o destinatário, ou Saint-Hillaire simplesmente não a respondeu.

Além do bávaro Martius, Freire-Allemão trocou algumas cartas com o botânico de origem germânica Friedrich Ernst Ludwig von Fischer (1782-1854), então diretor do Jardim Botânico de São Petesburgo. Nestas correspondências, o brasileiro acabou relatando como eram realizadas suas herborizações, além de novamente, agradecer o reconhecimento recebido:

“Começo a provar a indizível satisfação de me ver elogiado e estimulado por eminentes homens de ciências, o que considero como o melhor prêmio de minhas fadigas, e que me impõe o dever de continuar com mais zêlo e obstinação. No isolamento em que encontro, tendo necessidade de penetrar nas florestas virgens, de descrever, desenhar, dessecar as plantas, enfim, de tudo fazer, até litografar e cuidar da impressão, meu trabalho é penoso, e deve caminha lentamente. Escolhi de preferência o estudo das árvores, porque foi o mais abandonado (necessariamente devido às dificuldades que apresenta) e é para nós da maior utilidade”. (id⁷., ibid., p. 123)

Como vimos, as cartas apresentavam as mesmas expectativas de reconhecimento, o agradecimento pelo reconhecimento expresso em forma de elogios ou na concessão gratuita de fascículos de uma flora. Freire-Allemão desenvolveu o hábito de guardar a maioria das cartas e fazer cópias das que enviava. Provavelmente, o idioma com o qual se comunicava com os pares estrangeiros era o francês, além do latim no que dizia respeito às descrições de estudos botânicos. Devemos, também, considerar as notas que ele mesmo rabiscava nos rodapés das cartas, o que registrava a possibilidade de uma determinada carta não ter chegado nas mãos esperadas, como foi o caso dos escritos enviados a Richard, mas extraviados por causa da morte de seu portador.

A despeito das considerações sobre seu caráter - tímido, reservado, de humor “temperado” - e da sua modéstia, Freire-Allemão minimamente sabia *quem* ele era no

⁷ id. *Cópia de uma carta escrita ao Senhor Augustin de Saint-Hilaire, em 23 de novembro de 1851*. Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁷ id. *Cópia da carta que, em resposta, escrevi ao Senhor Fischer, Diretor do Jardim Botânico da São Petesburgo*. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1847. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

cenário científico nacional e como fazer para obter seu reconhecimento fora do país. Para ele foi preciso mostrar-se, e arriscar-se enviando estudos botânicos, publicados ou não, para os botânicos estrangeiros. Mesmo com algumas subtrações de crédito científico, algumas espécies ainda guardaram seu crédito de modo incontestável.

4.3 APONTANDO O DESMANTAMENTO

Freire-Allemão, assim como outros contemporâneos seus na ciência nacional, se debruçou na questão ambiental no século XIX. O botânico não foi tão combativo como Emílio Joaquim da Silva Maia, zoólogo e membro da Sociedade Velosiana, mas mesmo assim teve sua voz somada a de outros que dedicaram-se a tal matéria com maior enfrentamento. A Saint-Hilaire escreveu:

“Nossas florestas, timbre do solo brasileiro à admiração do estrangeiro, e uma das nossas mais preciosas riquezas, vão sendo destruídas pelo machado e fogo, com uma imprevidência pertinaz e astuta. As árvores, que as constituem, e que fornecem tantos produtos úteis, são em grande parte, ou inteiramente desconhecidas, ou imperfeitamente estudadas. Nem as podem estudar perfeitamente senão observadores sedentários. Na falta de outros, mais capazes, animei-me a tentar a empresa, quero dizer, a principiá-la, porque ela deve ser longa”. (FREIRE-ALLEMÃO⁶⁴. apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit., p. 138).

Empresa longa, porque se tratava de apenas um indivíduo para tal: o próprio Freire-Allemão, que não contava com nenhum contemporâneo para ajudá-lo com as coletas das amostras, e tinha somente a ajuda dos mateiros para adentrar nas matas nas áreas escolhidas. Ao príncipe germânico Maximiliano de Wied-Neuwied (1782-1867), naturalista que em 1816 havia empreendido uma viagem à Bahia, escreveu que:

“As colheitas mais fáceis se fazem durante a derrubada das grandes matas; árvores preciosas, desconhecidas dos botânicos, encontram-se deitadas por terra, mas têm apenas botões; outras mostram flores fanadas, e frutos ainda não desenvolvidos; outras, finalmente, não apresentam flôres nem frutos: testemunha-se dêsse modo uma grande devastação sem proveito para a ciência” (id.[?] *ibid.*, p. 143).

⁶⁴ FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Cópia de uma carta escrita ao Senhor Augustin de Saint-Hilaire...*op. cit.

[?] id. *Cópia da carta que escrevi, em resposta, ao Príncipe Maximiliano de [Wied] – Neuwied.* Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1853.

Freire-Allemão lamentava ainda mais os efeitos nefastos decorrentes das queimadas (DEAN, 2004), que davam lugar a plantações de café. Na mata que cobria o litoral fluminense estavam espécies de pau-brasil, tapinhoãs, etc., árvores estas que haviam sido descritas antes da chegada das equipes de desmatamento. Infelizmente, outras tantas ficaram sem descrições e classificações adequadas.

No seu texto “Tentativa duma história das florestas da Província do Rio de Janeiro”, de 1849 (ver anexo 1), Freire-Allemão reclamou da existência de poucos autores que até aquele momento haviam se ocupado das matas brasileiras de maneira científica, e não apenas contemplativa, com “êxtases de admiração”. Freire Allemão não indicou quais seriam aqueles que dedicaram-se mais à contemplação das matas enquanto estas gradativamente sofriam o processo de desmatamento, mas preocupou-se em nomear Saint-Hilaire, Martius e Pohl como aqueles que demonstravam um interesse científico em seus estudos.

Warren Dean (2004) destaca que de fato, apesar das milhares de descrições e classificações feitas por autores anteriores a Freire-Allemão, fossem eles estrangeiros ou não, com ou sem a visão romantizada e mística das florestas, um incontável número de espécimes de fauna e flora desapareceu “antes que a ciência ao menos tivesse conhecimento de sua existência” (id., op. cit., p. 366).

O botânico brasileiro, ao tomar para si a tarefa hercúlea e solitária de herborizar as matas no rastro do desmatamento, considerava ser ele capaz de estudar melhor as matas dada sua disposição para nelas adentrar. Isso revelava um indício, confirmado por Dean (op., cit.), no sentido de que as coletas efetuadas pelos estrangeiros eram menos laboriosas pelo fato de que estes não adentravam totalmente no cerne da mata. Eles provavelmente ficavam de campana em uma mata secundária e não adentravam a floresta densa.

Durante os trabalhos da Seção Botânica da Comissão Científica de Exploração, Freire-Allemão mostrou os resultados do estudo da goma-elástica extraída da maniçoba (*Manihot glaziovii* Muell. Arg.)⁶⁵, assumindo seus escritos um caráter prático e de velada cobrança perante a situação desastrosa de devastação indiscriminada daquela árvore. Produto de grande saída internacional, sendo exportada para a Europa e para os EUA, sua

⁶⁵ Ver: **Rare books from Missouri Botanical Garden**. Online. Capturado em 18 mai. 2005. Online. Disponível na Internet em: <http://www.illustratedgarden.org/mobot/rarebooks/page.asp?relation=OK99A1K6318831914B3&identifier=0386>

exploração chegou ao ápice poucos anos antes da chegada da Comissão, entre os anos de 1855 e 1856.

Percebeu-se que, em algumas ocasiões a fala do botânico tenha esmaecido por conta de seu trânsito na Corte, pois não era salutar criticar de forma veemente o Império. Deste modo, se inicialmente reclamou, de modo enérgico e com certa indignação, da situação preocupante da maniçoba, quando escreveu que “as matas foram invadidas, e as árvores em grande parte destruídas; mas pior que tudo, a goma colhida às pressas, sem cautelas e cheia de impuridades, não sei por que cegueira ou imprevidência dos negociantes era comprada pelo mesmo preço a boa e a má” (FREIRE-ALLEMÃO⁷ apud BRAGA, op. cit., p. 284). Mais adiante nos escritos do relatório seu discurso acabou por assumir um caráter conciliatório, pois para ele “se por meio conveniente for regulado o modo da extração da goma, em seu tempo próprio, e sem que cause a morte das árvores (de cujo plantio se deve antes cuidar), terá o Ceará mais um ramo de indústria fácilimo e rendoso” (FREIRE-ALLEMÃO⁷ apud id., ibid., p. 284).

No Ceará a goma-elástica foi o que saltou aos seus olhos no quesito preocupação ambiental, por ser um produto extraído, em condições equivocadas, de um espécime arbóreo que passava por momento crítico de extração e sem controle, o que acarretava significativos prejuízos econômicos. A inquietude com o futuro da maniçoba, na fala do botânico, indicava que seu tom, às vezes de denúncia e outras de forma ponderada, decorria do fato de que estava em uma delicada de posição, buscando defender o uso racional das riquezas da flora e também garantir a simpatia imperial, que sempre o acompanhou desde sua admissão como médico imperial em 1840.

Na província fluminense, a questão ficava por conta do desmatamento sem controle adequado de áreas da densa Mata Atlântica para dar lugar a plantações equivocadas de café. Freire-Allemão chegou a escrever uma série de recomendações para o melhor aproveitamento da extração de madeiras nobres, aproveitando, supõe-se, a derrubada da floresta para a lavoura cafeeira (ver anexo 2). Ainda hoje as matas continuam em ritmo acelerado de destruição e na escrita de Freire-Allemão encontramos pelo menos o compromisso em minorar os efeitos catastróficos para a natureza, como fonte de vida. Esperamos que um dia ainda hajam fauna e flora sobreviventes para usarmos os “manuais” de leitura da natureza que botânicos como Freire-Allemão nos deixou.

⁷ FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Relatório dos membros da Comissão lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1861.

⁷ Id., ibid.

CONCLUSÃO

Ao estudar Freire-Allemão, fiz o mapa das trilhas deixadas por ele no “incipiente” cenário das ciências no país. Para a elaboração desta dissertação, estabeleci como primeiro momento os objetivos e hipóteses, e no segundo momento, tive como propósito dimensionar as fontes primárias e secundárias, isto é, quais seriam priorizadas, o porquê da priorização e em quais capítulos da dissertação elas poderiam ser utilizadas ou não. A metodologia de pesquisa no tocante ao levantamento de fontes primárias deparou-se com documentos originais majoritariamente produzidos pelo próprio botânico. Estas fontes selecionadas serviram como norte para demonstrar a importância de Freire-Allemão para a ciência oitocentista, tratando de apresentá-lo, para quem não conhece sua participação no século XIX, como um valioso marco para a botânica brasileira. Desse modo, na fase de levantamento das fontes secundárias constatei a ausência de um trabalho historiográfico recente a respeito do botânico, em contraposição às biografias memorialistas lançadas no passado.

Finalmente, os dados coletados foram concatenados, os fichamentos realizados, e logo foi iniciado o processo de elaboração do texto, que se revelou penoso no primeiro momento. Entretanto, foi gradativamente deixando de ser penoso pela riqueza das fontes levantadas, justificando o esforço prazeroso da pesquisa histórica que foi proposta.

No primeiro capítulo, investiguei as razões que fizeram com que Freire-Allemão não tivesse usado sua influência na Corte para propor medidas profiláticas para deter o bócio endêmico na primeira metade do século XIX. Desse modo, descobri que atuação de Freire-Allemão, no que se referia à proposição de medidas contra a doença, ficou circunscrita a sua tese de doutoramento defendida na França. Entendi ainda que sua atuação restrita tenha decorrido do contexto da saúde na época, o qual não abarcava

medidas sanitárias para tratar de uma doença localizada e sem uma incidência epidêmica. Ao retornar ao Brasil, sua atuação no campo da medicina, como vimos, ficou circunscrita à esfera da Corte, ao substituir o médico encarregado da saúde do futuro imperador. Passados quase dez anos após a defesa de sua tese na Universidade de Paris, a trajetória de Freire-Allemão, como assinaei, encontrava-se divorciada da questão do bócio endêmico, sendo ínterim, professor de botânica médica e de zoologia.

Concluindo este primeiro capítulo, busquei mais dados que contribuíssem para a compreensão das condições que favoreceram o trânsito do botânico na Corte imperial. Neste sentido constatei que, entre outros fatores, sua presença na Corte foi possibilitada, não só pelo fato de ter cuidado da saúde do imperador, mas também por ter integrado a comitiva que trouxe para o Brasil a futura imperatriz de Nápoles. Posteriormente Freire-Allemão foi um dos preceptores das princesas imperiais, juntamente com Guilherme Schüch de Capanema, outro estudioso oitocentista com trânsito ainda maior no círculo de relações do imperador d. Pedro II.

No segundo capítulo a análise histórica detive-me na formação das sociedades científicas e como elas se constituíram no Brasil. O porquê dessa análise surgiu da atuação de Freire-Allemão como sócio de algumas dessas sociedades e como fundador da breve, mas importante Sociedade Velosiana de Ciências Naturais. Um pouco antes da análise desta sociedade, percebi que seria necessário concatenar o que havia sido até então sobre o porquê do nome Velosiana, por sua vez, uma homenagem de Freire-Allemão ao religioso e botânico do século XVIII frei José Mariano da Conceição Veloso, cabendo também historicizar a discordância em torno da homenagem feita.

No terceiro capítulo reconstruí a atuação de Freire-Allemão como chefe da Seção Botânica da Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte. Seção, por sinal, que foi muito prolífica, mas que entrou em choque com o cargo de diretor da Comissão inteira, que por sinal se fez presente nos momentos de omitir a Corte os desvios de conduta de alguns dos seus integrantes. Suas impressões sobre a gente e os costumes do Ceará foram condizentes com o pensamento político e social da época, marcado pelo pragmatismo iluminista e pela simpatia incontestável à monarquia.

Já no quarto capítulo, mostrei a importância dos estudos botânicos deixados por Freire-Allemão, desde as primeiras publicações em 1844 até os últimos tempos de trabalho no Museu Nacional, quando foi diretor em 1866. No primeiro capítulo mostrei o que era a botânica médica, no segundo, forneci alguns dados sobre a botânica em si, mas percebi

que não seria redundante, como ainda leiga em conceitos mais complexos de botânica, tornar a explicar ao leitor o que entendi a respeito desse ramo de conhecimento biológico.

Pretendi descortinar, assim, apenas trechos do prolífico legado deixado por Freire-Allemão, que deram mostras da dimensão científica de seus estudos botânicos. O reconhecimento de suas diagnoses, elaboradas após suas exaustivas herborizações pelas matas fluminenses, foi ambíguo. Botânicos europeus ao mesmo tempo em que consideravam suas sugestões de espécies e gêneros novos, também tomaram para si alguns trabalhos de Freire-Allemão. Torno a afirmar que não se pretendeu estabelecer juízos com relação ao caráter desses botânicos europeus, ou qualificá-los por ações de má fé, mas fundamentalmente destacar as inúmeras espécies que de fato foram primeiramente descritas e classificadas por Freire-Allemão, neste sentido atribuir-lhe o devido crédito.

O quarto capítulo procuro tratar da atuação de Freire-Allemão em relação à questão ambiental no século XIX, tomando por base especialmente os estudos feitos por Dean (2002) e Pádua (2002). Há décadas ouvimos os relatos e vemos os efeitos degradantes da destruição desenfreada das matas brasileiras, e no tocante às matas fluminenses importa destacar Freire-Allemão como um dos estudiosos do século XIX que propôs normas para a extração das árvores, que forneciam madeiras de lei, que não fosse realizada de forma tão prejudicial à mata. Ainda hoje, nos deparamos com normas que tentam barrar o avanço cada mais impiedoso das serras elétricas e máquinas pesadas que irrompem nas florestas para dar lugar a latifúndios, situação esta, guardadas as devidas proporções do tempo histórico, semelhante ao que Freire-Allemão presenciou século XIX com a expansão da lavoura cafeeira.

Esta dissertação fez-me nascer a ambição acadêmica de continuar na trilha da história das ciências, tendo o legado científico de Freire-Allemão como guia nos verdes caminhos da botânica, ramo de saber essencial para o entendimento humano da natureza desde seus primórdios. Desse modo, selecionei, de uma trajetória de quase três décadas dedicadas à ciência, aspectos relevantes que relembassem a existência de Freire-Allemão à historiografia recente sobre o século XIX.

OBRAS CITADAS

Acadêmico Freire Alemão – patrono da cadeira nº 43. Arquivo da Academia Nacional de Medicina, Rio de Janeiro, datilografado, s.d.

BIBLIOTECA GUANABARENSE. *Trabalhos da Sociedade Velosiana*. Rio de Janeiro.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: [Conselho Federal de Cultura](#), 1970.

BORGEMEIER, frei Thomaz. Introdução – A história da Flora Fluminensis. In: *Flora Fluminensis de Frei José Mariano da Conceição Veloso – documentos*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Publicações do Arquivo Nacional, vol. 48, 1961.

BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza; Mossoró: Imprensa Universitária do Ceará; Fundação Guimarães Duque, 1982.

CARVALHO, Augusto da Silva. *As academias científicas do Brasil do século XVIII*. Lisboa: Separata das “Memórias” (Classe de Ciências – Tomo III). s. d.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DAMASCENO, Darcy. Os manuscritos do botânico Freire Alemão. *Anais da Biblioteca Nacional*, Vol. 81, 1961.

DANTES, Maria Amélia. Relações científicas e tradições científicas locais. In: GOLFARB, Ana Maria Afonso; MAIA, Carlos (orgs.) *História da Ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp, 1995.

DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a historia da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOMINGUES, Heloísa M. Bertol. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império. In: DANTES, Maria Amélia. (org.) *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. p.83-110.

EDLER, Flávio. A medicina acadêmica imperial e as ciências naturais. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio A. P. *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Acess, 2001.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis – vol.2*. Rio de Janeiro: Conquista, 1956.

FERREIRA, Luiz Otávio; FONSECA, Maria Rachel G. F. da; EDLER, Flávio. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no Século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In: DANTES, M. A. (org.) *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. p. 59-80.

FERRI, Mário G. A botânica no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de. *As ciências no Brasil – vol. II*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

FILGUEIRAS, Carlos A.L. A química na educação da Princesa Isabel. *Química Nova*, vol. 27, n.2, p. 349-355, março/abril 2004,. Disponível em: <http://quimicanova.sbq.org.br/qnol/2004/vol27n2/>. Acesso em: 18 de maio de 2005.

GAMA, José Saldanha. Biographia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Francisco Freire Alemão. *Revista do IHGB*, tomo 38, parte 2ª, p.51-126, 1875.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio (e de sua liderança na história política do Brasil)*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.

KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento filosófico*. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

KURY, Lorelai. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861): a ciência imperial e a musa cabocla. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio A. P. *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Acess, 2001. p. 29-54.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LE GOFF, Jacques (org.). *As doenças tem história*. Lisboa: Terramar, 1991.

LOPES, Maria Margaret. *As ciências naturais e os museus no Brasil no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1993.

_____. Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube...lá no Ceará. *História, Ciência e Saúde – Mangueiras*, III (1), p. 52-53, mar.-jun. 1996.

_____. O local musealizado em nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio A. P. *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Acess, 2001. p. 77-96.

_____; SILVA, Clarete Paranhos. Investigações em História Natural no Ceará: os estudos do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824). *Revista de Ciências Humanas – UNITAU*, IX (1). 1º semestre 2003. Disponível em: <http://www.unitau.br/prppg/publica/humanas/download/investigacoeshistoria-2003.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2005.

LOUREIRO, José M. M. Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. *Ciência da Informação*, jan./abr. 2003, vol.32, no.1, p.88-95. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 de maio de 2005.

MAYR, Ernest. *O desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança*. Brasília : [Ed. UnB](#), 1998.

MEDEIROS-NETO, Geraldo. Francisco Freire-Allemão. Pioneiro na avaliação do grave problema do bócio endêmico no Brasil. *Arq. Bras. End. Met.*, vol. 40, no 2, p.133-141, 1996.

_____. Towards the eradication of iodine-deficiency disorders in Brazil through a salt iodination programme. *Bulletin of the World Health Organization*, 66 (5) 637-642 (1988). Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/bulletin/1988/Vol66-No5/>. Acesso em: outubro de 2004.

OLÍMPIO, Domingos. Luzia Homem. São Paulo: Editora Ática, 1983. Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/autores/domingosolimpio/luzia/luzia.html>. Acesso em 18 de maio de 2005.

PÁDUA, José Augusto de. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PICKSTONE, John. V. *Ways of Knowing: a new history of science, technology and medicine*. Manchester: The University of Chicago Press, 2001.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney et alli (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil – Capítulos de História Social*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

RIBEIRO, Lourival. *Medicina no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1971.

RIBEIRO, Márcia Moisés. A singularidade colonial. In: _____ *A ciência nos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

RICHARD, Achilles. *Éléments d'histoire naturelle médicale content des notions générales sur l'histoire et naturelle, la description, l'histoire et les propriétés de tous les aliments, médicaments, ou poisons, tirés des trois règnes de la nature.* Paris, Chez Béchet Jeune: Librairie de Faculté de Médecine, 1838.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *História geral da medicina brasileira.* São Paulo: [Hucitec: EDUSP](#), 1991.

SANTOS, Joaquim Mariano de. *Bosquejo acerca do bócio* (Tese defendida na Faculdade de Medicina). Rio de Janeiro: Typographia Univ. de Laemmert, 1841.

SAWIN, Clark T. Historical Note: Jean Baptiste Boussingault (1802-1887) and the Discovery (almost) of Iodine Prophylaxis of Goiter. *The Endocrinologist*, vol. 13, nº 4, August 2003. Disponível em: www.theendocrinologist.org/pt/re/endocrinologist/fulltext.00019616-200307000-00001.htm. Acesso em: outubro de 2004.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil.* Brasília: MCT, 2001. (capítulos 2 e 3). Disponível em: <http://www.schartzman.org.br/simon> Acesso em: 18 de maio de 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: (1808-1821).* São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

SOURNIA, Jean-Charles. *Histoire de la médecine.* Paris; La Decouverte, 1997.

SOUSA, João Francisco de. *Freire Allemão, o botânico.* Rio de Janeiro, Pongueti, 1948.

VASCONCELOS, Vasco J. *Médicos e cirurgiões da Imperial Câmara, reinados de D. Pedro I e D. Pedro II.* Campinas: R. dos Tribunais, 1964.

OBRAS CONSULTADAS

AUGEL, Moema Parente. *Ludwig Riedel: Viajante alemão no Brasil*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília/Rio de Janeiro: Ed.Unb/Ed.UFRJ, 1996.

BOYAGES, S. C. Clinical review 49: iodine deficiency disorders. *Journal of Clinical Endocrinology and Metabolism*. 77:587-591. Disponível em: <http://jcem.endojournals.org/cgi/reprint/77/3/587>. Acesso em: 18 de maio de 2005.

BURLAMAQUI, Frederico. L. Cezar. Notícia acerca dos animais de raças extintas descobertas em vários pontos do Brasil. In: *Secção de Geologia – Trabalhos da Sociedade Velosiana*. Fundação Vinct-Um Rosado, Série “B”, número 1545, jul. 1998. (Coleção Mossorense).

CARVALHO, Delgado de. *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [Dep. Geral de Documentação e Informação Cultural](#), 1990.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p. 216-228. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/86.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2005.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 278, p. 105-175, jan-mar., 1968.

DOMINGUES, Heloísa. Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil do século XIX. In: HEIZER, A. e VIEIRA, A. P. (orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Acess, 2001. p. 55-75.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, A. e VIEIRA, A. P. (orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Acess, 2001. p. 1-28.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, v. VIII (suplemento), p. 863-80, 2001.

LABHART, Alexis. *Clinical endocrinology: theory and practice*. New York, Springer-Verlag, 1986.

LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORAIS, Alexandre José de Melo. *A vida e morte do exmo. Sr. Conselheiro Francisco Freire Allemão Cysneiro escripta em vista das notas por elle proprio fornecidas*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino F. de Espírito Santo, 1874.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: TopBooks, UniverCidade Ed., c2000.

NEIVA, Arthur. *Esboço histórico sobre a botânica e zoologia no Brasil*. Brasília : [Ed. UNB](#), 1989.

PACHECO, José Fernando. Manoel Ferreira Lagos (1817-1871): Dados biográficos do segundo zoólogo do Museu Nacional. *Atualidades Ornitológicas*, Ivaiporã, v.68, 1995. Disponível em: <http://www.ib.usp.br/ceo/historia/manoel.htm>. Acesso em: 18 de maio de 2005.

ROSSI, Paolo. *El nacimiento de la ciencia moderna em Europa*. Barcelona: Crítica, 1998.

SERRÃO, Custódio Alves. *Lições de chimica e mineralogia*. Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1833.

VANDELLI, Domenico. *Diccionario dos termos technicos de Historia Natural extrahidos das Obras de Linnéo, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos. E a memoria sobre a utilidade dos jardins botanicos que offerece a Raynha D. Maria I...* Coimbra: [Real Off. da Universidade](#), 1788.

FONTES PRIMÁRIAS

CAPANEMA, Guilherme. S. *Carta a Gonçalves Dias*. Lagoa Funda, 31 de outubro de 1860. Documentos do IHGB, lata 217, doc. 6.375.

Carta a Regência nomeando Francisco Freire Allemão lente da cadeira de Botânica Médica e Princípios de Zoologia da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1833. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

Cartas (cópias) com atribuição a Guilherme Schüich de Capanema, dirigidas à Gonçalves Dia, comentando a organização da Comissão Científica a ser mandada ao Ceará pelo Governo Imperial. Documento do IHGB, Lata 216, pasta 50.

Documentos referentes à junção da Sociedade Velosiana, que se ocupa de História Natural do Brasil e línguas indígenas, com o IHGB: pareceres, proposta (Capanema) que se faça aos presidentes de algumas províncias informações sobre terremotos nela ocorridos, 1853. Documentos do IHGB, Lata 342, pasta 4.

FREIRE, ALLEMÃO, Francisco. *Carta ao marquês de Abrantes, declarando não poder mais continuar a servir nas comissões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em vista da transferência do domicílio*. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1854.

_____. *Cópia de uma carta escrita ao Senhor Augustin de Saint-Hilaire, em 23 de novembro de 1851*. Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. [À irmã Policena Freire]. Icó, 20 de novembro de 1859. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. [Engenhos de Açúcar]. Pacatuba, 10 de abril de 1859. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Carta a Fischer, diretor do Jardim Botânico de São Petesburgo*. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1847. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Carta dirigida ao Senhor Michele Tenore, de Nápoles*. Rio de Janeiro, dezembro de 1845. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Conceitos populares a respeito de tesouros e riquezas do país*. S.l., 5 de maio de 1860. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Cópia da carta escrita ao Doutor Martius, em 13 de maio de 1847*. Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Cópia da carta que escrevi, em resposta, ao Príncipe Maximiliano de [Wied] – Neuwied*. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1853.

_____. *Cópia da carta que mandei ao Senhor Achilles Richard acompanhando as descrições e estampas das 5 plantas que tenho publicado a saber: Dry[et]es, Vicentia, Andradea, Geissospermum, e Azeredia (de Arruda), levadas pelo Senhor Darcet.* Rio de Janeiro, 29 de junho de 1846. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Cópia da carta que, em resposta, escrevi ao Senhor Fischer, Diretor do Jardim Botânico da São Petesburgo.* Rio de Janeiro, 13 de maio de 1847. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Cópia de uma carta ao Doutor Martius em 23 de novembro de 1851.* Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Cópia de uma carta ao Doutor Martius, em 7 de dezembro de 1847.* Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Cópia de uma carta escrita ao Doutor Martius em 21 de setembro de 1848.* Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Cópia de uma carta escrita ao Doutor Martius, em 22 de dezembro de 1852.* Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Cópia de uma carta escrita ao Doutor Martius em 20 de fevereiro de 1855.* Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Cópia de uma carta escrita ao Senhor Martius, em 22 de dezembro de 1852.* Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Discurso pronunciado em uma sessão da Sociedade Velosiana.* Rio de Janeiro, s. d. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Dissertation sur le goître.* Paris, 1831. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Epílogo da crônica de parte dos membros da Comissão Científica durante sua estada na cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará.* s.l., s.d. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Estudos botânicos*, XII, p. 138. Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Madeiras do Brasil - borrão da relação que mandei ao Doutor Martius, em maio de 1847.* S.l., s.d. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Notas sobre a cidade de Icó.* s.l., 25 de outubro de 1859. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Notícia sobre minha vida (autobiografia).* Rio de Janeiro, fevereiro de 1874. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Relatório dos membros da Comissão lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1861.

_____. *Requerimento ao Imperador, apresentando-se como pretendente à cadeira de Botânica e Zoologia na Escola de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1º de março de 1833. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Resposta à primeira carta do Senhor Brignoli*. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1840. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Sentimento da gente do Ceará a respeito da Comissão*. S.l., 15 de maio de 1860. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

_____. *Sentimento dos cearenses para com os estrangeiros*. S.l., s.d. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

INHOMIRIN, barão de. *Carta de habilitação em cirurgia e medicina passada a Francisco Freire-Allemão pelo diretor da Academia Médico-Cirúrgica da Corte*. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1826. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

ITANHAÉM, marques de. *Ato nomeando Francisco Freire-Allemão médico do Imperador*. Palácio da Boa Vista, 28 de março de 1840. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

MAIA, Emílio Joaquim da S. *Ofício do secretário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro a Francisco Freire-Allemão*. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

MONTALIVET, conde de. *Diploma de doutor em Medicina pela Faculdade de Paris, expedido pelo conde Montalivet em favor de Francisco Freire-Allemão*. Paris, 30 de dezembro de 1831. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

PEDRO II, d. . *Ato do Imperador, confirmando a nomeação de Francisco Freire-Allemão médico da Imperial Câmara*. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1840. Divisão de Manuscritos/Biblioteca Nacional.

Relatório da investigação que por parte de alguns membros da Comissão Científica enviada pelo Governo a Fortaleza (Ceará), apurou escândalos e desmandos ali provocados por Guilherme Schüch de Capanema e outros (entre os quais Gonçalves Dias). Documentos do IHGB, lata 216, pasta 50.



FIGURA 1: Francisco Freire-Allemão de Cysneiros. Campo Grande. Zona rural do Rio de Janeiro. 24 jul./11 nov. 1874 apud DAMASCENO; CUNHA, op. cit.



FIGURA 2: *Habenaria* sp apud Brazilian Orchids
<http://www.delfinadearaujo.com/galeria/freire1.htm>



FIGURA 3: *Ornithocephalus iridifolia* apud Brazilian Orchids.
<http://www.delfinadearaujo.com/galeria/freire4.htm>

ANEXO 1

Tentativa duma história das florestas da Província do Rio de Janeiro

A exceptuarmos as várzeas à baixa-mar e nas vizinhanças das fozes de grandes rios, como o Paraíba, o Guandu etc., cujo chão é naturalmente formado de aluviões, e que foram sempre cobertas de grams, e que se chamam campos naturais, ou nativos – Campos de Goitacases, Campos de Santa Cruz, etc., – a exceptuarmos os lugares baixos alagadiços de baixa-mar, que são cobertos de uma vegetação particular – mangues – etc., todo o mais solo de Província devia ser coberto da mais bela e vigorosa vegetação; como o mostra ainda o que dela resta no estado virgem.

Em todos os Autores, que temos lido, e que vamos lendo, que escrevem sobre o Brasil em seu primitivo, nada temos achado de suas matas senão idéias vagas; noções incompletas, êxtases de admiração, etc., etc.

O que hoje se possui de mais regular, e exato e verdadeiramente científico deve-se a viajantes estrangeiros; tais como Saint-Hilaire, Martius, Pohl, etc. – mas êles lançam agradáveis traços à geografia botânica; e não descem positivamente aos detalhes (nem o podiam fazer) que sós podem fornecer os elementos para uma história de nossas matas.

Eu empreenderei êste tra[bal]ho. Não tenho esperança de o dar perfeito: mas deixarei um esbôço; e darei o impulso, para que outros continuem, e acabem. O que não deve ser deferido. O machado devastador bem cedo aniquilará todos os materiais para ela.

Eis aqui de que modo entendo que se deve fazer o estudo das matas.

1º. O estudo do terreno. Vargens ao nível dos mares – sêcas, ou alagadiças. Montes, suas altura aproximada (não se tendo a medida), sua exposição ou relações com os pontos cardiais da terra; direção das serras – sêcas, ou regadas. Natureza dos terrenos.

Como as montanhas da Província não se elevam a demasiada altura, basta-nos distinguir 3 estações (regiões): 1ª. – das vargens e fraldas dos montes; 2ª. – chapada ou altos cumes de mais de 1.000 pés de altura; 3ª. – a zona média.

Passando à vegetação. Determinar a estação de cada espécie – primeiro as espécies características de cada estação ou regra, isto é, indicar as árvores (mais plantas) que só vêm espontâneamente em tal ou tal estação – e aquelas que naturalmente crescem em mais de uma, ou em tôdas.

Determinar o predomínio das famílias, dos gêneros, e espécies em cada estação; a proporção que guardam entre si – associação.

Determinar a altura média das árvores em cada região; e em cada localidade, descrevendo particularmente as árvores mais notáveis em suas proporções, e grandeza: e mesmo recolhendo o que consta das tradições.

Determinar a época da desfolhação das árvores (quando isto tem lugar); assim como da florescência, e da frutificação. Tendo muito cuidado em velar sobre as árvores que não florescem todos os anos e determinar o período de repouso. Algumas espécies

florescem unâni[me]mente todos os anos. Em outras há flôres todos os anos; mas em diversos indivíduos descansando uns, enquanto outros frutificam.

Outras espécies parecem ter um certo período de repouso de 2, 4, 6 e quem sabe até quantos anos: florescendo todos os indivíduos ao mesmo tempo. Neste caso porém ainda há uma observação a fazer-se; e é [que] alguns indivíduos florescem como perdidos, desvairados, flolescência a que eu tenho chamado *esporádica*. Isto porém não deve destruir a regra geral, que a flolescência comum de tôda a espécie.

O ano passado de 1848 vi pela primeira vez (depois de 1840) a flolescência geral do Ubatã ou Gonçalo-alves (*Astronium*) mas alguns indivíduos não floresceram; com a singularidade de largarem as folhas muito depois da flolescência geral.

Parece também que as árvores que estão em descampados florescem mais comumente que as das matas, da mesma espécie. Parece igualmente que as matas novas ou as muito velhas, e que estão ameaçadas de morte florescem mais que as outras: talvez isto explique a flolescência esporádica. Sôbre tudo isto não tenho ainda dados suficientes.

Determinar a proporção das madeiras de lei em cada localidade – assim como as qualidades das madeiras, isto é, a diversidade da tintura do cerne na mesma espécie – sua dureza e resistência, sua duração.

Enfim cada sorte de madeira a que construção é mais particularmente aproximada.

Quais as árvores que fornecem bálsamos, e resinas, quais as que dão princípios corantes, etc.

E quanto puder ser, em que tempo começa a formação do cerne; e se êsse tempo varia segundo as localidades – que traz consigo o tempo de depósito da matéria corante, nas árvores que a têm.

Mendanha, 19 de fevereiro de 1849.

Apud DAMASCENO; CUNHA. Os manuscritos do botânico Freire Alemão... op. cit. , p.177-178.

ANEXO 2

Apontamentos [sôbre a conservação e corte das madeiras de construção naval]ⁱ

Escolhidas as matas que devem ser reservadas ou cortadas, se procederá imediatamente a sua demarcação, fazendo-se tombo, e mapa delas.

E sendo de ordinário as nossas matas formadas de árvores altas e direitas, de modo que só dos galhos, ou raízes se podem tirar peças curvas tão necessárias nos artefactos navais, bom será na escolha das matas procurar algumas, cujo terreno, por sua especial natureza produza maior número de árvores tortas.

Logo depois a Administração das Florestas fará uma inspeção geral em tôdas elas, formando um inventário ou rol de tôdas as madeiras de construção, e das chegadas a corte, mais particularmente, com designação especial, e por seus nomes, das diversas castas, ou qualidades de paus de lei.

Para isso se farão primeiro picadas, ou trilhos, por onde se possa andar a cavalo; e que se deverão conservar sempre transitáveis, sendo delineados de modo que afinal venham a constituir um sistema de vias florestais, que cruzando-se estendendo-se por tôda a mata facilite a sua inspeção e vigia.

Logo que se começar o corte das madeiras, escolher-se-ão, dêsses trilhos os mais adaptados para o cômodo transporte dos paus, de dentro das matas aos pontos de depósito, e de embarque, os quais se irão, à proporção que fôr necessário, alargando, e aprontando para servirem aos arrastos das madeiras. O que uma vez feito se conservará para formar também afinal um outro sistema de vias de carroto.

À vista das relações do estado de tôdas as madeiras, a Administração Central dos Arsenais determinará a quantidade, e a qualidade das madeiras, que deve m ser cortadas; e regulará o contingente de cada mata, segundo a maior comodidade e economia, mas muito principalmente segundo a abundância dos paus chegados a corte, de modo a conservar um certo equilíbrio, e dar tempo ao perfeito desenvolvimento das árvores.

A administração particular de cada floresta que deve ter um exato conhecimento do estado de suas árvores, fará a designação das que devem ser cortadas, até preencher o pedido, tendo em vista o seguinte:

Marcar o lugar da mata, onde se acham os paus pedidos, em espaço circunscrito, de modo a facilitar o trabalho do corte, e da condução da madeira.

Designar as árvores, que começam a dar sinais de decrepitude, para serem cortadas antes das outras, sempre que elas possam fornecer as peças exigidas.

Não consentirá porém, que jamais se cortem duas árvores próximas uma a outra, o que produz clareiras mui nocivas à conservação das florestas.

Não se consentirá fazerem-se dois cortes seguidos no mesmo lugar: antes os regulará de modo que dentro dum período mais ou menos longo, segundo a grandeza da mata, tôda ela tenha sido aproveitada. A exceção desta regra será só quando em qualquer ponto da mata uma ou mais árvores ameaçam ruína ou por idade, ou por acidente, as quais devem então ser imediatamente cortadas e aproveitadas, ainda [que] não sendo das requeridas pela Administração Central.

Como pode, e deve necessariamente acontecer que haja ou abundem nas matas madeiras, que não sendo necessárias, ou que sendo excedentes às exigências dos Arsenais, sejam todavia úteis nas fábricas civis, estas devem [ser] cortadas e levadas a mercados

públicos para se venderem aos particulares; tudo feito com autorização, e debaixo das vistas da Administração Geral.

O tempo do corte da madeira relativo ao seu maior rendimento, é em regra geral quando a árvore tem chegado às suas ordinárias proporções de altura e grossura. Esta regra porém entre nós, ainda por muito tempo no meu entender, fica dependente da prática e experiência dos nossos mateiros. Por mais sinais mesmo de decrepitude das árvores, que dão alguns de nossos homens práticos, especialmente o Dr. Baltasar da Silva Lisboa, achos insuficientes, porque êles deveriam servir para indicar quando as árvores vão entrar no período de decrepitude, e não quando elas se acham já arruinadas e não prestam: ora, os que êles apontam só me parecem infalíveis neste último caso. No entanto alguma coisa diremos adiante sôbre êste ponto.

Como as matas reservadas têm por fim mais especial a construção naval, onde de ordinário não têm emprêgo os paus de desmarcada grandeza, e como é sabido que o crescimento das árvores em altura, e grossura não é sempre progressivo, mas antes, que tendo chegado a uma certa grandeza (o que nas nossas [condições] é ainda desconhecido cientificamente) as formações anuais, partindo das de maior vigor vão progressivamente diminuindo, convém que logo que as árvores tenham chegado ao ponto de ar, depois do falquejo, e em boa madeira, as peças requeridas, sejam cortadas; pois nenhuma economia há em deixar a árvore tomar dimensões supérfluas, e exposta a ser acidentalmente destruída.

Faz exceção a árvore, que puder fornecer mais de uma peça: assim como as de tabuado, como são: Putumujus, vinháticos, louros, cedros, etc. A estas se deve dar tempo a tomar todo o seu desenvolvimento possível, enquanto se não recear a sua rupina por acidente ou velhice. Para o que submetemos ao contraste da experiência o seguinte:

É indício de sofrimento da árvore, o cobrir-se a sua casca de parasitas de um modo extraordinário, como são líquenes, curuatás, imbés, e figueiras.

É indício de deficiência da seiva, se as extremidades dos ramos, ou renovos da sua copa se tornam mais curtos, e mais nodosos; se as fôlhas se tornam mais pequenas, mais raras, e mais decoradas; se a florescência se torna mais ou menos parcial, isto é, se nas épocas da flor florescem uns ramos, e outros não; se os frutos são em menos número, infecundos, etc.

Uma das lesões mais comuns das árvores é a ocura, a que os mateiros chamam de: *vento geral*. As árvores antigas são sempre mais ou menos ôcas; não conviria pois reconhecer-se quando elas são ameaçadas dêste mal. Nenhum meio sei que nos descubra êste estado.

Dando trono pancadas com o machado, o som, para quem tem alguma experiência, fará distinguir a árvore sã da que tem vão; mas esta já então está fendida, ou pouco se aproveita.

Quando pelo vento ou por qualquer outro acidente fôr quebrado um ramo, ou galho grande de uma árvore, esta deve ser cortada quanto antes.

Também aquela que mostre fraquear a raiz à força dos ventos deve ser derrubada.

O tempo do corte das árvores relativo às estações é também em regra geral depois que elas têm consumido tôda a seiva elaborada e antes de absorverem nova seiva. Estas duas funções se reconhecem pelas aparências da folhagem; porquanto as fôlhas, que têm servido para a formação de uma seiva, caem, e com a nova seiva brotam novas fôlhas que a devem elaborar.

Deve-se pois ter em vista o seguinte:

1º . Que muitas de nossas árvores nunca se despem inteiramente de suas fôlhas, como são as maçarandubas, os tapinhoãs, etc., donde se vê que nestas nascem umas fôlhas antes de terem caído as outras, ou que os dois períodos da elaboração de uma seiva, e a

absorção de outra se transpassam e confundem. Neste caso servirá de regra para o corte a maturação do fruto e sua queda.

2º . Que outras largam completamente a sua folhagem (falo particularmente das matas do Rio de Janeiro) *verbi gratia* os cedros, ubatãs, ipês, sepepiras, etc.

Nessa regra será não esperar a queda total das fôlhas, mas quando tiver caído a maior parte, estando as outras amarelas, vermelhas.

Como tudo isto se passa na Província do Rio de Janeiro entre os meses de março, e de julho, é êste intervalo, geralmente falando, a época do corte das madeiras nesta Província.

Mas em tôda a extensão do Brasil, do equador até além do trópico cada latitude tem sua época de florescência, a respeito do que nenhum conhecimento positivo tenho.

Determinada a época do corte têm ainda os nossos derrubadores seu tempo de escolha, que é segundo as fases da lua; sendo o minguate para êles o tempo próprio. Êste conceito popular, é filho da observação prática: não convém ir contra êle por meras considerações teóricas, ou só pelo medo de passar-se por crédulo, enquanto a experiência científica o não desvanecer; se é que ela não é conforme aos fenômenos naturais.

No modo de cortar as árvores não é ainda possível adaptarem-se entre nós todos os meios de economia, que se empregam em outros países, onde a madeira é de grande preço, e a mão de obra comparativamente barata. Os lucros aqui não compensariam o tempo, e a despesa. No entanto alguma coisa se pode ir fazendo; assim:

Algumas árvores, que forem de mediana grossura, podem ser cortadas a serra no derrubar, no torar do tronco, e no cortar dos galhos: enfim sempre que a serra fôr aplicável será preferida ao machado.

Em muitos casos convirá cortar-se a árvore (no derrubar) não pelo tronco, mas pelas raízes; no que se poderá obter certas vantagens, que compensarão o excesso de trabalho. A 1ª., e a mais importante é que assim fica a árvore menos sujeita a estalar, ou arcar-se no cair. A 2ª. é que dos ramos radicais se podem tirar peças curvas, com muito mais facilidade e proveito, do que deixando-as no cepo. A experiência mostrará as precauções que se devem tomar neste modo para dirigir a queda da árvore, e prevenir acidentes, visto que as nossas árvores são quase tôdas destituídas de raiz mestra ou nabo.

Não é possível sempre, ou será mui difícil cortar os galhos às grandes árvores antes de as derrubar: no entanto esta prática é importante e deve-se empregar sempre que fôr admissível: e então cortar-se-ão a serra, ou machado (como melhor convier) somente os galhos maiores e horizontais, ficando alguns no alto, que terão por fim amortecer a queda do tronco, principalmente se a árvore conserva sua folhagem. Dêste modo se aproveitam melhor os galhos, que pela maior parte se quebram caindo com a árvore e causando ao mesmo tempo avarias no tronco e aumentando a violência da sua queda quando a árvore está sem fôlhas.

Não é indiferente a escolha da cama, ou chão em que deve cair a árvore. De ordinário os cortadores lançam a árvore para onde elas têm pendor natural; e nas ladeiras é sempre de cima para baixo. Há nesta prática grandes inconvenientes, que deve-se evitar quando fôr possível; assim:

Se a árvore pende para onde não convém derrubá-la, ou por inclinação do tronco, ou por causa dos ramos mais pesados de um lado, em certos casos se poderá dar remédio a isto, ou cortando antes os galhos pesados, ou segurando a árvore, por meio de caibros presos a outras árvores.

Esta prática é trabalhosa só deve ter lugar com árvores raras, de valor.

Derrubando-se em ladeiras far-se-á cair a árvore para cima, sempre que fôr possível; em segundo lugar para os lados, e nunca para baixo, senão em caso irremediável.

Salta aos olhos que quanto mais íngreme fôr a ladeira tanto mais violenta será a queda da árvore, e mais prejudicial.

Derrubando-se em plano há ainda a escolher-se o chão mais igual para que o trono se não quebre, ou fenda, nem mesmo sofra distenções em suas fibras, o que diminui sua força de resistência, e elasticidade delas.

Cortadas as árvores não serão falquejadas, nem descascadas, senão passado algum tempo, que será um mês, mais ou menos, segundo correr a estação sêca ou úmida.

Para falquejo, e desmembramento das árvores dará o Arsenal instruções.

Falquejadas e desmembradas as madeiras serão logo conduzidas aos depósitos; onde abrigados das inclemências do tempo, estarão expostos às correntes de ar, até que se achem perfeitamente secos.

O tempo para a sêca das madeiras, que deve variar segundo suas qualidades, e grossura das peças será também regulado pela Administração dos Arsenais. Para isso convém marcar em cada uma o tempo em que foi cortada.

REPRODUÇÃO DAS ÁRVORES

Tendo nós ainda boa porção de matas nativas, não deve o Gôvverno curar de fazer matas artificiais: êsste cuidado fica já nos particulares, que tão imprevidentemente têm destruído as suas, e que melhor calculando os seus interêsses tratarão sem dúvida mais cedo ou mais tarde do plantio de arvoredos.

A Administração Pública não tem por ora mais que a velar na conservação das florestas nacionais, na sua reprodução, quer natural, quer artificial; assim como do plantio das que forem faltando, ou de exóticas, que forem preferíveis às nossas.

Na conservação das florestas é regra fundamental ter o solo, ou chão sempre coberto de uma boa camada de terra vegetal e de fôlhas sêcas. Porquanto esta, pela sua propriedade absorvente higroscópica, entretém sempre a superfície do solo fresca e úmida, condição essencialíssima para a boa vegetação; ao mesmo tempo que por sua decomposição lenta, e contínua fornece alimentos às árvores; enfim é uma necessidade para a germinação das sementes lançadas naturalmente sôbre a terra. Assim é uma lei providencial, que as árvores, largadas primeiro as sementes, deixem cair logo as fôlhas (parcial, ou totalmente) com que as cobrem, antes de nascerem.

Ora, a existência desta camada de húmus e fôlhas sêcas depende imediatamente, da proximidade das árvores entre si, de modo que suas copas se toquem; porque então a luz e o calor não ferem o solo diretamente, nem os ventos penetram com violência no fundo [das] matas.

Com efeito, pratique-se uma aberta, ou clareira no meio da floresta, o vento descerá caindo com violência até o chão, secará e varrerá a folhagem. A luz, e o calor dos raios solares, caindo direta sôbre o húmus o seca e faz perder uma sua essencial condição para a vegetação. De tudo resulta já a morte das sementes que germinam descobertas, já a de novas plantas que serão abafadas por uma multidão de ervas, de vegetação nova que com prodigiosa presteza, tomam conta do terreno; enfim a aridez do solo prejudicará a vegetação das árvores.

Convém portanto evitar quanto fôr possível o destruir a sombra benéfica das floresta; por isso se fugirá sempre de cortar uma árvore próxima a outra, e mesmo duas juntas. Ainda mesmo quando se tratar da limpeza das matas, isto é, de tirar as árvores inúteis, para substituí-las pelas de utilidade, nunca se tirará uma árvore cuja copa venha a fazer falta.

Para a reprodução natural conversar-se-á nas matas, e em distâncias que se julgar conveniente, um certo número de árvores de cada espécie de boa madeira de que se

compõe a mata. Estas árvores-mães ou de semente devem ser escolhidas em todo o seu vigor, e nunca serão cortadas, senão quando outra da mesma espécie a possa substituir para a reprodução.

Logo que as árvores estiverem em flor haverá cuidado de se preparar o chão para receber as sementes, tirando o mato baixo, e inútil, para que as sementes cheguem tôdas ao chão, e germinem desafrontadas. Êstes cuidados são tanto mais importantes quando forem as sementes mais ligeiras, e fáceis de ser levadas pelo vento, como são as dos ubatãs, dos cedros, dos louros, dos ipês, etc., porquanto destas poucas caem ao pé da árvore; sendo a maior parte dispersa para longe e quase sempre perdidas, e das poucas que vem abaixo ainda muitas são perdidas, ficando suspensas pela folhagem do mato rasteiro. Ainda mais, muitas de nossas árvores tem um período de repouso mais ou menos longo (e que para nenhuma delas, que me conste, se acha determinado), isto é, passam certo número de anos sem florescer. Com estas deve pois haver ainda maior cuidado em aproveitar as sementes quando elas derem.

Germinadas as sementes se deixarão crescer as plantas, até que adquiram bastante vigor para serem transplantadas. Deixar-se-ão algumas no lugar em que nasceram, e as outras serão com todos os cuidados que requer esta operação mudadas para lugares convenientes, dispersando-as, mas nunca tirando-as das condições em que elas prosperam naturalmente. O que feito se visitarão de tempo em tempo as novas plantas até que se achem em vigoroso crescimento.

Com êste modo de plantação das árvores, e ainda mais particularm[ente] com a de novas espécies, que ou foram extintas, ou que se de[se]jam introduzir de nôvo deve-se ter em vista que cada espécie de árvore requer certas condições de clima, e de local Para crescerem com vigor e prontidão. Por exemplo, aqui nas matas do Rio de Janeiro os tapinhoãs só prosperam no alto das montanhas; os brasis nas fraldas, nas vargens, ou em pequenos morros, os jetaís, e copaíbas se encontram por tôda a parte, etc. Há árvores de lugares secos, e pedregosos, outras de chão argiloso, arenoso, úmido, etc. Ainda é mais importante a consideração das latitudes; assim os tapinhoãs, se sou bem informado, não existem para o norte da Bahia, nem para o sul do Rio de Janeiro; certas árvores do Pará e Maranhão seguramente não podem prosperar em províncias mais ao sul; e vice-versa.

Podem-se sem dúvida, e devem-se cultivar tôdas elas em jardins botânicos; mas não para ser aproveitadas para a construção.

Há ainda outra consideração, que lembramos aqui unicamente para excitar a curiosidade de observar-se, e é que as árvores têm entre si certas relações de simpatias, que convém conhecer-se. Chamam-se sociais as árvores que se dão juntas, e antipáticas as que se lesam mutuamente. Sôbre isso nada sabemos a respeito das nossas; a regra pois será, a que se deduziu da apreciação natural das floresta, fazendo replantar nelas mais particularmente as espécies existentes, ou as que se extingüiram?

Outro modo de reprodução, e mais vantajoso é do renovo das cepas. Cortadas as árvores deve-se igualar a superfície do cepo, e cobrir tôda a ferida com um emplastro (bem conhecido). Não tardam a aparecer grande número de renovos – deixar-se-ão crescer até que tenham certo vigor, então se destruirão dêles a maior parte, deixando conforme o vigor e tamanho do tronco, alguns que não devem passar de quatro. Na escolha dos renovos, deve-se ter em vista não só os mais vigo[ro]sos, porém os mais inferiores e ainda mesmo providos de raízes grossas (mesmo das árvores cortadas pela raiz), que são os que melhor se seguram e dão melhores troncos. Quando todos tiverem chegado ao tamanho e grossura de darem paus aproveitáveis se cortarão todos, menos um e mais escolhido ao qual se dará tempo de chegar ao seu pleno crescimento.

Com os renovos deve-se ter o mesmo cuidado que com as plantas, tendo âqueles a vantagem de fornecer madeiras muito mais cedo que estas.

A Administração de cada floresta registrará com todo o cuidado:

? O tempo do plantio das árvores, para se contar a sua idade.

? A época da primeira florescência de cada espécie ? notando se florescem todos os anos; e se não, qual é o intervalo, ou período de repouso de cada uma; e se êsse período é regular (*N. B.*: Esta observação começara logo que a Administração entre em exercício para com as árvores atuais).

? O tempo de florescência de cada espécie.

? A época da muda das fôlhas de cada espécie, com a circunstância das que se despem inteiramente da sua folhagem; das que a perdem pela maior parte; e das que conservam suas fôlhas com pouca diferença.

? Qual o terreno, em cada espécie se dá melhor.

? Quais os sinais de seu maior vigor, e quais os de sua velhice, ou deterioração.

? Quais as que fornecem tintas, e de que qualidade.

? Quais as que dão bálsamos, e resinas, e suas qualidades.

? Quais as que dão sucos leitosos; se brancos, vermelhos, amarelos, e suas propriedades.

Enfim averiguar os nomes indígenas de cada árvore, e sua significação.[?]

Engelho Velho, 4 de outubro de 1849.

ⁱ Apud DAMASCENO; CUNHA. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão...* op. cit. , p.179-186.

[?] Quando se tratar, e deve-se fazer quanto antes, de naturalizar em nossas matas as árvores preciosas de outras partes do mundo, muitas das quais têm usos mui particulares, e são de reconhecida superioridade, serão as sementes distribuídas pelas províncias cujo clima fôr mais análogo àquele que produz a árvore; assim o pinho europeu nas províncias do sul; o mógono, a teca, o sândalo, o ébano nas do norte.

[?] [Nota]: Sendo Ministro da Guerra o Senhor Manuel Felizardo de Sousa e Melo, foi por êle nomeada uma Comissão para apresentar um relatório e projeto de lei para a conservação e corte das madeiras de construção naval. Foi a Comissão formada pelos Senhores Carvalho Moreira, um oficial de Marinha, e eu. Repartimos

o trabalho, entre mim e o Senhor Carvalho Moreira; o oficial foi ocupado em escrever. A minha parte é a que se acha aqui em borrão.